O CIRCUITO ESPACIAL DO GARIMPO ILEGAL NO PÓS-DESINTRUSÃO

Reconfigurações Territoriais e Conflitos na Terra Indígena Munduruku(PA)

Relatório de Pesquisa

Brasília - 2026



Instituto Mãe Crioula



O Circuito Espacial do Garimpo Ilegal no Pós-Desintrusão: Reconfigurações Territoriais e Conflitos na Terra Indígena Munduruku (PA)

Relatório de pesquisa

BRASÍLIA/2026

FICHA INSTITUCIONAL

Instituto Mãe Crioula

ORGANIZAÇÃO
Aiala Colares Oliveira Couto
Lara Santos Zangerolame Taroco

PESQUISADORES DO IMC
Aiala Colares Oliveira Couto
Thiago Alan Guedes Sabino
Alan Pereira Dias
Welington Morais Ferreira
Taiana Amanda Fonseca dos Passos
Odimar do Carmo Melo
Lucas Patrick Alves Moraes

EDUCADORA POPULAR
Maria de Fatima Matos

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
Dilma Nazário

SECRETÁRIA EXECUTIVA
Aline Almeida Cavalcante

ESTAGIÁRIO
João Vitor de Lima da Silva

FICHA INSTITUCIONAL

Universidade do Esatdo do Pará

Reitor	Clay Anderson Nunes Chagas
Vice Reitora	Ilma Pastana Ferreira
Pró-Reitora de Graduação	Acylena Coelho Costa
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós Graduação	Luanna de Melo Ferreira Fernandes
Pró-Reitora de Extensão	Higson Rodrigues Coelho
Pró-Reitor de Gestão e Planejamento	Carlos José Capela Bispo
Chefe de Gabinete	Valdete Garcia

Conselho Editorial

Profa. Dra. Aline Vieira de Albuquerque - SESC DN

Profa. Dra. Edilza Joana Oliveira Fontes - UFPA

Prof. Dr. Raimundo Santos de Castro - IFMA

Prof. Dr. Ronaldo Barros Ripardo - UNIFESSPA

Prof. Dr. Saulo Furletti - IFMG

Prof. Dr. Luiz Augusto Soares Mendes - UFPA

Frof. Dr. Ronilson Freitas de Souza - UEPA

FICHA TÉCNICA DE PESQUISA

Coordenação geral e organização

Aiala Colares Oliveira Couto
Lara Santos Zangerolame Taroco

Pesquisadores e autores

Aiala Colares Oliveira Couto - UEPA e IMC
Bruno Cezar Pereira Malheiro - UFPA
Carolina Furtado Oliveira - IMC
Fabiano de Oliveira Bringel - UEPA
Thiago Alan Guedes Sabino - IMC

Diagramação

Raimundo Colares Couto

Revisão gramatical

Alanna Carla de Almeida

Equipe UEPA

Aiala Colares Oliveira Couto
Fabiano de Oliveira Bringel

Equipe de Laboratório de campo – UEPA e IMC

Adenilson Kixiri Munduruku
Endria Antonia Sousa da Silva
João Vitor de Lima da Silva
Lucas Patrick Alves Moraes
Silvanilson Ioto Munduruku
Silas Dace Munduruku

Apoio:

Governo Federal
Ministério dos Povos Indígenas

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (CâmaraBrasileira d&ivro, SP, Brasil)

O circuito espacial do garimpo ilegal no pós-desintrusão [livro eletrônico] : reconfigurações territoriais e conflitos na terra Indígena Munduruku (PA) / [organização Aiala Colares Oliveira Couto, Lara Santos Zangerolame Taroco. -- Belém, PA : Instituto Mãe Crioula, 2026.
PDF

Vários colaboradores.
ISBN 978-65-989454-8-0

1. Conflitos étnicos 2. Garimpo - Aspectos ambientais - Amazônia 3. Indígenas - Direitos fundamentais 4. Pará (PA) - Descrição 5. Recursos naturais - Amazônia 6. Recursos naturais - Aspectos econômicos 7. Relatórios 8. Território I. Couto, Aiala Colares Oliveira. II. Taroco, Lara Santos Zangerolame.

26-354799.0 CDD-363.7

Índices para catálogo sistemático:

1. Relatórios : Impactos ambientais : Desastres ecológicos : Problemas sociais 363.7

Camila Aparecida Rodrigues - Bibliotecária CRB - SP-010133/O

ISBN 978-65-989454-8-0

Sumário

Introdução 9

Capítulo 1. Contextualização do garimpo no Vale do Tapajós 14

Capítulo 2. Circuito espacial do garimpo ilegal em Jacareacanga 26

Capítulo 3. O Garimpo e a atividade garimpeira em Terras Indígenas 48

Capítulo 4. Mobilidade do trabalho e o metabolismo social no garimpo 53

Capítulo 5. Implicações socioambientais do garimpo nas Terras Indígenas Munduruku e Sai Cinza e seus entornos 73

Capítulo 6. Processos de Desintrusão e dinâmicas econômicas na cidade e nas Terras Indígenas 90

Capítulo 7. Distribuição espacial das aldeias indígenas e os múltiplos sentidos da desintrusão 97

Capítulo 8. Demandas levantadas em campo 105

Capítulo 9. Proposições a partir das demandas do povo Munduruku 115

Considerações finais 118

Referencias 120

Lista de siglas 125



Introdução

"A minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história. Se pudermos fazer isso, estaremos adiando o fim".

Airton Krenak – Ideias para adiar o fim do Muno, 2019.

É a partir dessa perspectiva que este relatório se insere, assumindo que narrar, interpretar e dar visibilidade às dinâmicas territoriais em curso na Amazônia é também um gesto político e epistemológico. Ao trazer à tona as experiências, conflitos e resistências vividas no território, busca-se não apenas descrever uma realidade, mas contribuir para a sua compreensão crítica, ampliando as possibilidades de existência e permanência dos povos que historicamente a constituem.

O presente relatório é resultado de pesquisa realizada no município de Jacareacanga, situado no sudoeste do estado do Pará, em uma região marcada por intensas transformações territoriais na Amazônia brasileira. Trata-se de um espaço onde se sobrepõem diferentes formas de uso e apropriação do território, envolvendo tanto populações indígenas quanto atividades econômicas de caráter extrativista. Essa sobreposição revela um cenário dinâmico e conflituoso, no qual se evidenciam disputas permanentes pelo controle dos recursos naturais e pela definição dos usos legítimos do espaço.

A região estudada caracteriza-se pela presença histórica do povo indígena Munduruku, cuja ocupação territorial antecede os processos recentes de expansão econômica. Esses territórios não podem ser compreendidos apenas a partir de sua delimitação jurídica, pois constituem espaços fundamentais para a reprodução social, cultural e cosmológica desse povo. Nesse sentido, o território indígena se afirma como espaço de identidade, memória e continuidade histórica, sustentando modos de vida que se organizam a partir de outras racionalidades de relação com a natureza.

Por outro lado, a expansão do garimpo, especialmente em sua forma ilegal, introduz uma lógica distinta de apropriação do território, orientada pela exploração



intensiva dos recursos naturais e pela inserção do ouro em circuitos econômicos mais amplos. Muitas vezes articulada a dinâmicas globais, essa atividade promove profundas alterações na organização espacial da região, gerando impactos que ultrapassam a dimensão ambiental e incidem diretamente sobre as relações sociais, políticas e culturais locais.

A coexistência dessas diferentes territorialidades produz um ambiente de tensões constantes, marcado por conflitos socioambientais e por processos de resistência por parte das populações indígenas. Esses conflitos não se limitam à disputa por recursos, mas expressam formas distintas de conceber o território, seus usos e seus significados. Assim, o espaço geográfico revela-se como resultado de relações de poder que se materializam no cotidiano das comunidades e nas disputas pelo controle do território.

A análise desenvolvida neste relatório fundamenta-se em referenciais da Geografia, especialmente nas contribuições da Geografia Humanista e da Geografia Política. Tais abordagens permitem compreender o território como uma construção social e simbólica, atravessada por relações de poder, identidade e pertencimento. Com isso, busca-se superar uma leitura meramente descritiva do espaço, incorporando dimensões subjetivas e políticas na interpretação dos fenômenos observados.

Os conceitos de territorialidade, lugar e identidade são centrais para a compreensão das dinâmicas em curso, pois evidenciam os vínculos construídos entre os grupos sociais e o espaço que habitam. Ao mesmo tempo, os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização oferecem um instrumental analítico fundamental para compreender as transformações contínuas que marcam a região, revelando a fluidez e a instabilidade das configurações territoriais.

No caso do garimpo, observa-se um processo de desterritorialização que fragiliza os vínculos tradicionais com o território e impõe novas formas de organização espacial. Esse movimento é acompanhado por tentativas de reterritorialização por parte das populações indígenas, que buscam reafirmar seus direitos e reconstruir suas formas de vida. Trata-se de um processo complexo, marcado por disputas, negociações e reconfigurações constantes.

A atividade garimpeira, ao atuar como agente de reorganização territorial, promove a fragmentação do tecido sociopolítico e introduz novas hierarquias e relações de dependência. A crescente mecanização e sua articulação com redes econômicas mais amplas ampliam a escala dos impactos, intensificando a pressão sobre os territórios indígenas e contribuindo para a consolidação de uma dinâmica de dependência econômica.



Outro elemento central diz respeito ao papel do Estado na mediação dessas dinâmicas. Historicamente, a presença estatal na região tem sido marcada por descontinuidades, o que favorece a expansão de atividades ilegais. Nos períodos mais recentes, observa-se uma tentativa de retomada do controle territorial por meio de ações de fiscalização e desintrusão, especialmente em áreas indígenas.

O processo de desintrusão representa um momento relevante de reconfiguração territorial, na medida em que busca restabelecer a legalidade e garantir direitos constitucionais. No entanto, seus efeitos não se limitam à retirada dos agentes envolvidos no garimpo, desencadeando novas dinâmicas de ocupação e reorganização espacial, muitas vezes deslocando a atividade para outras áreas.

Nesse contexto, o período posterior às ações de desintrusão revela-se fundamental para a compreensão das dinâmicas territoriais contemporâneas. Ele permite observar como diferentes atores se reorganizam diante das mudanças no controle do território e como novas formas de conflito e articulação emergem nesse cenário em transformação.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e multiescalar, combinando observação direta em campo, registros fotográficos e cartográficos, entrevistas abertas e análise de imagens de satélite, bem como utilização de drones para coleta de imagens. Além disso, fez-se uso da revisão bibliográfica e análise

documental. Essa estratégia possibilitou uma leitura integrada do território, articulando diferentes escalas de análise e evidenciando as conexões entre processos locais e dinâmicas mais amplas.

Ferramentas de inteligência artificial generativa foram utilizadas como apoio técnico na elaboração gráfica de figuras e na revisão linguística preliminar do texto, incluindo sugestões de correção gramatical, organização sintática e aprimoramento de clareza textual. Todo o conteúdo produzido e revisado com auxílio dessas ferramentas foi posteriormente avaliado, validado e ajustado pelos autores, que assumem integral responsabilidade pelo conteúdo final. Todavia, o relatório encontra-se dividido em nove seções ou capítulos:

Na primeira parte, a seção traça o histórico da expansão do garimpo de ouro na Amazônia, destacando sua articulação com a demanda internacional e as frentes econômicas (pecuária, soja, mineração industrial). Na segunda, com base na teoria dos circuitos espaciais de Milton Santos, a seção descreve a organização logística e territorial do garimpo ilegal e analisa a reconfiguração do espaço urbano de Jacareacanga. Na terceira parte, a seção recupera a história do bandeirantismo e a construção da figura do garimpeiro no Brasil, discutindo a idealização do trabalho garimpeiro e sua transformação contemporânea. No parte quatro, aborda-se a mobilidade do trabalho como elemento estruturante da ocupação amazônica. Na parte cinco, com base em relatos indígenas, imagens de satélite e trabalho de campo, a seção documenta a expansão do garimpo dentro da Terra Indígena Sai Cinza (igarapés Cabitutu, Kadiriri, Joari) e em seu entorno (rio Pacu, currutelas São José e Porto Rico). Na parte seis, discute-se a dependência econômica do município de Jacareacanga em relação ao garimpo (minero-dependência) e os impactos da desintrusão sobre o comércio local e a circulação de renda. Na parte sete, caracteriza-se a distribuição das aldeias Munduruku na TI, com dados demográficos do Censo 2022 e analisa a evolução do garimpo entre 2017 e 2023. Na oitava parte, sistematiza-se as principais demandas das comunidades Munduruku e na última seção, apresentam-se oito proposições orientadas à formulação de políticas públicas.

Finalmente, este relatório busca contribuir para o debate sobre gestão territorial na Amazônia, com ênfase na proteção dos direitos indígenas e na promoção da sustentabilidade socioambiental. Ao narrar e analisar as dinâmicas em curso em Jacareacanga reafirma-se a importância de produzir conhecimento comprometido com a realidade dos territórios e com a construção de alternativas que garantam a continuidade da vida, dos modos de existência e das histórias que, como sugere Krenak, seguem sendo fundamentais para adiar o fim do mundo.

Capítulo 1



Contextualização do garimpo no Vale do Tapatjós

A dinâmica de expansão do garimpo de ouro na Amazônia é um fenômeno regional que responde às variações da demanda internacional e da cotação do ouro, envolvendo, portanto, empresários, investidores e populações locais, e nos últimos anos cada vez mais crescente a presença de redes do circuito espacial do narcotráfico e da lavagem de dinheiro. A partir da segunda metade do século XX, a atividade garimpeira torna-se uma das frentes econômicas na Amazônia, geralmente associada à frente da exploração da madeira, da pesca ilegal e até mesmo pela frente econômica do narcotráfico, embora também possua associação, em determinadas realidades, a dinâmicas econômicas mais formalizadas e institucionalmente reconhecidas, como as frentes econômicas da pecuária e da mineração industrial.

Geograficamente o garimpo se interioriza pela floresta através dos rios e de algumas infraestruturas de suporte, por regiões com baixa presença de uma institucionalidade estatal. Esse movimento da fronteira, por um lado, é definido pela busca de territórios garimpáveis com diminuta atuação de órgãos de fiscalização, mas também é provocado pela expansão de outras frentes econômicas na Amazônia por antigas regiões garimpeiras, como as frentes da pecuária, da soja e da mineração industrial, que forçam uma interiorização maior do garimpo e de outras frentes associadas a ele.

Neste relatório, tomando a escala e proporção atuais da atividade garimpeira, compreende-se não ser possível dissociar o garimpo dos processos de mineração industrial, uma vez que a densidade técnica empreendida na garimpagem possui uma engrenagem de ordem industrial, que os interesses econômicos ligados à produção garimpeira atrelam-se a grandes corporações associadas à dinâmica de financeirização da economia e, também, a associação de interesses entre garimpo e mineração industrial em articulações políticas para flexibilização dos instrumentos normativos e jurídicos para facilitar a expansão espaciais destas atividades.

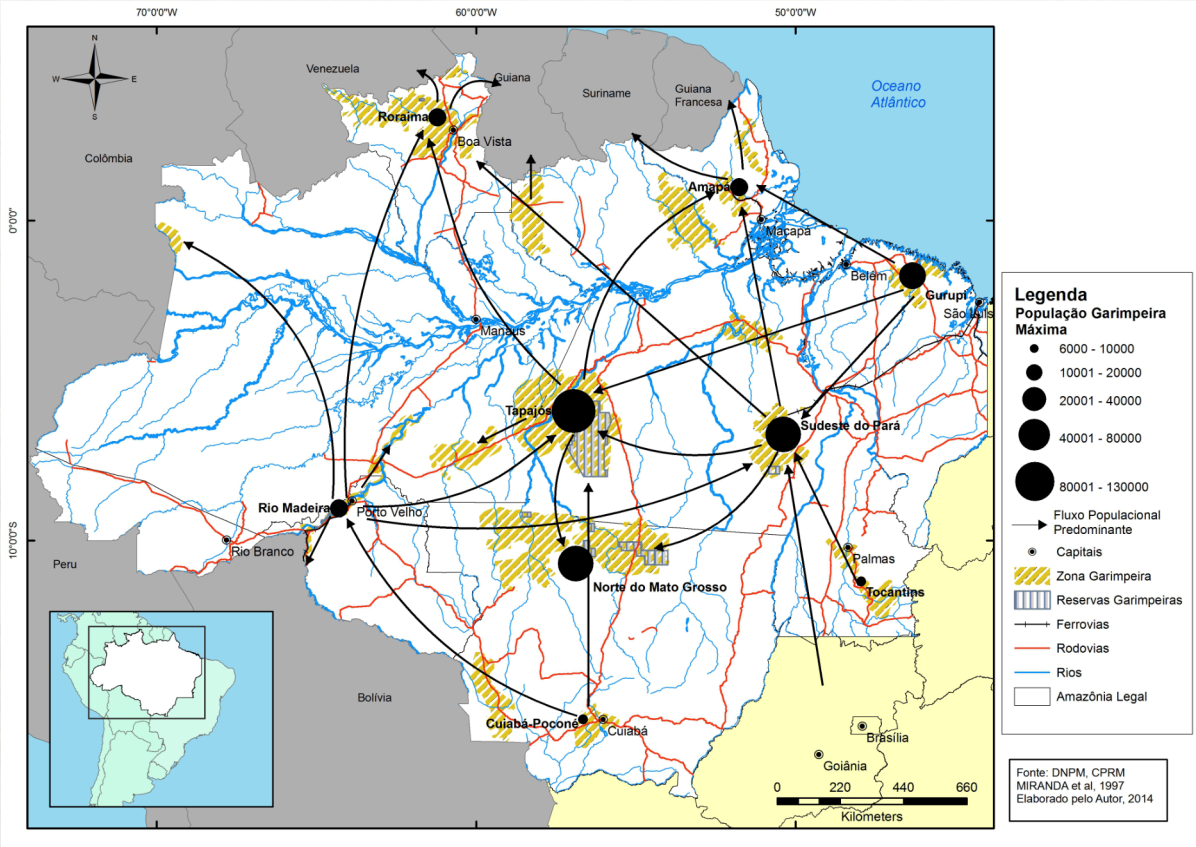
A expansão espacial desta atividade será lida neste relatório pelo conceito de metabolismo social, como um processo que envolve fluxos de matéria e energia que

podem ser percebidos pelas dinâmicas de apropriação, transformação, circulação, consumo e excreção. Essas fases do processo metabólico, que não podem ser vistas individualmente, mas sempre em conjunto, ampliam a percepção espacial do fenômeno da exploração garimpeira, complexificando a leitura do movimento de expansão dessa atividade, uma vez que cada momento do fluxo reorganiza espaços em múltiplas escalas, permitindo que o entendimento da mineração não se circunscreva aos processos extrativos e revele os múltiplos transbordamentos regionais desta atividade (Malheiro, 2019).

A garimpagem na Amazônia constitui-se como um fenômeno regional historicamente, o que remonta ao século XVIII, mas se efetiva no século XX, a partir das décadas de 1960 e 1970, atingindo na década de 1980 seu ápice. Os diversos trabalhos sobre a garimpagem na Amazônia, como o de Wanderley (2015), definem, pelo menos, nove principais regiões garimpeiras na Amazônia formadas ao longo da metade do século XX até os dias de hoje. São regiões que passaram por diversas fases de exploração garimpeira e que consolidaram essa atividade como central para suas dinâmicas de organização territorial, econômica e social.

Essas nove regiões são: a bacia do Rio Tapajós, que será detalhada nesse relatório, que está na região Sudoeste do Pará, e que se consolidou como a principal fronteira da exploração aurífera na Amazônia brasileira; a região do Sudeste do Pará, com histórica garimpagem pelos rios Araguaia e Tocantins, mas principalmente em Serra Pelada; a região Norte do Mato Grosso, que foi uma região de expansão dos garimpos do Tapajós; a região do Rio Madeira, principalmente o alto vale do rio Madeira; a região do Amapá, na rota migratória dos garimpeiros que se direcionavam as tradicionais áreas de exploração, alargando-se às áreas de garimpo na Guiana Francesa e no Suriname; a região do estado do Tocantins, com garimpagem nas regiões sul e sudoeste deste estado pelos rios Tocantins e Manuel Alves; a região de Roraima, uma zona garimpeira tradicional que se instaurou principalmente em terras indígenas do povo Yanomami; a região Cuiabá-Poconé, zona garimpeira entre o Sul a Sudoeste do estado do Mato Grosso; e a região do rio Gurupi, no Maranhão, uma tradicional zona de garimpo do período colonial, mas que atraiu muitos garimpeiros ainda na década de 1980 (Wanderley, 2015).

Ao se apresentar, em linhas gerais, essas diferentes regiões, percebe-se a expansão do garimpo como fenômeno regional na Amazônia. O mapa 1, abaixo, extraído do trabalho de Wanderley (2015), dá a exata noção da mobilidade do trabalho entre as diferentes regiões garimpeiras na Amazônia.

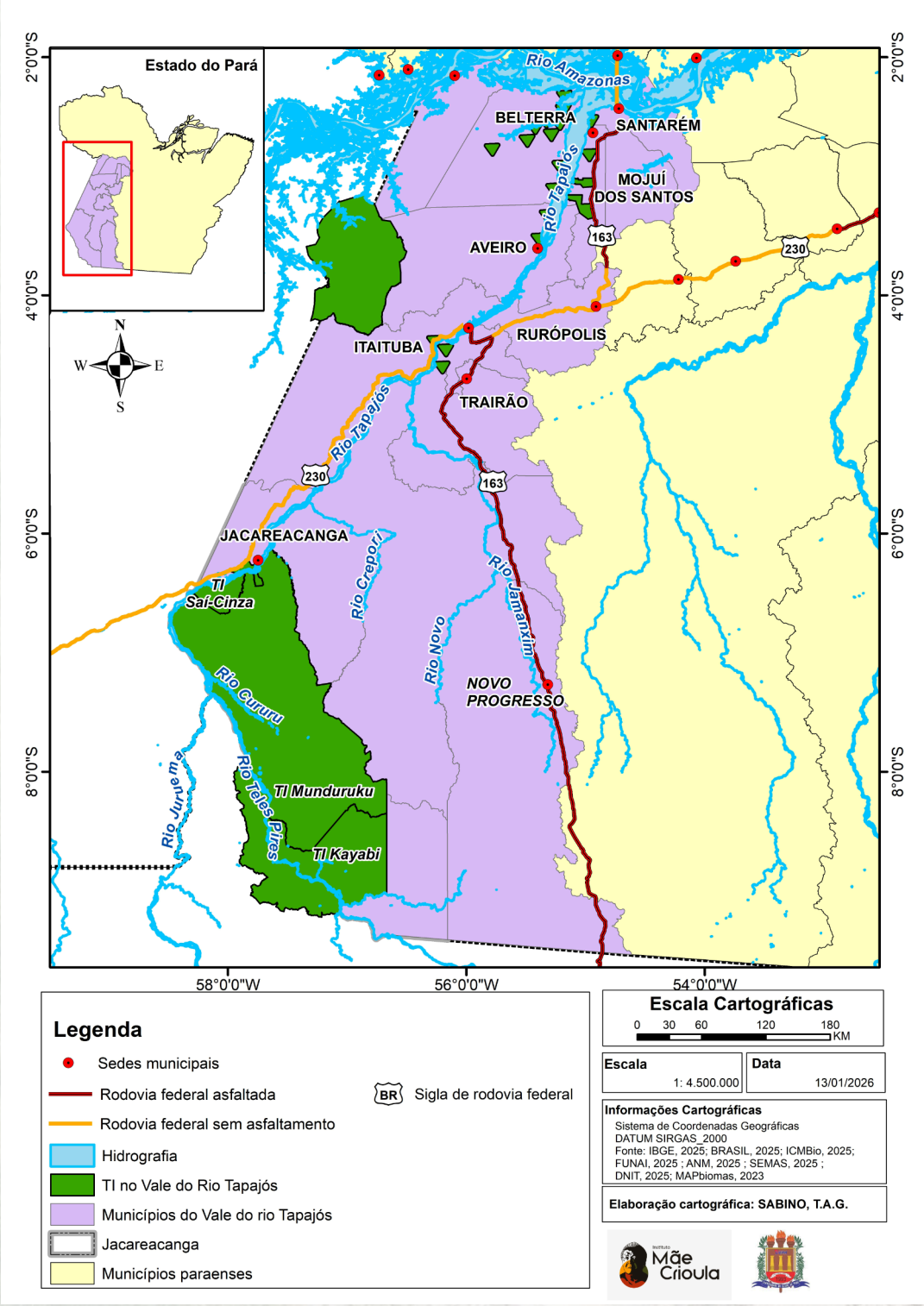


Mapa 1 - Conexões espaciais entre regiões garimpeiras na Amazônia.
Fonte: Wanderlei (2015

Aqui o foco da pesquisa é a região do Vale do rio Tapajós, no Sudoeste do Pará, mais especificamente o cerco do garimpo à Terra Indígena Munduruku. Entretanto, não é possível pensar essa área sem compreender que há fluxos entre regiões garimpeiras e que o fenômeno que se observa sempre precisa ser contextualizado com suas especificidades. Até porque, como destacado anteriormente, a dinâmica da fronteira do garimpo se define pela baixa fiscalização e pouca incidência institucional estatal, contribuindo para a expansão de outras frentes econômicas no território, dentre elas a expansão da pecuária, da soja e da mineração industrial que intensificam a mobilidade do trabalho polivalente.

O Vale do Tapajós, definida em sentido longitudinal pelo Rio Tapajós e pela rodovia BR-163 e em sentido latitudinal pela rodovia Transamazônica, historicamente se constituiu na principal zona de extração de ouro na Amazônia e é composta pelos municípios de Itaituba, Trairão, Jacareacanga e Novo Progresso (desmembrados de Itaituba), além de Rurópolis, Belterra, Aveiro, Mojuí dos Campos (desmembrado de Santarém) e Santarém. A análise do processo histórico da garimpagem nessa região nos ajuda a compreender melhor as pressões, os cercos e os conflitos envolvendo o garimpo

na terra indígena Munduruku (Wanderley, 2015). Para melhor situar esse contexto, segue a representação do mapa 2, abaixo.



Mapa 2– Localização geográfica da Região do Vale do rio Tapajós, estado do Pará.
Fonte: Trabalho de campo (2025).

A primeira detecção de ouro no Tapajós remonta o século XVIII, mais especificamente 1747, e se deu ainda no contexto de efervescência colonial da mineração em Minas Gerais. Entretanto, é só a partir das décadas de 1950 e 1960 que essa atividade

começa a reorganizar o espaço regional, ainda com uma garimpagem predominantemente manual, notadamente no leito do rio das Tropas. A década de 1970 é o início da introdução de uma mecanização na atividade garimpeira, o que amplia seu alcance. É já nesta década que temos a exploração de ouro no interior do Território Munduruku, principalmente pelos rios Kaburuá e Kabitutu.

A década de 1980 muda a escala e a intensidade da atividade garimpeira na Amazônia, o que não será diferente na região do Tapajós. A introdução de balsas de mergulho, dragas e chupadeiras irão ampliar as áreas de exploração, consolidar os garimpos mais antigos e interiorizar a atividade por diversos rios, inclusive pelo interior da TI Munduruku. Nas décadas de 1990 e 2000 a atividade garimpeira continua e se consolida em algumas áreas, mas sua intensidade e dispersão são mais reduzidas. Entretanto, com a explosão do preço do ouro a partir de 2008, temos uma nova onda avassaladora de garimpagem na região do Tapajós, com uma Intensificação da mecanização criando um cerco do ouro por diversas entradas, via rios, as TIs Munduruku e Sai Cinza.

A partir de 2018, entretanto, temos um momento de incentivo deliberado do Estado ao garimpo e o baixo grau de fiscalização e incidência institucional passou a ser regra, o que generalizou a atividade da mineração na Amazônia, ocasionando, particularmente na região o Tapajós, problemas ambientais, contaminações e processos de desmatamento, nunca antes presenciados na história, o que também amplia a pressão sobre os territórios Munduruku e Sai Cinza. Um exemplo é a garimpagem pelo Rio Cururu que passa a ser realizada de forma intensa no interior das TIs a partir de 2021.

A partir de 2023, temos uma retomada da dinâmica e fiscalização, o início de processos de desintrusão de garimpos em terras indígenas pelo Estado, o que novamente faz a fronteira garimpeira procurar espaços de fragilidade institucional, mas também leva a atividade da minaração para as bordas das terras indígenas e produz um intenso deslocamento entre regiões de explooração ourífera. Essa dinâmica histórica da garimpagem colocam as Terras Indígenas Munduruku e Sai Cinza entre aqueles territórios com maior concentração de garimpo ilegal na Amazônia. Abaixo faz-se um quadro geral para entender melhor a fenômeno histórico do garimpo no Tapajós.

Período	Característica	Intensidade e Tecnologia	Estado e Instituionalidade	Intrusões nos Territórios Munduruku
Décadas de 1950 e 1960	Início da exploração aurífera expressiva no Vale do Tapajós, que se torna a principal área de concentração de garimpos e de garimpeiros na Amazônia.	A distribuição espacial se dá por pequenos rios e o trabalho é essencialmente manual .	Incentivos para expansão de frentes econômicas para a Amazônia e ausência de preocupação ambiental.	Já há contaminação de rios que circulam no interior da Terra Indígena e início de atividade garimpeira no interior da TI.
Década de 1970	Alargamento e interiorização da frente do Garimpo no Vale do Tapajós.	Introdução de uma maior mecanização. Início de operações com balsas de mergulho, chupadeiras e dragas;	Incentivos para expansão de frentes econômicas para a Amazônia e ausência de preocupação ambiental	Há exploração de Ouro e cassiterita nos rios dentro da TI Munduruku
Décadas de 1980	Crescimento vertiginoso da frente do garimpo na Amazônia, fazendo esta década ficar conhecida como da "corrida do ouro na Amazônia". Os conflitos socioambientais decorrentes do garimpo se multiplicam.	Introdução generalizada de mecanização por meio de balsas de mergulho, chupadeiras, dragas e desmonte hidráulico. Generalização da contaminação dos rios por mercúrio.	Mineração torna-se a principal frente incentivada pelo Estado para a Amazônia	Elevação dos processos de exploração garimpeira no interior da TI Munduruku e introdução da garimpagem como atividade econômica no interior de algumas aldeias.

Décadas de 1990 e 2000	Aumento do garimpo, mas de forma bem mais lenta que nas últimas décadas, destaque para a expansão pelo Rio das Tropas.	Uso predominante de desmonte hidráulico, balsas e chupadeiras, e secundariamente de dragas.	Redemocratização e maior incidência de legislações ambientais	Continuidade da exploração garimpeira de algumas áreas no interior da TI Munduruku
2008 a 2018	Elevação do preço internacional do ouro e nova "corrida do ouro na Amazônia" com alargamento e interiorização das regiões garimpeiras alargando também os conflitos socioambientais.	Uso associado de diversas técnicas, mas predomínio de maquinário pesado, como dragas escariantes e retroescavadeiras.	Preocupação ambiental, mas baixa capacidade de fiscalização ambiental	Elevação dos processos de exploração garimpeira nos entornos e no interior da TI Munduruku.
2018 a 2022	Facilitação da expansão do garimpo por políticas estatais, processos de mudanças legislativas e ataques a legislações ambientais, o que provocou um alargamento e interiorização do garimpo e de seus conflitos socioambientais.	Uso associado de diversas técnicas, mas predomínio de maquinário pesado, como dragas escariantes e retroescavadeiras.	Estado como agente incentivador o garimpo, mudanças na legislação para legalizar ações ilegais	Construção de um verdadeiro cero do ouro aos territórios Munduruku com a expansão avassaladora do garimpo pelos entornos da Terra Indígena, com vários pontos de intrusão deliberada.

2023 ao Período atual	O preço do ouro continua bastante alto ocasionando a expansão o garimpo e seus conflitos socioambientais associados, embora o Estado reconstrua órgãos de fiscalização e formas de controle a atividade.	Uso associado de diversas técnicas, mas predomínio de maquinário pesado, como dragas escariantes e retroescavadeiras.	Estado se coloca no combate ao garimpo ilegal com ações de desintrusão, operações de inteligência, mas ainda de forma pontual e desconsiderando a complexidade regional e o trânsito populacional entre regiões garimpeiras	Concentração da atividade garimpeira nos entornos das Terras Indígenas, o que continua alargando contaminação de rios que circulam no interior da TI e conflitos socioambientais, embora o Estado organize, a partir de 2024, diversas operações de desintrusão.

Quadro 1 – Dinâmica temporal do garimpo no Tapajós
Fontes: Vega et ali (2021) e Wanderley (2015).

O que se iniciou na década de 1950 como uma atividade predominantemente manual e de pequena escala, transmutou-se, no século XXI, para um fenômeno industrial de proporções transnacionais, o que produz um cerco aos territórios Munduruku instalando conflitos socioambientais, generalizando a contaminação por metais pesados neste povo, notadamente o mercúrio. Este avanço, impulsionado pela alta nos preços globais da commoditie ouro e, em anos recentes, por uma política de inoperância estatal e incentivo direto à invasão de Terras Indígenas (TIs), criou um cenário de crise humanitária e ambiental sem precedentes.

Diante do colapso da soberania territorial e da integridade dos ecossistemas amazônicos, o Estado brasileiro iniciou, a partir de 2024, uma mudança de paradigma na gestão ambiental e de segurança. O processo de desintrusão operado pelo Governo

Federal marca o esforço de retomada do controle estatal sobre áreas críticas, visando desarticular as redes criminosas que financiam o garimpo, de modo a garantir os direitos constitucionais dos povos originários. A tentativa de fortalecimento dos órgãos de fiscalização ambiental e os processos de desintrusão, entretanto, embora tenham reduzido a atividade garimpeira no interior das TIs, alargou a mesma atividade em seus entornos, além de não promover uma substituição efetiva da atividade econômica em territórios antes dependentes do garimpo, o que também gerou contradições que serão melhor detalhadas ao longo deste relatório.

Ainda a título de contextualização, este relatório irá concentrar sua análise em um ponto específico e estratégico da região aurífera do Tapajós, que são os municípios de Jacareacanga, Itaituba e Santarém, onde ocorreu o trabalho de campo desta pesquisa para compreender melhor a pressão sobre os territórios do povo Munduruku. Nesse sentido, é importante notar que o município de Jacareacanga é um dos epicentros históricos e contemporâneos do garimpo ilegal na Amazônia, além de abrigar grande parte das Terras Indígenas (TIs) Munduruku e Sai Cinza, que sofrem com a pressão constante de invasões para exploração ilegal de ouro.

O garimpo nessa região remonta a década de 1950, com a mineração no Rio das Tropas, afluente do Tapajós que está nas cercanias do que irá se transformar no distrito de Jacareacanga, criado ainda em 1961, que se transformou em importante ponto de apoio para o escoamento de ouro na década de 1980, sendo emancipado como município, desmembrado do Itaituba, em 1991. Com a efervescência do garimpo a partir de 2008 e com a o crescimento deliberado e vertiginoso após 2018, Jacareacanga se transforma num dos principais centros de apoio logístico da região aurífera do Tapajós, permitindo o escoamento, a entrada de insumos e de maquinário e, também, participando da rota internacional do ouro, mas também das rotas clandestinas do mercúrio. A partir de Jacareacanga, portanto, observam-se as condições objetivas para a interiorização do garimpo na região do alto Tapajós, sendo, também, o espaço urbano com maior concentração de população Munduruku, o que em números, segundo o Censo de 2022, significa 59,13% da sua população total é indígena (14.216 pessoas), a grande maioria Munduruku (IBGE, 2022)

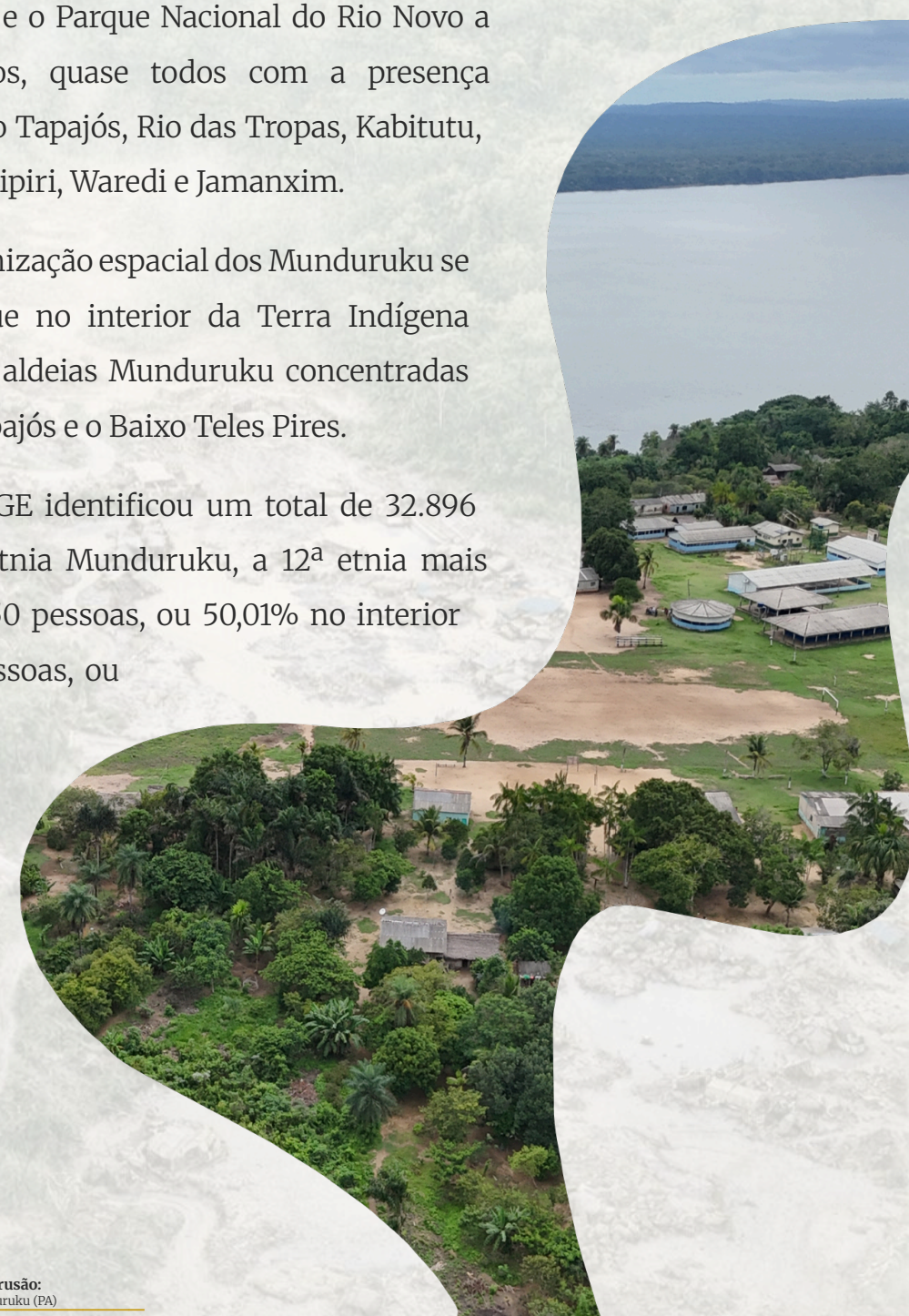
Os indígenas Munduruku são pertencentes à família lingüística Munduruku, do tronco Tupi. Sua autodenominação é Wuy jugu, que significa “nós somos gente”. A

designação Munduruku veio a partir do século XVIII e era o modo como estes eram denominados pelos Parintintins. Os Munduruku estão em regiões e territórios diferentes nos estados do Pará (sudoeste, calha e afluentes do rio Tapajós, nos municípios de Santarém, Itaituba, Jacareacanga), Amazonas (leste, rio Canumã, município de Nova Olinda; e próximo a Transamazônica, município de Borba), Mato Grosso (Norte, região do rio dos Peixes, município e Juara) (ISA, 2025).

A Terra Indígena Munduruku possui aproximadamente 2,38 milhões de hectares e faz divisa com outras áreas protegidas, como a Terra Indígena Sai Cinza ao norte, a Terra Indígena Kayabi ao sul e a Floresta Nacional do Crepori e o Parque Nacional do Rio Novo a leste. Entre os principais rios, quase todos com a presença confirmada do garimpo, estão o Tapajós, Rio das Tropas, Kabitutu, Kadiriri, Teles Pires, Cururu, Anipiri, Waredi e Jamanxim.

A complexidade da organização espacial dos Munduruku se alarga quando percebemos que no interior da Terra Indígena existem aproximadamente 145 aldeias Munduruku concentradas principalmente entre o Alto Tapajós e o Baixo Teles Pires.

O Censo de 2022 do IBGE identificou um total de 32.896 indígenas autodeclarados da etnia Munduruku, a 12ª etnia mais populosa do Brasil, sendo 16.450 pessoas, ou 50,01% no interior das Terras Indígenas, 9.940 pessoas, ou 30,22% fora das TIs, em áreas urbanas e 6.506 pessoas, ou 19,78% do povo, fora das TIs em áreas rurais.



Essa complexidade geográfica do povo Munduruku, aliada a diversidade de temporalidades com que cada

grupo teve contato com o garimpo e a forma como cada liderança lidou com o processo, pois esta fato produz um cenário bastante diverso em relação aos vinculos com a atividade garimpeira, e consequentemente, em relação à desintrusão. A análise concentra-se em terras Munduruku localizados nas áreas circundantes à cidade de Jacareacanga, o que é apenas uma amostra da complexidade de relações se cinsiderasse as Terras Indígenas como um todo.

Diante desse panorama histórico, torna-se fundamental compreender não apenas a expansão física do garimpo, mas também os mecanismos que sustentam sua permanência e capilaridade na região. Nesse sentido, a próxima seção analisará o circuito ilegal do garimpo em Jacareacanga, evidenciando as redes logísticas, os fluxos de insumos e de ouro e os agentes envolvidos nessa dinâmica. Além disso, serão examinadas as desigualdades produzidas no espaço urbano, marcadas pelo avanço de um modelo de urbanização espontâneo que tem gerado bairros socialmente vulneráveis, frequentemente ocupados por populações indígenas, como é o caso do bairro Alagados.



Capítulo 2

Circuito espacial do garimpo ilegal em Jacareacanga

Antes de adentrar empiricamente no debate analítico acerca do circuito espacial que movimenta os fluxos e dinâmicas do garimpo ilegal, é necessário definir o conceito de circuito espacial, entendido como o conjunto articulado de lugares, fluxos, objetos e ações que possibilitam a produção, circulação, distribuição e consumo de bens, capitais ou informações no espaço geográfico. Visto que no caso do garimpo ilegal, ele expressa a maneira pela qual essa atividade econômica constrói territorialidades que se conectam em diferentes pontos por meio de infraestruturas, normas, técnicas e relações de poder que formam uma rede funcional voltada para a produção garimpeira.

Segundo Santos (1986), os circuitos espaciais de produção correspondem às diferentes etapas pelas quais um produto percorre, desde o início do processo produtivo até sua inserção no consumo final. No caso do garimpo ilegal, a análise desse circuito permite compreender não apenas o percurso do ouro extraído em territórios ilegalmente explorados, mas também os impactos socioambientais, territoriais e econômicos associados a essa atividade. Compreender integralmente esse trajeto implica reconhecer as múltiplas relações estabelecidas entre a matéria-prima, os territórios afetados, especialmente terras indígenas, e a sociedade, evidenciando as diversas formas de articulação entre ilegalidade, economia formal e reconfiguração do espaço geográfico.

A atividade produtiva, definida como primária ou inicial, possui uma série de fases ou escalões correspondentes aos distintos processos de transformação pelos quais passa o produto principal até alcançar o consumo final (Santos, 1986, p. 121). No contexto do garimpo ilegal na Amazônia, essas fases extrapolam o momento da extração mineral e envolvem um complexo circuito espacial que articula territórios protegidos, infraestruturas logísticas fluviais e aéreas, centros urbanos regionais e mecanismos formais de comercialização e financeirização. Esse encadeamento evidencia como uma atividade primária ilegal se insere em escalões sucessivos de circulação, beneficiamento

e legalização do produto, produzindo impactos multiescalares sobre os territórios indígenas, a governança ambiental e a organização socioeconômica regional.

No estado do Pará, a Terra Indígena Munduruku se revela como um espaço central de extração de ouro e conflitos. A região é caracterizada pela apropriação ilegal de Terras Indígenas, resultando na ruptura do regime jurídico e no uso tradicional do território por parte de seus habitantes. Tal dinâmica transforma o solo indígena em um espaço produtivo subordinado a lógicas econômicas externas, culminando em intensos problemas socioambientais, que se manifestam em violência e degradação dos recursos naturais, como rios, solo e saúde das comunidades locais.

Geograficamente, a TI Munduruku é um território funcionalizado, integrado à economia regional e global por meio de fluxos ilícitos, apesar de ser legalmente protegido. Essa contradição revela uma complexa teia de relações que interliga interesses locais e globais, muitas vezes à custa dos direitos e da integridade das populações indígenas. Dentro desse contexto de extração, surgem infraestruturas logísticas fundamentais que conectam o espaço da extração aos circuitos econômicos, as quais podem ser categorizadas em três blocos principais.

Em primeiro lugar, os postos de combustíveis atuam como nodos logísticos primários. Localizados em vilas, estradas e áreas periurbanas, esses postos são não apenas pontos de abastecimento energético para atividades ilegais, mas também evidenciam a porosidade entre a economia formal, através do fornecimento de combustível legal, e os usos ilegais, refletindo uma interseção crítica entre a legalidade e a ilegalidade no território.

Em segundo lugar, as balsas fluviais operam como um meio de abastecimento que, além de proporcionarem acesso contínuo e discreto às áreas de garimpo, substituem ou complementam a malha rodoviária existente. Nesse sentido, os rios se tornam infraestrutura econômica do crime, impactando diretamente a governança ambiental da região.

Por fim, o aeródromo local e o uso de pistas clandestinas representam uma verticalização logística crucial, permitindo a redução do tempo-distância e a integração do garimpo a redes regionais e nacionais. Tal dinâmica reforça a fragmentação do controle estatal sobre o território, consolidando a presença de atividades ilícitas no

cotidiano local. Em sua totalidade, esses três elementos configuram uma rede logística multiescalar, típica de economias ilícitas bem estruturadas, permitindo que a exploração de recursos aconteça de maneira organizada e eficiente.

As oficinas mecânicas desempenham um papel fundamental dentro deste circuito econômico ilegal. Situadas em áreas urbanas ou semiurbanas, essas oficinas garantem a reprodução técnica das operações de garimpo. Funcionando como zonas cinzentas, onde atividades aparentemente legais coexistem com práticas ilícitas, elas concentram mão de obra local e criam uma dependência econômica que naturaliza a atividade ilegal. Essa configuração geográfica representa um ponto de ancoragem urbana para o circuito ilegal, reforçando sua permanência e invisibilidade no território.

A zona comercial urbana, composta por pontos de compra de ouro, marca a transição do circuito produtivo ilegal para o circuito mercantil. Nesse espaço, o ouro é convertido em mercadoria monetizável, e a origem ilícita do recurso é diluída por meio de intermediários, resultando na inserção do garimpo na economia urbana regional. Essa normalização da atividade ilegal no cotidiano urbano gera externalidades econômicas positivas em nível local, complicando o enfrentamento político a essa questão.

Outro aspecto crucial desse circuito diz respeito às empresas de fachada, que facilitam a lavagem de capitais e utilizam instrumentos da economia formal para legitimar rendas ilícitas. Essas empresas atuam como intermediárias entre o crime e a formalidade, articulando-se com sistemas financeiros, fiscais e cartoriais. Geograficamente, esse processo representa a desmaterialização do crime, onde o ouro, antes visto como um recurso territorial transforma-se em fluxos financeiros que se deslocam para bancos e escritórios localizados nas cidades, expandindo a rede de interesses ilícitos.

Finalmente, o bloco da economia formal indica a reterritorialização do capital ilegal em ativos fixos, influenciando diretamente o mercado imobiliário e urbano. Essa dinâmica gera desigualdades socioespaciais e inflação localizada, perpetuando a exclusão de comunidades indígenas e marginalizando seus direitos. O organograma abaixo demonstra como está organizado e conectado este circuito espacial da produção garimpeira.

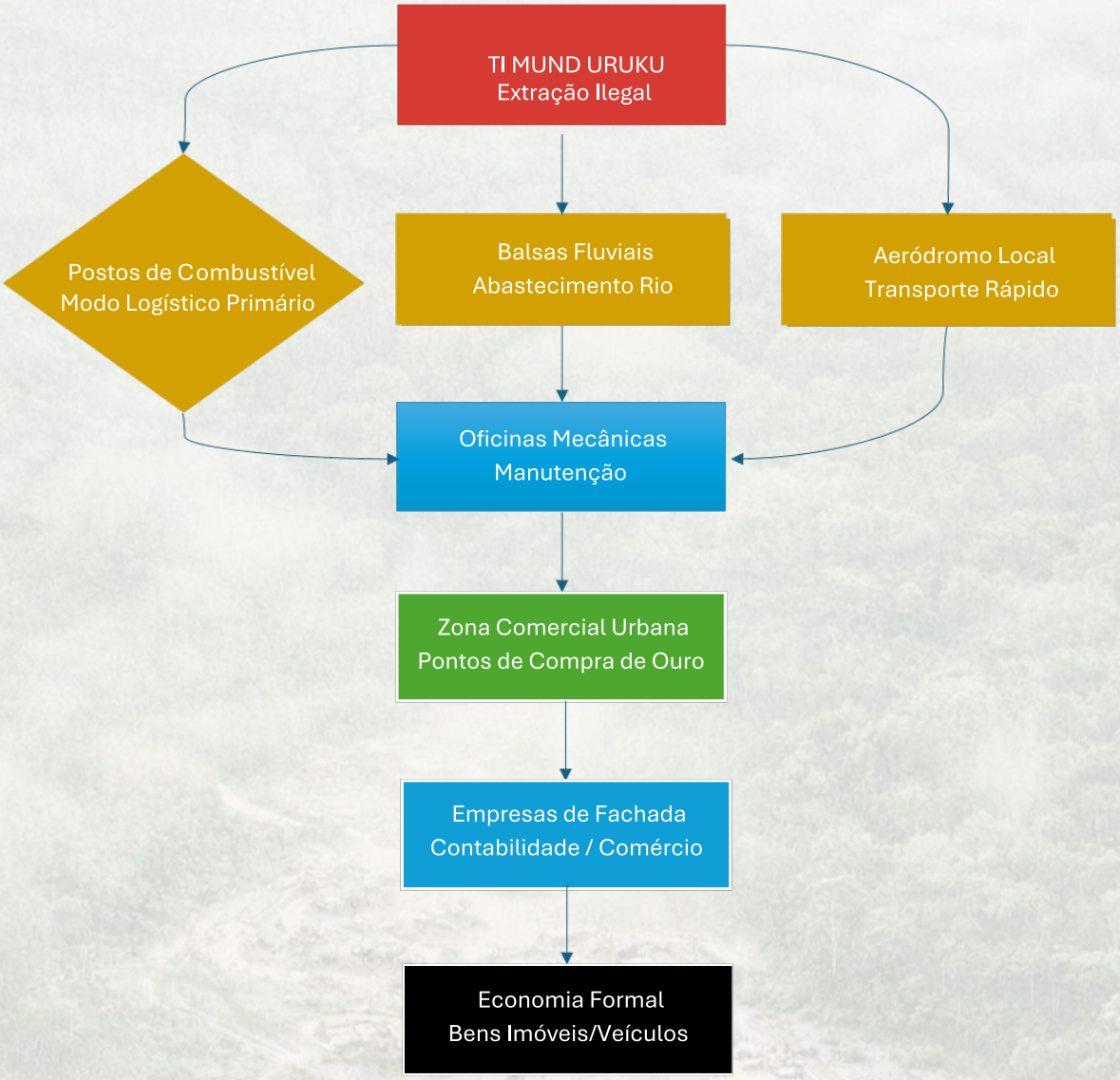


Figura 1 – Organização do garimpo na região do Vale do rio Tapajós-PA
Fonte: Instituto Mãe Crioula/UEPA (2025).

A análise integrada das informações obtidas durante o trabalho de campo em Jacareacanga (PA) evidencia que a extração ilegal de ouro, associada à frágil presença do Estado na região, produz impactos socioespaciais significativos. Esses fatores contribuem para a conformação de um mosaico territorial marcado pela exploração econômica, pela precariedade das condições de vida e por processos de reconfiguração populacional forçada, decorrentes da pressão sobre os territórios e da degradação ambiental.



Observa-se que o contexto de vulnerabilidade social que favorece a ocupação e o controle de determinados espaços por facções criminosas vinculadas ao narcotráfico, que se aproveitam da ausência ou insuficiência de políticas públicas e de fiscalização. Esse processo de territorialização de grupos criminosos tem contribuído para o aumento da violência, para a intensificação de conflitos locais e para o agravamento dos riscos sociais. Esses elementos reforçam a necessidade de análises integradas e de ações coordenadas do poder público voltadas ao fortalecimento da presença institucional, ao enfrentamento das atividades ilegais e à proteção das populações e dos territórios afetados.

Os rios da região funcionam como os eixos centrais dessa organização espacial, vetores fundamentais para a interação socioespacial e para os fluxos econômicos ilegais. Durante o deslocamento fluvial em pesquisa de campo, a observou-se a presença de garimpos ativos e inativos, que conferem ao curso d'água uma tonalidade barrenta, materializa no ambiente a continuidade histórica de uma exploração que opera à margem da lei. Essa atividade não se restringe às currutelas, mas utiliza a rede hidrográfica para exercer pressão sobre áreas legalmente protegidas, como a Terra Indígena Munduruku e a APA do Tapajós, demonstrando uma lógica expansionista que ignora fronteiras legais. A perspectiva de instalação da empresa Ouro Roxo LTDA na

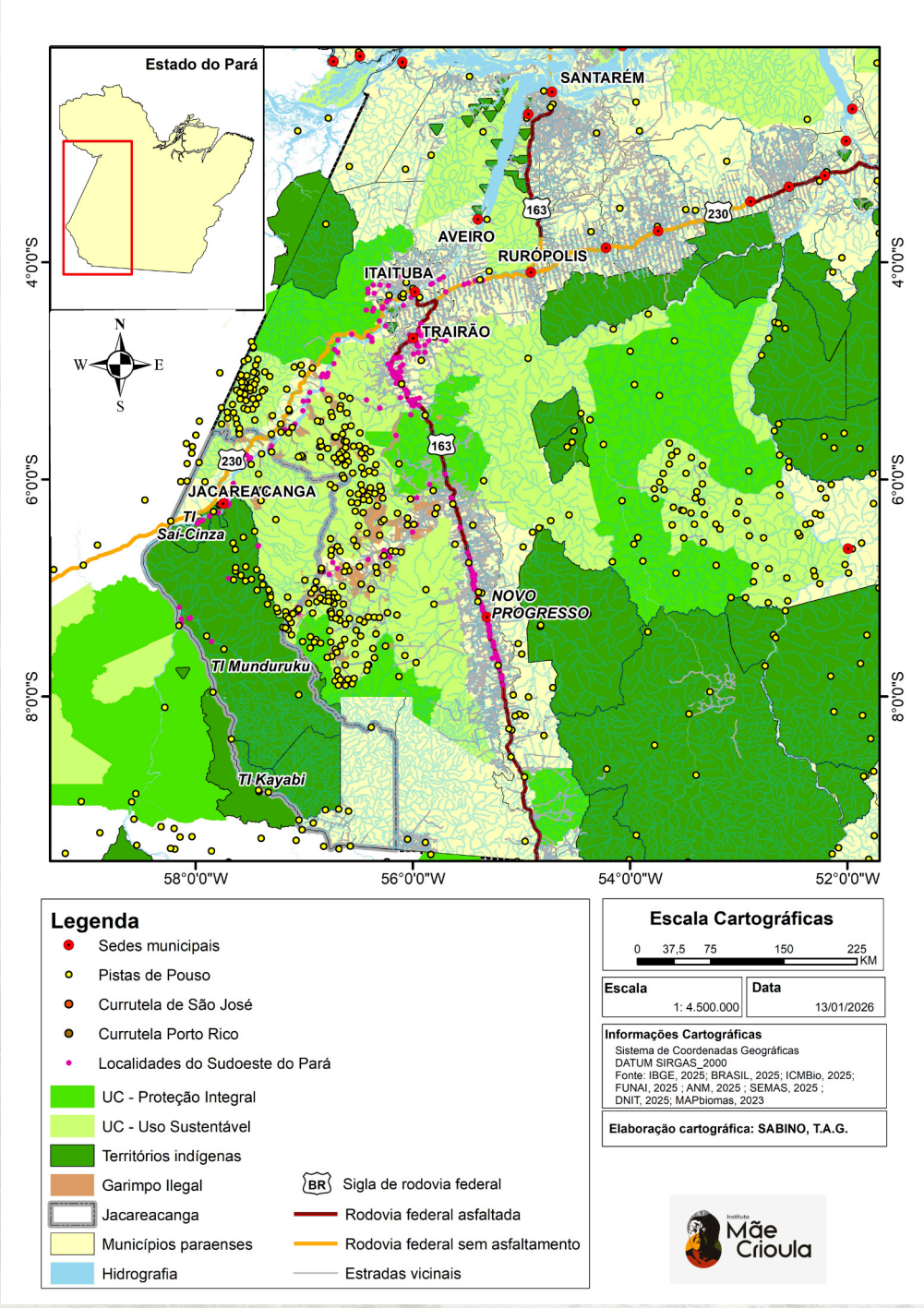
Currutela de São José sinaliza uma potencial nova fase nesse processo, na qual o capital corporativo pode buscar formalizar e intensificar a exploração, redefinindo as relações de poder no território.

Contudo, as consequências dessa produção capitalista do espaço baseada no extrativismo ilegal extrapolam os locais de escavação e geram ondas de impacto que recaem sobre a gestão municipal, como ficou evidente no diálogo com a Secretaria de Planejamento. As operações da Polícia Federal contra os garimpos, ao desestruturar uma atividade econômica ilegal central, criaram uma crise social que sobrecarregou a prefeitura. A necessidade de distribuir cestas básicas, criticada pela secretária como um assistencialismo que não gera autonomia, expõe a incapacidade do poder público em oferecer alternativas. Esse vácuo é agravado por uma condição geográfica fundamental: a logística de custos exorbitantes, que triplica o valor de qualquer projeto e paralisa a capacidade de execução do município, inclusive para atender a demandas emergentes de comunidades por projetos produtivos, como aviários e piscicultura.

A intensificação de ações repressivas sobre essa atividade tem provocado deslocamentos populacionais, especialmente de grupos indígenas, que passam a ocupar novas áreas urbanas, formando territórios de concentração que expressam, na cidade, processos de ruptura socioeconômica vivenciados em seus territórios de origem. Esse movimento evidencia como a desestruturação de modos de vida tradicionais, associada à instabilidade gerada pelo garimpo, contribui para a reorganização do espaço urbano. Trata-se de um processo que revela a incorporação de populações e práticas a novas dinâmicas espaciais, marcadas por precariedade, redefinição de usos do território e intensificação de desigualdades, refletindo, em escala urbana, as transformações mais amplas promovidas pela expansão do garimpo na Amazônia.

Dessa forma, a realidade de Jacareacanga constitui um quadro geográfico onde a produção do espaço é dominada por uma economia ilegal de extração, cujas crises geram externalidades que a gestão municipal limitada e a logística financeiramente estrangulada é incapaz de gerir. O resultado é um território fragmentado: de um lado, currutelas e rios sob pressão do garimpo artesanal e corporativo; de outro, uma cidade que absorve os fluxos de populações deslocadas e seus conflitos, sem possuir recursos para promover interações socioespaciais integradoras ou alternativas econômicas sustentáveis.

Este cenário evidência a urgência de políticas públicas que transcendam a escala municipal e abordem, de forma integrada, as múltiplas dimensões territoriais do conflito entre conservação, direitos indígenas e modelos de desenvolvimento na Amazônia. No mapa 3, abaixo, demonstra-se a espacialização dos circuitos espaciais do garimpo na região Oeste do Pará, enfatizando a complexidade dessa dinâmica, com a utilização de pistas de pouso, rodovias e cidades da região como nexos de escalas geográficas do local, regional ao global.



Mapa 3– Circuitos espaciais e logísticos do garimpo
Fonte: Trabalho de campo (2025).

De acordo com o mapa acima, o circuito espacial do garimpo no Vale do Tapajós evidencia que a atividade garimpeira na região não se configura como prática dispersa, episódica ou residual, mas como um sistema territorialmente estruturado, cuja lógica pode ser adequadamente compreendida a partir da teoria dos circuitos espaciais da economia, desenvolvida por Santos (1986). Segundo o autor, os circuitos espaciais expressam a articulação entre produção, circulação, distribuição e consumo, organizando-se de forma desigual no território e revelando as hierarquias socioespaciais que sustentam determinadas atividades econômicas.

No caso do vale do rio Tapajós, no Sudoeste do Pará, o garimpo ilegal se insere em um circuito econômico específico, marcado por forte informalidade, ilegalidade e violência, mas dotado de elevada racionalidade territorial. Esse circuito articula áreas de extração mineral, infraestruturas logísticas formais e informais, centros urbanos intermediários e territórios protegidos, compondo uma rede funcional que integra escalas locais, regionais e extrarregionais.

Os municípios de Itaituba e Jacareacanga desempenham papel central na organização desse circuito. Itaituba se consolida como principal nó urbano e logístico, concentrando fluxos de mercadorias, capitais, pessoas e informações. A elevada densidade de pistas de pouso, a conexão com as rodovias federais BR-230 (Transamazônica) e BR-163 (Cuiabá–Santarém), bem como a proximidade com extensas áreas de garimpo, conferem ao município a função de centro de comando e redistribuição do circuito. Ainda que a extração ocorra majoritariamente em áreas periféricas e de difícil acesso, é em Itaituba que se organizam os serviços, o financiamento, o escoamento do ouro e a articulação com mercados mais amplos, evidenciando sua posição hierárquica superior no circuito espacial, bastante evidente na paisagem urbana e na psicosfera/cotidiano da cidade, conforme a fotografia 1

1

Fotografia



Monumento símbolo do garimpo na Orla de Itaituba.
Fonte: Acervo do Instituto Mãe Crioula (2025).

Itaituba, localizada no Sudoeste do Pará, é amplamente conhecida como a "Capital do Ouro" ou "Cidade Pepita". A região configura-se como um dos principais centros de extração de ouro na Amazônia, desempenhando papel estratégico como polo logístico e de serviços no circuito espacial do garimpo, que se articula ao longo do rio Tapajós e da rodovia Transgarimpeira.

Esse circuito não se limita aos locais de extração, mas constitui uma rede complexa que integra diferentes etapas e agentes, desde o financiamento e fornecimento de insumos até o escoamento e a comercialização do ouro. Nas frentes de lavra, frequentemente situadas em áreas remotas e, em muitos casos, no interior ou entorno de Terras Indígenas e Unidades de Conservação, operam balsas, retroescavadeiras e maquinários de alto custo, cuja presença evidencia o grau de capitalização da atividade. Esses equipamentos, assim como combustíveis, mercúrio e mantimentos, são transportados a partir de núcleos urbanos como Itaituba e Jacareacanga, que funcionam como entrepostos fundamentais.

A cidade de Itaituba, nesse contexto, concentra serviços financeiros formais e informais, oficinas de manutenção de equipamentos, pontos de revenda de insumos e estabelecimentos que viabilizam a circulação do ouro no mercado. Destaca-se o papel das Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários (DTVMs), que, em muitos casos, atuam como canais de legalização de ouro de origem ilícita, inserindo-o no circuito formal por meio de mecanismos frágeis de controle sobre sua procedência. Assim, o ouro extraído ilegalmente nos garimpos é rapidamente incorporado a cadeias comerciais mais amplas, alcançando mercados nacionais e internacionais.

Paralelamente, a Transgarimpeira e os rios da região estruturam a circulação física desse circuito, permitindo tanto o acesso às áreas de exploração quanto o escoamento da produção. Essa infraestrutura, embora precária em muitos trechos, é suficiente para sustentar fluxos intensos e contínuos, conectando territórios profundamente interiorizados às dinâmicas globais do mercado de commodities minerais.

O circuito espacial do garimpo ilegal também produz efeitos significativos sobre o espaço urbano e regional. A centralidade econômica do ouro impulsiona dinâmicas de crescimento periférico, intensifica desigualdades socioespaciais e reforça a dependência de atividades ilícitas, ao mesmo tempo em que amplia pressões sobre territórios indígenas e ecossistemas sensíveis. Dessa forma, compreender esse circuito implica reconhecer não apenas sua dimensão econômica, mas também seus desdobramentos territoriais, sociais e políticos na Amazônia contemporânea.

2 Fotografia



Imagem aérea da cidade de Itaituba.
Fonte: Acervo do Instituto Mãe Crioula (2025).

Jacareacanga, por sua vez, assume a função de fronteira operacional do garimpo, atuando como ponto de acesso às áreas de extração situadas, sobretudo, em Terras Indígenas e Unidades de Conservação. Sua localização estratégica, associada à presença de estradas vicinais, rotas fluviais e pistas de pouso, permite a interiorização do circuito garimpeiro e sua expansão sobre áreas formalmente protegidos.

Nesse sentido, Jacareacanga se insere no circuito não como centro decisório, mas como espaço funcional indispensável à continuidade da atividade, com presença de serviços voltados a operação da atividade garimpeira, como oficinas de máquinas pesadas, lojas de insumos para o garimpo, hotéis de trânsito de garimpeiros, lojas de fabricação de joias, além de lojas para o consumo direto das pessoas (mercados, lojas de roupas, bares, etc.) reforçando a divisão territorial do trabalho característica dos circuitos econômicos descritos por Santos (1986).

A infraestrutura desempenha papel decisivo na consolidação desse circuito espacial. As rodovias federais estruturam os principais eixos de circulação, enquanto as estradas vicinais e pistas de pouso possibilitam a penetração em áreas de floresta contínua, reduzindo o controle estatal e ampliando a capilaridade do circuito ilegal. Tal configuração confirma a ideia de que os circuitos econômicos se apoiam em um meio técnico-científico-informacional seletivamente apropriado, no qual determinados objetos técnicos (ainda que ilegais ou informalmente implantados) são fundamentais para a fluidez.

A sobreposição espacial entre áreas de garimpo ilegal, Terras Indígenas (com destaque para a Terra Indígena Munduruku) e Unidades de Conservação revela uma dimensão central do circuito: sua dependência da apropriação violenta de territórios e da fragilização da governança ambiental e fundiária. Essa dinâmica evidencia que o circuito espacial do garimpo se reproduz a partir da desigualdade socioespacial, transformando territórios protegidos em áreas funcionais à acumulação ilegal. Assim, o circuito não apenas explora recursos naturais, mas também reorganiza o espaço, produzindo conflitos, degradação ambiental e desestruturação dos modos de vida tradicionais.

Além disso, a presença de currutelas e pequenas localidades associadas ao garimpo indica a formação de uma rede urbana secundária e funcional, voltada ao atendimento das demandas imediatas da atividade. Esses núcleos operam como espaços de suporte logístico, comercial e social, reforçando a permanência do circuito e sua capacidade de adaptação às ações de controle e fiscalização. Tal rede confirma que, mesmo inserido predominantemente no chamado "circuito inferior da economia", o garimpo mantém articulações constantes com segmentos do circuito superior, especialmente no que se refere à comercialização do ouro, à lavagem de capitais e à inserção em mercados nacionais e internacionais.

Desse modo, o circuito espacial do garimpo no Sudoeste do Pará deve ser compreendido como parte de uma economia política do território, na qual diferentes agentes (garimpeiros, financiadores, intermediários, agentes públicos e organizações criminosas) atuam de forma articulada, ainda que assimétrica. A leitura cartográfica evidencia que o garimpo se estrutura como atividade permanente, integrada e multiescalar, cuja lógica ultrapassa o âmbito local e se conecta a redes ilícitas mais amplas.

3 Fotografia



Transporte de máquinas utilizadas pelo garimpo
Fonte: Acervo do Instituto Mãe Crioula (2025).

A fotografia 3, acima, registra um conjunto de veículos e maquinários pesados estacionados no entorno da rodovia Transamazônica no trecho que integra Itaituba à Jacareacanga. Observam-se caminhões de carga (inclusive modelo baú), uma caminhonete utilitária, além de reboques e pranchas transportando equipamentos de grande porte, entre os quais se destaca uma pá carregadeira ou retroescavadeira. Parte dos materiais encontra-se coberta por lonas, sugerindo transporte de insumos ou componentes operacionais.

Desse modo, o registro fotográfico indica uma operação logística estruturada e articulada, com capacidade de deslocamento de maquinário pesado para áreas de difícil acesso, considerando as condições da rodovia em período chuvoso. A presença de equipamentos voltados à movimentação intensiva de solo é compatível com atividades que exigem grande alteração da paisagem física, como mineração mecanizada, abertura de vias ou exploração madeireira. Entretanto, considerando a indicação de deslocamento

em direção ao município de Jacareacanga (PA), o maquinário retratado apresenta forte compatibilidade com a infraestrutura empregada em frentes de garimpo mecanizado.

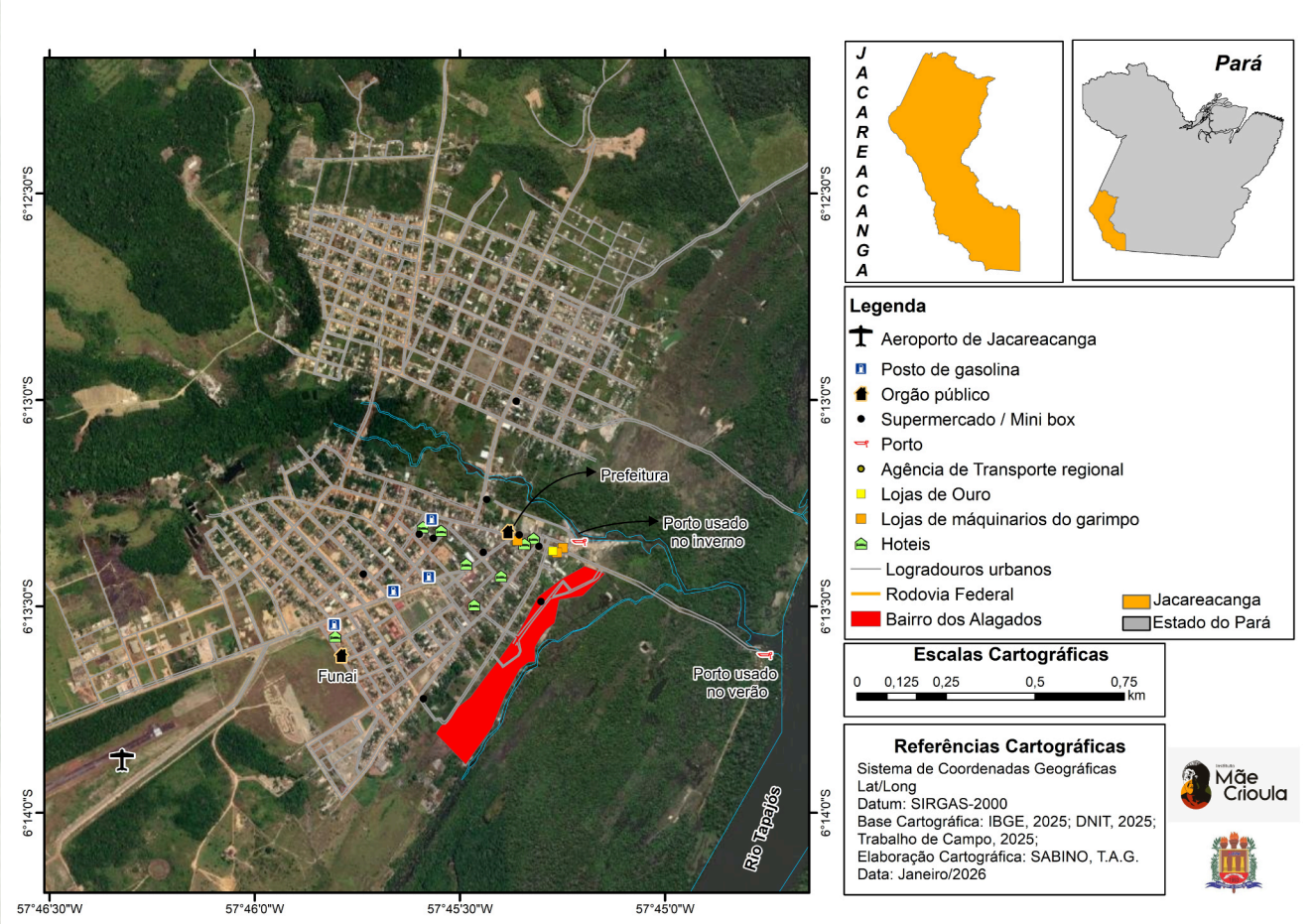
A imagem não registra diretamente a atividade de extração mineral, mas documenta um momento logístico estratégico: o transporte e a interiorização de equipamentos. Essa etapa é fundamental para a consolidação de novas frentes de exploração, pois viabiliza a instalação física da atividade no território. A mecanização observada sugere operações de maior escala produtiva, com potencial para rápida transformação ambiental, incluindo supressão vegetal, revolvimento de grandes volumes de solo e possível impacto sobre corpos hídricos.

Na Amazônia, o deslocamento dessa estrutura operacional aciona uma rede estratégica de apoio que intensifica e mobiliza os circuitos econômicos e produtivos do garimpo ilegal, contando, sobretudo, com a participação de grupos indígenas favoráveis a essa atividade. Em Jacareacanga, onde há registros de conflitos socioambientais relacionados ao garimpo, a circulação de maquinário pesado evidencia não apenas uma atividade econômica, mas uma dinâmica que envolve capital, logística e articulação regional. Assim, a fotografia registra a materialidade que sustenta a expansão da mineração mecanizada na Amazônia. Mais do que um flagrante de transporte, a fotografia 3 revela a infraestrutura necessária à consolidação de empreendimentos extrativos em áreas remotas, contribuindo para a compreensão das dinâmicas espaciais, econômicas e socioambientais associadas a esses processos.

Os reflexos mais dramáticos dessas dinâmicas territoriais se materializam em uma reconfiguração do espaço urbano de Jacareacanga. A repressão ao garimpo desencadeou um significativo deslocamento populacional indígena para a cidade, onde se formou o bairro Alagado, um novo território de concentração que traduz, na malha urbana, o deslocamento forçado e a desestruturação socioeconômica das aldeias. Esse processo migratório, associado ao colapso de um meio de vida, trouxe consigo o agravamento de problemas sociais complexos, como o aumento do alcoolismo entre os Munduruku, sobrecarregando ainda mais os já frágeis serviços municipais de saúde e assistência social.

Dessa forma, a realidade de Jacareacanga constitui um quadro geográfico onde a produção do espaço é dominada por uma economia ilegal de extração (mapa 4), cujas crises geram externalidades que um Estado municipal limitado e logística e

financeiramente estrangulado é incapaz de gerir. O resultado é um território fragmentado: de um lado, currutelas e rios sob pressão do garimpo artesanal e corporativo; de outro, uma cidade que absorve os fluxos de populações deslocadas e seus conflitos, sem possuir recursos para promover interações socioespaciais integradoras ou alternativas econômicas sustentáveis. Esse cenário evidencia a urgência de políticas públicas que ultrapassem a escala municipal e considerem, de forma integrada, as múltiplas dimensões territoriais envolvidas no conflito entre conservação ambiental, direitos indígenas e modelos de desenvolvimento na Amazônia.



Mapa 4 – Circuito espacial urbano em Jacareacanga - Pará
Fonte: Trabalho de campo (2025).

O mapa 4, acima, evidencia uma malha urbana relativamente regular, com padrão ortogonal, típica de cidades amazônicas que passaram por processos de expansão acelerada e pouco planejada, fortemente induzidos por ciclos econômicos extrativos. A ocupação se adensa no eixo central e se expande em direção às margens fluviais e às áreas de várzea, indicando que o rio Tapajós é um elemento estruturador central da cidade, tanto para mobilidade quanto para a economia local. A presença da rodovia federal

Transamazônica reforça a articulação regional de Jacareacanga, conectando o núcleo urbano aos circuitos logísticos mais amplos do garimpo, especialmente no transporte de insumos, equipamentos e pessoas, tanto para Itaituba quanto para o município de Apuí, no estado do Amazonas.

A análise do mapa urbano de Jacareacanga evidência também a constituição de um circuito espacial do garimpo, no qual se articulam atividades produtivas, comerciais, logísticas e institucionais que conferem à cidade uma funcionalidade estratégica para a economia extrativa local/regional. Esse circuito se materializa na organização do espaço, na concentração seletiva de equipamentos e serviços e na orientação dos fluxos que conectam a cidade aos territórios de extração, muitos deles situados em áreas indígenas.

A concentração de lojas de ouro no núcleo central da cidade revela o papel de Jacareacanga como polo de comercialização, intermediação e escoamento do ouro produzido nos garimpos da região. A presença estratégica de hotéis, das agências de transportes regionais, e do porto da cidade (fotografia 4), completam esse circuito, viabilizando a circulação temporária de garimpeiros, atravessadores, compradores e outros agentes externos, e conectando o espaço urbano aos garimpos.

4 Fotografia



Porto de Jacareacanga as margens do rio Tapajós, no período do verão.
Fonte: Acervo do Instituto Mãe Crioula (2025).

A fotografia 4, acima, evidencia os fluxos de embarcações que conectam as áreas de exploração do garimpo, os territórios indígenas com a cidade de Jacareacanga a partir do rio Tapajós, onde a avenida Brigadeiro Haroldo Coimbra Veloso conecta a cidade ao rio, sobretudo no período do verão. Nessa fotografia aérea, é possível verificar que a cidade se expande pressionando a floresta amazônica, que ainda mantem algumas áreas verdes nas proximidades da área urbana.

Essa organização funcional da cidade de Jacareacanga expressa uma economia fortemente dependente do garimpo, que reorganiza a dinâmica da cidade e a subordina diretamente à atividade garimpeira, portanto, quando ocorrem processos de desintrusão e de fechamentos de garimpos ilegais, os efeitos socioeconômicos são negativos para o comércio local, impactando em toda a estrutura econômica da cidade, aumentando assim a vulnerabilidade social e abrindo margem para a dinâmica de violência urbana, sobretudo por meio das facções criminosas (fotografia 5).



5

Fotografia

Pichação da facção CV na Caixa d'água da Praça de Jacareacanga.
Fonte: Acervo do Instituto Mãe Crioula (2025).

O urbano deixa de ser estruturado prioritariamente pelas necessidades da reprodução social da população e passa a ser moldado pelas exigências logísticas e financeiras de uma economia ilegal ou semilegal. Por exemplo, a infraestrutura e os fluxos, são organizados conforme os períodos de verão e inverno, onde a existência dos portos da cidade se adapta ao regime hidrológico do rio Tapajós e evidência a centralidade da navegação fluvial como principal eixo de circulação de pessoas, mercadorias, combustíveis e ouro (Figura 2).



Figura 2 – Imagem de satélite dos portos da cidade de Jacareacanga.
Fonte: Imagem de Satélite do Google Earth (2026).

Essa infraestrutura sazonal, muitas vezes informal, é característica de economias que operam à margem do planejamento territorial e da regulação estatal, reforçando a fluidez das redes do garimpo e dificultando mecanismos de fiscalização e controle. Assim, não se tem o controle e muito menos se faz a tributação dos produtos que circulam por essas infraestruturas improvisadas, desde o combustível até o ouro, todavia são estruturas urbanas estratégicas e assumem papel central como nó logístico, garantindo o abastecimento de embarcações, aeronaves e veículos diretamente associados à atividade garimpeira.

A sobreposição espacial entre os equipamentos do circuito do garimpo e os órgãos do Estado, como a Prefeitura e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), explicita uma convivência tensa e ambígua entre poder público e economia ilegal. Essa proximidade sugere uma baixa capacidade de controle territorial efetivo, além de relações de interdependência entre o poder público local e a dinâmica econômica do garimpo, da qual depende parcela significativa da arrecadação, do emprego e da circulação monetária.

O Estado, embora fisicamente presente no espaço urbano, mostra-se politicamente fragilizado frente às redes econômicas ilegais que estruturam o território.

No caso específico da FUNAI, sua inserção na malha urbana contrasta fortemente com a pressão exercida pelo garimpo sobre terras indígenas da região, evidenciando um descompasso entre sua função institucional de proteção territorial e sua capacidade real de intervenção. Essa contradição revela limites estruturais da governança territorial na Amazônia, na medida em que os territórios indígenas são atravessados por fluxos econômicos ilegais que têm na cidade sua retaguarda logística, financeira e institucional.

As desigualdades socioespaciais produzidas por esse modelo de urbanização tornam-se particularmente visíveis no Bairro dos Alagados. Localizado em área sujeita a alagamentos e próxima ao rio, o bairro expressa a ocupação de áreas ambientalmente frágeis por populações socialmente vulnerabilizadas, resultando em precariedade habitacional, exposição a riscos ambientais e precária infraestrutura. Enquanto o centro urbano concentra as atividades economicamente estratégicas do circuito do garimpo, as populações de menor renda são empurradas para áreas de risco, configurando um processo de segregação socioespacial que explicita os custos sociais e ambientais da economia extrativa.

Por fim, o mapa revela que Jacareacanga opera como um nó urbano estratégico em redes ilícitas e semi-ilícitas que articulam garimpos situados em áreas rurais e terras indígenas, rotas fluviais e aéreas, e o comércio de ouro, combustíveis, equipamentos e serviços. Essa posição reforça o papel da cidade como plataforma logística e financeira do garimpo ilegal, com impactos diretos sobre a dinâmica urbana, a segurança pública e os conflitos territoriais, especialmente aqueles que incidem sobre os povos indígenas.

Em síntese, à luz da teoria dos circuitos espaciais da economia, o mapa revela que o garimpo ilegal no vale do rio Tapajós, na região Sudoeste do Pará, constitui um circuito econômico territorializado, sustentado por infraestruturas específicas, hierarquias urbanas e apropriações seletivas do espaço. Tal compreensão é fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas que superem abordagens pontuais e repressivas, reconhecendo o caráter estrutural, relacional e multiescalar do fenômeno, bem como seus profundos impactos socioambientais e territoriais.

Para começar a longa história da relação entre Terras Indígenas e o garimpo é importante retomar um dos vetores fundacionais do território brasileiro, o bandeirantismo. Esse "empreendimento" combinava o aprisionamento, a repressão aos indígenas e a recaptura de escravos fugidos com a exploração do ouro e diamantes junto ao leito dos rios. Essa lógica seguia a política metalista que norteava toda a ação da



Capítulo 3

O Garimpo e a atividade garimpeira em Terras Indígenas

Península Ibérica na época de sua hegemonia geopolítica colonial. Uma política, em sua essência, genocida e saqueadora (Chambouleyron, 2010).

O bandeirantismo, saído inicialmente do planalto paulista, avançou sobre todos os quadrantes regionais brasileiros, inclusive sobre a Amazônia, a partir da ocupação pelo planalto central. A demanda por trabalho (escravo) e por metais preciosos vai instituindo, no território, processos de nucleações urbanas que serão a base logística de ocupação do interior (dos sertões). É uma geografia das currutelas que, aos poucos, molda e é moldada pela constituição de um sujeito controverso no Brasil, o garimpeiro (Ricardo, 1942). Apesar de inserido em um empreendimento colonial, a figura do garimpeiro começa a ser descolada da figura do bandeirante e se idealiza uma espécie de "homem livre", capazes de adquirir com instrumentos simples a exploração do ouro através de técnicas como a lavra de aluvião e instrumentos como picaretas e bateias.

As áreas de garimpo foram os espaços onde mais os negros escravizados conseguiram comprar sua alforria durante o período escravocrata. Sendo assim, os primeiros garimpeiros remontavam ao desejo de liberdade pelo enriquecimento propiciado pela exploração do ouro. Era um trabalho com uma divisão simples de baixa mecanização e intensa força braçal, que movimentou a esperança de várias gerações, especialmente camponeses, na possibilidade de um enriquecimento (bamburrar, na linguagem dos garimpeiros) através da descoberta de uma grande pepita aurífera (Bringel, Morais & Wanderley, 2024).

Nesse processo, a construção da figura do garimpeiro foi associada a um indivíduo, muitas vezes destemido, desbravador, em busca do metal precioso. Às vezes, atuando sozinho, como um lobo solitário com sua bateia, ou em família ou em grupo (Brasil; MPF, 2020). A prática espacial garimpeira formou vilas, localidades e cidades, alcunhou riachos e igarapés, introduziu animais como burros, cavalos, éguas, bois e



vacas em áreas tradicionalmente ocupadas, o que, muitas vezes, significou violência aos povos indígenas e outros povos tradicionais, o que confere característica singular a essa figura da colonialidade brasileira.

É importante ponderar aqui que não partimos de uma identidade fixa do trabalho garimpeiro. Afirma-se nesse relatório que a lógica do garimpo, durante muito tempo, e por que não ainda hoje, em uma escala bem menor, se constitui como uma estratégia efêmera de reprodução camponesa e de desempregados urbanos enquanto mão de obra para extração mineral. Ou seja, o garimpo, no horizonte desses trabalhadores, era a esperança de condições melhores de vida. No garimpo, se "aventura", porque a centralidade do trabalho residia na roça e na criação de animais. Eventualmente, entre uma colheita e outra, esses trabalhadores se aventuravam em grotas garimpeiras, para, inclusive, poder bancar economicamente a vida na terra (Magalhães, 2002).

A figura política do garimpeiro e a legitimação da atividade atravessaram uma sequência de dispositivos normativos. No primeiro Governo Vargas (1930-1934) a atividade laboral foi reconhecida, protegida e incentivada, inicialmente pelo Decreto n.º

[1] *Bateia é um instrumento técnico utilizado no garimpo artesenal.*

24.193/1934, e posteriormente, pelo Código de Mineração de 1967 (Decreto nº 227, de 28 de fevereiro de 1967) que instituiu a matrícula do garimpeiro.

Nesse sentido, durante a Ditadura Militar e no início da redemocratização, foram decretadas 11 reservas garimpeiras, em diferentes anos (Wanderley, 2015). Na Constituição Federal de 1988, os garimpeiros se reafirmaram como um dos poucos grupos sociais cujos direitos estavam explícitos na Carta Magna, reafirmando sua força política e social. Por isso, a Lei n.º 7.805/1989 criou o regime de Permissão de Lavra Garimpeira (PLG) como o novo ordenamento territorial da atividade, substituindo a matrícula garimpeira e inutilizando as reservas. Por fim, a Lei n.º 11.685/2008 instituiu o Estatuto do Garimpeiro, estabelecendo direitos aos sujeitos políticos, além de inúmeras disposições infralegais, versando sobre a atividade (MPF, 2020).

O "contorcionismo normativo" recente e não adaptado às mudanças tecnológicas das últimas duas décadas gerou um grande problema político-jurídico. Ao substituir a definição de garimpeiro pelo ordenamento da PLG, a legislação acabou obscurecendo pelo menos três características dessa atividade: a questão técnica, a questão de classe e a questão ambiental (Bringel, Morais & Wanderley, 2024).

No que se refere à dimensão técnica, ao falar em PLG, apropria-se de uma categoria social histórica, com práticas tradicionais e "rústicas" de baixa tecnologia executada por trabalhadores pobres, para legitimar e legalizar verdadeiras próteses espaciais móveis como as grandes balsas, modernas dragas de prospecção e retroescavadeiras milionárias. A economia garimpeira hoje está profundamente inserida em circuitos espaciais de produção mundializados que articulam, em seu interior, práticas ilegais e legais (Bringel, Morais & Wanderley, 2024).

Como toda técnica é política, também se confunde o lugar do sujeito nessa produção, tornando obscuras as relações de classes profundamente assimétricas no interior dos espaços garimpeiros. Sob a desculpa do trabalho autônomo do garimpeiro, grupos empresariais, legais e ilegais, escondem-se da proteção de algum direito trabalhista que ainda resta, praticando toda sorte de trabalho precarizado no interior dessas frentes de extração, inclusive trabalhos análogos à escravidão. Por fim, ao associar

[2] *É um dispositivo normativo legal que permite a flexibilização para*

e idealizar o garimpeiro a uma prática de baixa intensidade de danos ao ambiente, interesses empresariais se escondem por de trás dessa narrativa para praticar, igualmente, toda sorte de crimes ambientais (Bringel, Morais & Wanderley, 2024).

Realizada essa distinção conceitual, chega-se a uma conclusão: é quase impossível separar hoje a prática da mineração industrial do garimpo na região da Amazônia legal. O esgarçamento do conceito da PLG resultou na inserção de uma série de atividades que, por sua natureza, sequer poderiam ser consideradas "garimpo", as quais, a despeito disso, seguem valendo-se das normas menos protetivas aplicáveis às PLGs e nem por isso deixam de ser menos empresariais e degradantes. Na Portaria DNPM n.º 155/2016 (art. 44), que traz a Consolidação de Normas do DNPM (atual Agência Nacional de Mineração - ANM), apenas se define, em termos de dimensão que a permissão de lavra garimpeira limita-se espacialmente à área de cinquenta hectares para garimpeiros - pessoas físicas e de mil hectares em caso de cooperativas, podendo chegar a dez mil hectares nessa hipótese, se exercida a lavra na Amazônia Legal (MPF, 2020). No subtópico seguinte, aborda-se mais detalhadamente a mobilidade do deslocamento e o metabolismo social do garimpo.

Abrindo a análise, a geógrafa Bertha Becker (1992) destaca que a mobilidade do trabalho na Amazônia é parte fundamental do processo histórico de ocupação, integração territorial e expansão do capitalismo na região. Para a autora, a mobilidade não é um fenômeno espontâneo, mas induzido por políticas estatais, estratégias econômicas e dinâmicas do mercado de trabalho. Desde a década de 1960 a Amazônia é caracterizada como uma fronteira de recursos, onde o vetor minerário é incentivado e logo se torna a principal pauta econômica de algumas regiões da Amazônia –

[3] *Trata-se de referências aos instrumentos utilizados na extração do ouro.*



Capítulo 4

Mobilidade do trabalho e o metabolismo social no garimpo

especialmente a região Sudoeste do Pará, ao longo do Rio Tapajós. Temos ali a presença de garimpos e garimpeiros há pelo menos 70 anos (Alarcon, Millikan e Torres, 2016).

Esse processo induz o mundo do trabalho em converter-se numa força móvel, temporária, polivalente e precária. Sofrem uma gestão de acordo as conveniências que o capital e seus agenciadores exigem nessa região. A mobilidade do trabalhador (migrante) amazônico ocorre tanto por migrações de longa distância e inter-regionais, mas, também, por deslocamentos internos (ou intra-regionais), marcados pela circulação constante entre campos, cidades pequenas e médias e grandes projetos econômicos como a mineração e o garimpo.

Constatou-se que essa mobilidade na região estudada está associada diretamente ao circuito espacial de produção minerária. Esse componente é importante porque sinaliza para diferentes etapas do processo econômico e os seus círculos de cooperação que estão em constante em movimento (noção de circuito e não de cadeia econômica) (Castillo & Fredericco, 2010; Santos, 1986). Por isso, para cada tempo-espaço desse circuito tem-se características específicas e processos de articulação pontuais.

Porém, se levar em consideração o conjunto do circuito espacial ver-se que guardam relações mais gerais com etapas diferentes do processo econômico. Explica-se: o primeiro momento é a extração propriamente dita do ouro e do seu cascalho, que é a

[4] *É um tipo de material bruto composto por fragmentos de rochas, areia e lama retirado de barrancos ou do leito de rios no processo de extração de metais e pedras preciosas, como ouro, diamante, cassiterita, etc.*

[5] *Curimã é uma expressão designada na região Sudoeste do Pará para aquelas porções de areia e outros materiais que são retirados e depositados nas margens dos rios pelo processo sucção das dragas. Esse material é resultado de uma espécie de primeiro crivo mas que com tempo pode ser remexidos para se retirar novamente ouro desse processo, uma "segunda ou terceira peneirada". Ver na Imagem XXo ouro.*

etapa que vai se dá no leito dos rios, nos baixões e nos curimãs (conforme a fotografia 6), mais também, nas galerias abertas em forma de poços.

Esta etapa mobiliza-se a partir da sobreposição ou no entorno das Terras Indígenas Munduruku, onde indígenas e trabalhadores migrantes são inseridos nessa etapa do circuito, tanto para abertura da lavra, quanto para chegada dos insumos (mão de obra, caminhonetes, rancho, e serviços de apoio em geral – cabeleireiros, prostitutas, drogas, internet, mercúrio-azougue, cianureto, dentre outros). Nesse contexto, a participação dos indígenas é estratégica para a instalação do "barranco" e para a escolha do lugar a ser explorado com a atividade garimpeira.

Fotografia 6



O Curimã – uma espécie de borra do garimpo
Fonte: Acervo do Instituto Mãe Crioula (2025).

As etapas da produção do garimpo na região do Vale do Tapajós podem ser sintetizadas seguindo as seguintes lógicas de produção:

- Etapas da Produção: ilustra os métodos de extração que envolve maquinários que exigem relativa tecnologia (baixão, dragas/balsas e filão), o processo de amalgamação com mercúrio e a fase crítica da queima do amálgama para obtenção do ouro.

- Logística e Circulação: demonstra a complexa rede de aeroportos e portos ilegais e como a infraestrutura de transporte (aeronaves, barcos e veículos 4x4) é compartilhada com o narcotráfico, caracterizando o narcogarimpo.

- Agentes do Circuito: identifica os diversos atores envolvidos, desde os financiadores (elites políticas e empresariais) e apoio logístico (pilotos, donos de supermercados e postos) até os operadores de campo (jateiros, maraqueiros, pczeiros, gerente do garimpo, cozinheiras, dentre outros) e as casas compradoras de ouro nos centros urbanos.

- Círculos de Cooperação: explica como as relações entre esses agentes e instituições colocam o circuito em movimento, envolvendo fluxos materiais (Ouro, insumos) e imateriais (informações, ordens, capitais).

A figura 3, abaixo, tenta de forma didática contextualizar as etapas do circuito espacial do garimpo na região do Vale do Tapajós, no Sudoeste do Pará, ressalta-se que por meio da mesma é possível identificar todas as etapas que são consideradas estratégicas e funcionais para a expansão, produção e territorialização dos agentes inseridos na atividade garimpeira. Contudo, destaca-se também que o descarte residual é um dos grandes impactos ao ecossistema e a saúde humana atingindo violentamente os povos indígenas.

Os não-indígenas implicados na dinâmica do processo, geralmente de origem nordestina, especialmente oriundos do Maranhão são atraídos pela promessa de emprego, mas frequentemente enfrentam instabilidade, informalidade e exclusão social. Esse processo de deslocamento conta com uma rede familiar que ajuda a enfrentar essas adversidades. Assim, o trabalhador se desloca continuamente em busca de novas oportunidades, sem se fixar de forma duradoura. Porém, os deslocamentos do

[6] *Terminologia que associa a fusão do garimpo ilegal de minérios críticos (especialmente ouro e cassiterita) e a atuação das facções criminosas do narcotráfico exploradas na região da Amazônia Legal.*

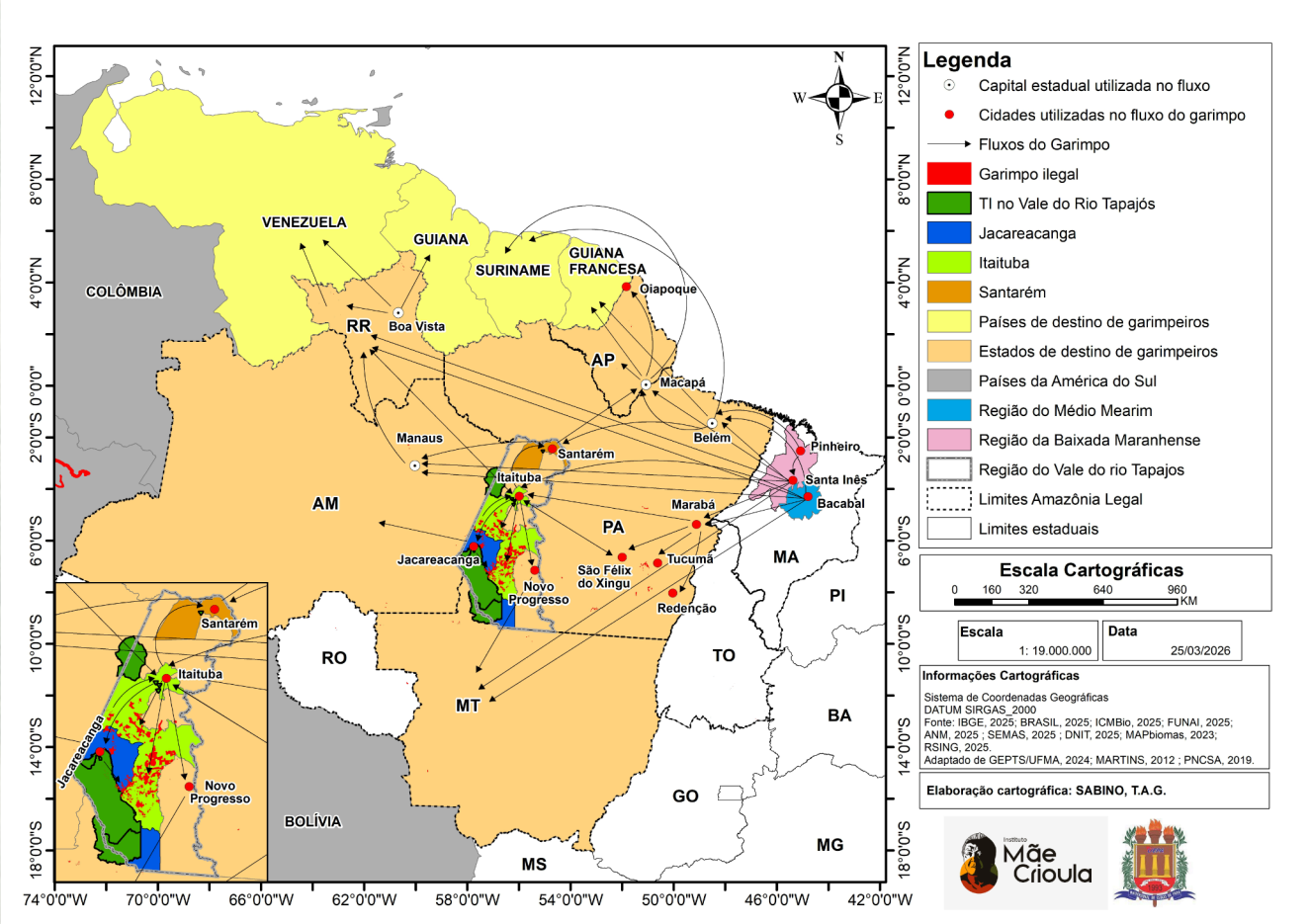
migrante se friccionam com os territórios indígenas, especialmente, os Munduruku, conforme é possível verificar no mapa 5 que representa a mobilidade de trabalhadores



Figura 3 – O Circuito espacial do ouro no Oeste do Pará: Engrenagens da ilegalidade.
Fonte: Imagem criada a partir de inteligência artificial (2026).

maranhenses para os garimpos da região do Vale do rio Tapajós e posteriormente, para outras regiões da Amazônia.

Conforme a representação cartográfica acima, as origens desses trabalhadores no Maranhão são, basicamente, duas regiões: a Baixada Maranhense, com destaque para as cidades de Santa Inês e Pinheiro que conectam a região com outras localidades, e a região do Médio Mearim, com destaque para a cidade de Bacabal. O principal destino é o estado do Pará, que possuem algumas cidades importantes de onde se distribuem os fluxos para as áreas de garimpo da Panamazônia.



Mapa 5 - Fluxos migratórios do Maranhão para as regiões de garimpo na Panamazônia.
Fonte: Adaptado de GEPTS/UFMA (2024); Martins, (2012) e PNCSA, (2019).

Da capital paraense, Belém, partem-se fluxos de trabalhadores para as cidades de Macapá e Oiapoque no estado do Amapá, para Santarém no Pará; e para outros países, a exemplo Guiana Francesa e Suriname. A Cidade de Marabá, no estado do Pará é outro importante centro intermediário para onde se direcionam os fluxos tanto para a região

Sul do estado, com destaque para Redenção, Tucumã e São Félix do Xingu, quanto para a região do Oeste paraense, onde os garimpeiros se deslocam para Itaituba e Novo Progresso, e depois, daí, chegam à cidade de Jacareacanga.

No entanto, essa mobilidade é bem intensa e a todo instante existem trabalhadores garimpeiros chegando e partindo para diversas regiões auríferas da Panamazônia, dentre os países, destacam-se a Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Já os fluxos para os demais estados da Amazônia brasileira, sobressaem o Amapá, Roraima, Amazonas e Mato Grosso.

A intensidade dessa mobilidade é influenciada pelas "fofocas do garimpo" que se espalham, e atualmente com maior velocidade, já que essas áreas são conectadas por internet de alta qualidade, como por exemplo, das antenas de starlink. Além disso, os garimpeiros se organizam e oferecem trabalhos por meio dos grupos de mensagens pela internet, dentre eles o whatsapp.

As causas do fenômeno desses intensos deslocamentos na região amazônica precisam de maiores estudos e reflexões, porém algumas aproximações podem ser feitas: Apesar dos deslocamentos recentes possuírem relação direta com situações de ausência de trabalho na região de origem (Maranhão), elas não se identificam com as situações de extrema precariedade.

As expectativas da juventude rural, em busca de autonomia, tem procurado "fugir" do trabalho agrícola visto, geralmente, como penoso e mal remunerado. Soma-se a isso a falta de capital para investimento em atividades produtivas, os baixos preços relativos aos produtos agropecuários e o mercado de trabalho assalariado limitado na região. Elementos de ordem informacional como aumento da densidade de comunicação nas áreas de garimpo tem ajudado nos processos de deslocamentos (Bandeira Junior, 2023), sobretudo no que se refere à difusão do modo de vida e a busca do ouro/riqueza que aliena os trabalhadores.

É nesse contexto de intensa mobilidade associada às diferentes etapas do circuito de produção garimpeira que trabalhadores passam a interagir diretamente com o povo

[7] *São os boatos que circulam entre os trabalhadores do garimpo sobre as áreas que estão produzindo bastante quantidade de ouro, intensamente influenciada nos dias atuais pelas redes sociais e influenciadores do garimpo, que acabam induzindo pessoas que idealizam enriquecimento fácil e rápido, na busca pelo "eldorado".*

indígena Munduruku. Tais interações configuram o que Oliveira (1967) denomina como frentes de fricção interétnica, nas quais dinâmicas de expansão, particularmente de caráter capitalista, se interseccionam com territórios tradicionalmente ocupados por povos e comunidades indígenas. Nesse processo, os objetos técnicos e as infraestruturas vinculadas à atividade garimpeira passam a tangenciar e, em muitos casos, a se sobrepor aos territórios indígenas, produzindo tensões e reconfigurações espaciais. Esses territórios, por sua vez, são marcados por um forte componente étnico e tradicional, resultante de processos históricos de ocupação e auto-organização que remontam a tempos ancestrais.

Dessa forma, o entendimento adotado neste relatório é que tais territorialidades não podem ser compreendidas apenas a partir da lógica da fronteira econômica. Ao contrário, elas se constituem como formas de organização que extrapolam e, em certa medida, se colocam para além das forças produtivas voltadas à acumulação de capital na Amazônia, expressando outras racionalidades de uso, pertencimento e reprodução do espaço.

Internamente percebe-se o circuito garimpeiro que agrega pessoas não indígenas, especialmente trabalhadores maranhenses polivalentes a partir de uma rede estabelecida pela mobilidade do capital. Importante compreender nesse momento uma tipologia de garimpos encontrados na região, pois eles variam conforme a tecnologia empregada, a quantidade de mão de obra utilizada e a forma como eles se apropriam dos recursos naturais. Abaixo um boxe com os tipos de garimpo encontrados na região do Tapajós.



TIPOS DE GARIMPO NO TAPAJÓS

1. Garimpo de Galeria (ou de Filão)	**Definição:** Exploração de veios de ouro concentrados em rochas profundas. **Método:** Caracteriza-se pela escavação de túneis (galerias) para alcançar o minério no subsolo. **Contexto:** Diferencia-se da exploração a céu aberto por exigir penetração direta na rocha.
3. Garimpo de Moinho	**Função:** Etapa crucial no garimpo de galeria/filão para o processamento do minério. **Processo:** Utilizado para triturar e moer a rocha extraída dos túneis, liberando as partículas de ouro que estão presas no quartzo ou em outras rochas. **Mecanização:** Frequentemente associado a áreas mais capitalizadas que utilizam infraestrutura para beneficiamento industrial.

3. Garimpo de Chupão (ou Chupadeira)	**Técnica:** Baseia-se no desmonte hidráulico da terra firme. **Funcionamento:** Utiliza jatos d'água pressurizados (conhecidos como bico-jato) movidos a motores diesel para desmanchar o solo e transformá-lo em lama. **Histórico:** Essa tecnologia foi uma das grandes inovações da década de 1980, permitindo processar grandes volumes de terra.
4. Garimpo de Maraca	**Definição:** Equipamento que consiste em uma bomba de sucção de cascalho. **Operação:** Trabalha geralmente em conjunto com o "bico-jato" (sistema de par de máquinas), onde a maraca suga o cascalho e a lama resultantes do desmonte para as calhas de lavagem. **Extração em Rios:** Também associado ao uso em dragas e balsas para sugar sedimentos do leito dos rios.

Quadro 1 – Tipos de garimpo no Vale do rio Tapajós
Fonte: Trabalho de campo (2025).

Na região do Vale do Tapajós, no sudeste do Pará, a atividade garimpeira tem passado por profundas transformações nas últimas décadas, especialmente no que se refere às suas formas de operação e aos impactos socioambientais associados. Um dos aspectos mais marcantes desse processo é a crescente mecanização dos garimpos, com a substituição progressiva do trabalho manual — tradicionalmente realizado com instrumentos como bateias e picaretas — por maquinário pesado movido a diesel. Essa mudança não apenas amplia a capacidade de extração, como também intensifica o ritmo de exploração dos recursos minerais, alterando significativamente a dinâmica dos territórios.

Outro elemento central na atividade garimpeira da região é o uso recorrente do mercúrio, empregado na formação do amálgama para a separação do ouro dos sedimentos. Apesar de sua eficiência no processo de extração, o mercúrio representa um grave risco ambiental e à saúde humana, contaminando cursos d'água e afetando diretamente as populações locais, incluindo comunidades ribeirinhas e indígenas.

Como consequência dessas práticas, os impactos ambientais são amplos e visíveis. Destacam-se o aumento da turbidez das águas e o assoreamento dos rios, provocados pelo despejo contínuo de rejeitos e pela suspensão de sedimentos durante a atividade extrativa. Esses processos comprometem a qualidade da água, a biodiversidade aquática e os modos de vida das populações que dependem diretamente desses ecossistemas, evidenciando a complexidade e a gravidade dos efeitos do garimpo na região do Tapajós. Abaixo, a fotografia 7 destaca uma balsa de garimpo de maraca, destruída em operações de destruição das infraestruturas de garimpo ilegal ao longo do rio Pacu, localizado nas bordas da Terra Indígena Munduruku, nas proximidades da Currutela São José, Jacareacanga-PA.

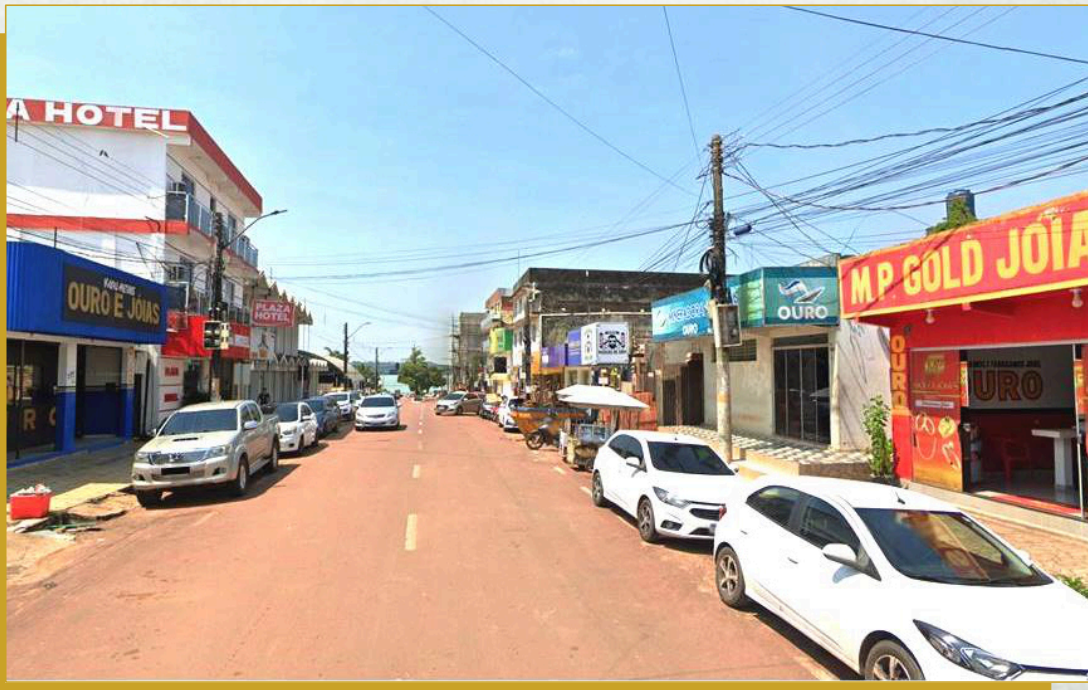


7 Fotografia

Balsa do garimpo destruída em operações de fiscalização.
Fonte: Acervo do Instituto Mãe Crioula (2025).

Depois da extração do ouro, o material é levado para seu (semi)beneficiamento podendo acontecer nas currutelas, destacando-se as duas maiores, São José e Porto Rico, onde o ouro pode ser transformado em, pepitas, gemas e barra de 1 kg. Mas, é sobretudo nas cidades da região, dentre elas Itaituba, que o ouro é produzido e transformado em joias, e dali, distribuídos e comercializados para várias regiões do país, nas diversas lojas de ourives (ver fotografia 8) espalhadas pelo centro da cidade.

Fotografia 8



Lojas de fabricação e comercialização do ouro na cidade de Itaituba-PA.
Fonte: Acervo do Instituto Mãe Crioula (2025).

A cidade de Itaituba possui maior centralidade na hierarquia urbana da região, sendo lá que se encontra os objetos geográficos do sistema financeiro, que inclusive além das várias agências bancárias, o que chama também atenção é o tamanho das mesmas (fotografia 9), bem expressiva se considerarmos o padrão desses estabelecimentos nos demais municípios da região. É perceptível também, a quantidade de dormitórios, hotéis e motéis que sevem de base logística para a mão de obra volátil utilizadas na garimpagem.



9 Fotografia

Agência do Banco do Brasil na cidade de Itaituba-PA.
Fonte: Acervo do Instituto Mãe Crioula (2025).

Jacareacanga, por outro lado, é destino final dos trabalhadores garimpeiros que se deslocam na região do Vale do rio Tapajós. A partir da cidade, os garimpeiros adentram as áreas de garimpo nas TIs Sai Cinza ou Munduruku, como também nas áreas que compõem a sua borda, principalmente na APA do Tapajós. Além disso, a cidade fornece insumos diretos à produção no garimpo, desde máquinas pesadas, peças para as engrenagens dos maquinários, próteses espaciais, que servem para a extração dos metais, como bombas e mangueiras (fotografia 10), oficinas para manutenção de motores, pequenos hotéis, além de ser o local onde se adquiri o óleo diesel para o funcionamento dos motores.

10

Fotografia



Loja de comercialização de insumo de maquinários em- Jacareacanga.
Fonte: Acervo do Instituto Mãe Crioula (2025).

No que se refere à valorização do ouro na região, percebeu-se no trabalho de campo que há diferença no valor de comercialização do ouro nessas duas cidades, isso em decorrência da dificuldade de se chegar em Jacareacanga, cuja distância entre essas duas cidades é de aproximadamente 400 km, realizados em uma rodovia federal sem pavimentação asfáltica e que tem interrupções no fluxo no período do inverno amazônico.

Na semana que se realizou a pesquisa de campo (final de novembro e inicio de dezembro/2025), o grama de ouro em Itaituba estava custando entre R$715,00 a R$750,00. Em Jacareacanga o valor era menor, entorno de R$ 500,00 o grama, que já possui menos lojas de fabricação de ouro, porém sendo muito comum a comercialização indireta, realizado na própria rua. Abaixo, na fotografia 11 é possível visualizar uma loja de compra, venda e fabricação de joias de ouro na cidade de Jacareacanga.



11

Fotografia

Estabelecimento de comercialização de ouro em Jacareacanga.
Fonte: Acervo do Instituto Mãe Crioula, (2025).

Para sintetizar o processo metabólico social produzido no garimpo, dividiu-se as etapas de produção em 5 partes, que ajudam a compreender todos os circuitos da produção, distribuição, consumo e extração do resíduo produzido na atividade garimpeira, o qual pode-se encontrar a gestão de matéria e energia envolvida na produção do ouro. Nessas etapas da divisão social e territorial do trabalho é possível identificar e compreender as etapas econômicas do circuito (extração, beneficiamento, circulação, consumo e descarte), os sujeitos mobilizados, as escalas geográficas envolvidas no processo até o descarte final, incluindo os impactos de ordem socioambiental.

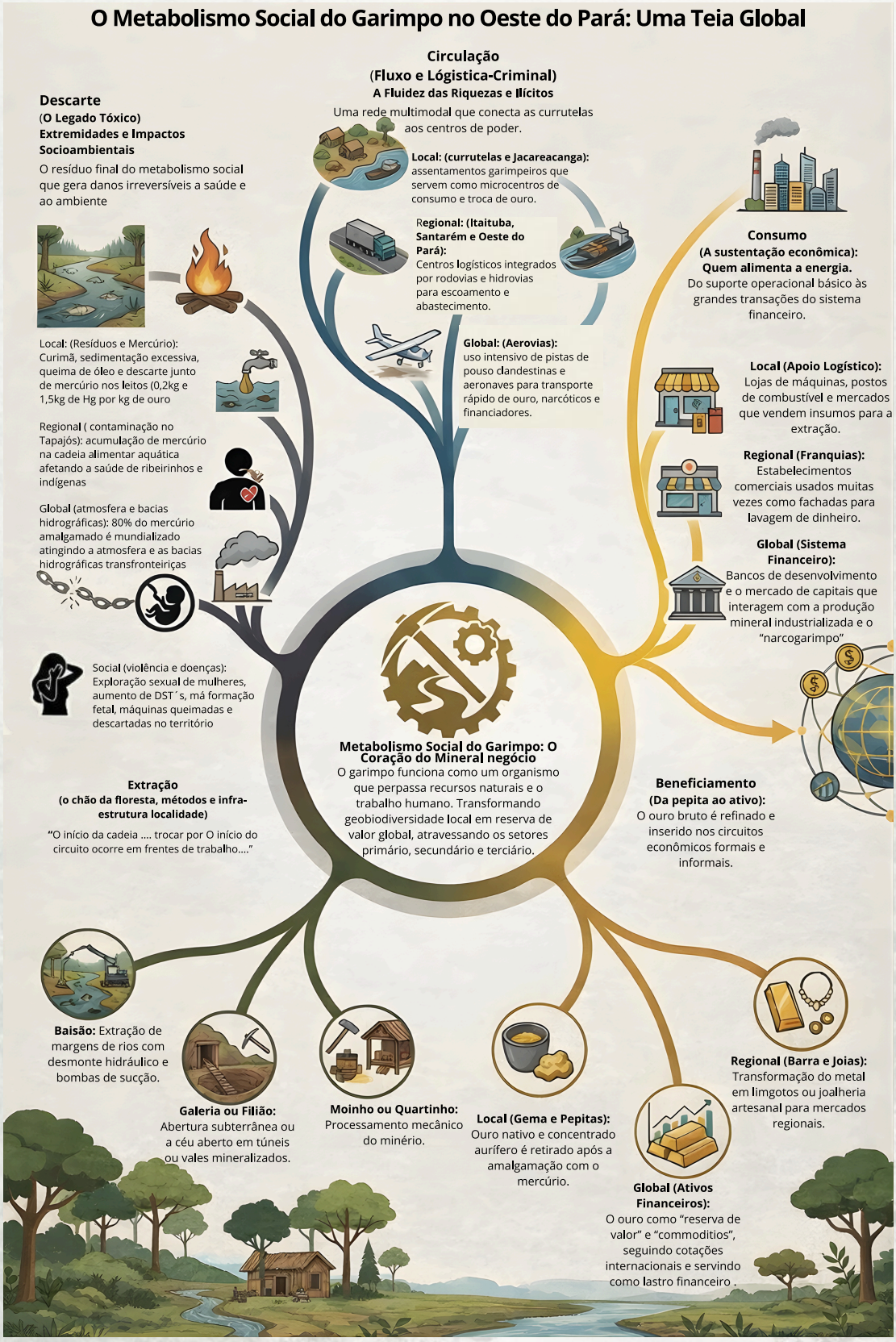


Figura 4 – Representação do metabolismo social do garimpo.
Fonte: Criado a partir de inteligência artificial, 2026.

Na figura 4, acima, é possível visualizar de forma sintética e integrada as 5 etapas que envolvem a produção do ouro na região do Vale do Tapajós, bem como as estruturas operacionais envolvidas, formas de organização do trabalho e da produção, conexões das escalas geográficas e o conjunto de transformações que essa atividade produtiva envolve, desde o intenso consumo de energia para a destruição da natureza até os resíduos de excreção que geram impactos socioambientais e doenças as pessoas da região, sobretudo os indígenas.

De forma resumida, cada tópico das 5 etapas combina as principais características de todo o processo de produção do ouro em um garimpo, são elas:

a) Extração (Escala Local)	- Baixão: Explotação em pequenos vales onde as ocorrências de ouro e minerais pesados são frequentes. - Galeria: Lavra subterrânea para exploração de veios ou filões mineralizados. - Moinho: Equipamento fundamental para triturar o minério filoniano (rocha de quartzo) e liberar o metal.
b) Beneficiamento (Multiescalar)	- Local (Gema e Pepitas): Obtenção do ouro nativo bruto através de processos gravimétricos e amalgamação inicial com mercúrio. - Regional (Barra e Joias): Transformação do ouro em barras (*bullion*) em casas compradoras e confecção de joias que circulam na economia regional. - Global (Ativos Financeiros): O ouro é inserido no sistema internacional como reserva de valor e ativo financeiro, acompanhando ciclos de preços mundiais.
c) Circulação (Redes e Fluxos)	- Local (Currutelas, aldeias indígenas e Jacareacanga): A circulação ocorre entre as currutelas (aglomerados comerciais precários) e nodos como Jacareacanga, que servem de apoio imediato aos garimpeiros. - Regional (hidrovias, rodovias, pistas de pouso e cidades): Utilização intensiva de voadeiras e balsas nos rios, além de estradas e pistas de pouso clandestinas que conectam as localidades do garimpo aos polos regionais, como Itaituba e Santarém, centros intermediários de logística. - Global (aerovias): Rede complexa de aeroportos e pistas de pouso clandestinas que permitem o escoamento rápido do metal e a entrada de insumos, conectando a selva a mercados distantes.

d) Consumo (suporte e reprodução)	- Local e Regional - lojas de compra e venda de ouro e Joalherias em Jacareacanga, Itaituba, Santarém e outras cidades da região– efeito de demanda local-regional. - Global – demanda de ouro pelo sistema financeiro – grandes corretoras, bancos públicos e privados .
e) Descarte (impactos ambientais e resíduos locais - curimã e rejeitos):	- Acúmulo de curimã (rejeito de esmeril e areia) que causa o assoreamento de igarapés, além do descarte de máquinas e queima de óleo lubrificante. - Regional (Rio Tapajós): Contaminação mercurial massiva das águas e da biota aquática, afetando a saúde das populações ribeirinhas. - Global (atmosfera e bacias): A queima do amálgama ao ar livre libera vapores de mercúrio que viajam pela atmosfera e retornam ao solo e rios via precipitação, ampliando o alcance do dano ambiental para além da região de extração.

Quadro 2 – Etapas e características da extração do ouro.
Fonte: IMC (2025).

[8] *Refere-se ao processo de retirada e aproveitamento econômico de substâncias minerais da jazida.*

Na seção seguinte deste relatório, são analisadas as implicações da exploração garimpeira no interior e no entorno das Terras Indígenas (TIs) Sai Cinza do povo Munduruku, situadas em uma região marcada pela intensificação de atividades extrativas ilegais na Amazônia. Esse fenômeno se insere em um contexto mais amplo de avanço de frentes econômicas sobre territórios tradicionalmente ocupados, frequentemente associado à fragilização de mecanismos de fiscalização e à ampliação de redes ilícitas.

A presença do garimpo nessas áreas tem produzido uma série de impactos socioambientais, incluindo a degradação de ecossistemas, a contaminação de rios por mercúrio e a alteração das dinâmicas territoriais e culturais das populações indígenas. Além disso, observa-se o aumento de conflitos e pressões externas, que afetam diretamente a autonomia e a segurança dessas comunidades. Nesse cenário, as atividades econômicas oriundas das frentes de expansão na fronteira exercem pressões crescentes sobre os territórios indígenas, intensificando processos de disputa e reconfiguração espacial. A análise proposta busca, portanto, compreender essas dinâmicas de forma integrada, evidenciando os múltiplos vetores que incidem sobre as TIs Munduruku.



Capítulo 5

Implicações socioambientais do garimpo nas Terras Indígenas Munduruku e Sai Cinza e seus entornos

Os territórios indígenas Munduruku e Sai-Cinza possuem exploração de garimpeiros desde 1987, atraídos para a extração do ouro. As invasões desses garimpeiros no território provocaram também a exploração de mão de obra indígena como força de trabalho barata, cujo pagamento em muitos casos se dava por suprimentos básicos de alimentação como também por bebida alcoólica, o que gerou problemas em algumas aldeias pelo alcoolismo. Nesse contexto, os garimpeiros aproveitaram-se dessas necessidades básicas de alimentação e saúde, como forma de obter a legitimação da sua entrada no território.

Todavia, desde então, há movimentos de resistências de indígenas, grupos de mulheres, associações para denunciar e cobrar a expulsão de garimpeiros dos territórios, somando mais de 28 cartas cobrando as providências do Estado para resolver a situação da presença de garimpeiros dentro dos territórios indígenas. Ao longo desses anos, diversas campanhas e frentes indígenas foram organizadas para expulsar de forma autônoma os garimpeiros, intensificando com isso os conflitos socioterritoriais nas áreas e ameaças de mortes e perseguições a indígenas contrários ao garimpo por partes dos garimpeiros não-indígenas.

Diante do agravamento da situação Em março de 2017, ocorreu à assembleia do povo Munduruku na aldeia Sai-Cinza, e como encaminhamento na época, foi determinado que a Associação Indígena Pusuru notificasse todos os garimpeiros pariwat (não-indígena) ou munduruku que se retirassem do território num prazo de 15 dias. No mesmo ano, na realização do 1º encontro dos caciques do povo Munduruku do Alto

[9] *https://xinguvivo.org.br/2017/06/mineracao-destroi-o-territorio-munduruku-e-deve-ser-combatida-afirmam-liderancas-do-alto-e-medio-tapajos/*

Tapajós, a decisão final foi pelo fim do garimpo, e na mesma ocasião, integrantes dos Movimentos Munduruku Ipereg-Ayu, da Associação Da'uk (região do Alto Tapajós) e a Associação Pariri (Médio Tapajós), divulgaram uma carta aberta com o encaminhamento de combate ao garimpo dentro das TIs e uma nota de repudio ao envolvimento de parentes indígenas com o garimpo ilegal.

Ainda em 2017, após os encaminhamentos do encontro de caciques, foram mobilizados uma frente de indígenas, juntamente com a presença de representantes do IBAMA, FUNAI e ICMbio para a retirada de garimpeiros da região do Rio das Tropas, margem direita do Rio Tapajós, região que delimita o território indígena Munduruku, e que é uma das áreas historicamente mais impactadas pelo garimpo, pois parte dos garimpeiros deixou a região, enquanto outra permaneceu.

Como já é sabido, o período de 2018 até 2022 foi marcado por uma corrida alucinante pela exploração do ouro em grande parte da Amazônia, recebendo inclusive apoios de parlamentares federais e políticas governamentais de flexibilização da legislação ambiental, engessamento de órgãos ambientais, como o IBAMA, e redução das operações de fiscalização de órgãos federais. Esse cenário favorável à expansão do garimpo intensificou os efeitos socioambientais e a tensão dos conflitos dentro e no entorno dos territórios indígenas.

Por meio, de várias cenas de imagens de satélites, foi possível verificar a presença de atividades garimpeiras dentro da TI Sai-Cinza, na região do Rio Joari, entre os anos de 2018 a 2024, inclusive menos de dois quilômetros de uma aldeia, revelando como o povo Munduruku estava vulnerável em relação ao avanço do garimpo em seu território e sofrendo todos os impactos socioambientais resultados da extração do ouro, conforme é possível identificar no mosaico de imagens de satélite que formam a figura 5.

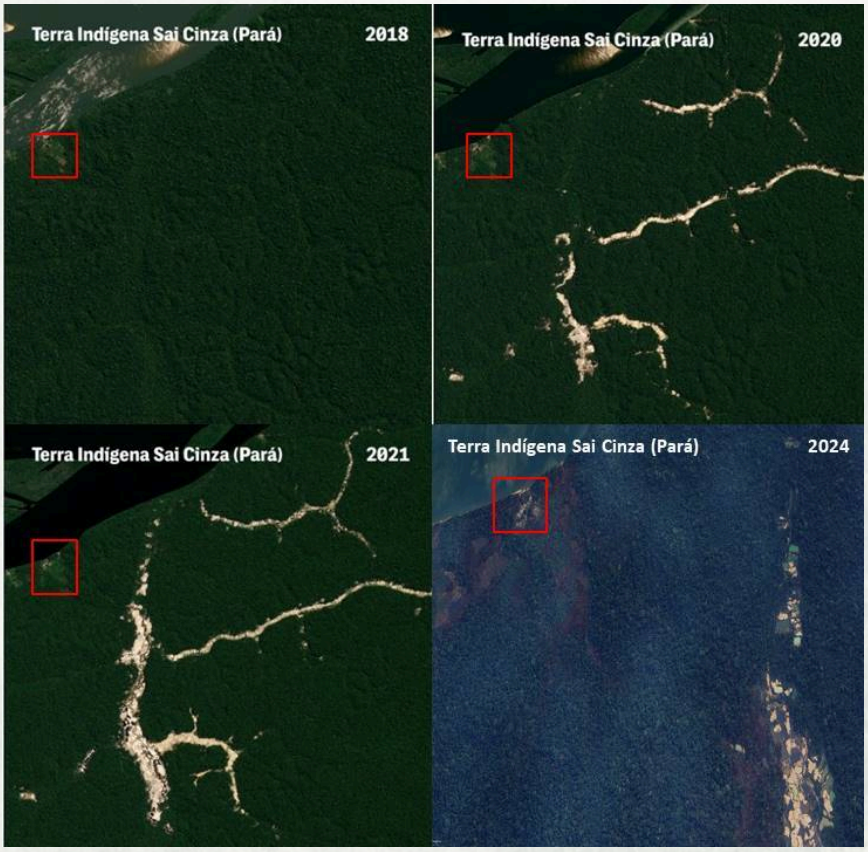


Figura 5 - Mosaico de imagens de área de extração do garimpo na TI Sai Cinza (2018 a 2024).
Fonte: Mosaico de imagem de satélite da Esri, fornecido pela Maxar Technologies, 2026.

A partir do mosaico de imagens de satélite com recortes de cenas de 4 anos diferentes, é possível identificar a expansão do garimpo nas proximidades da aldeia Mangueira, dentro da TI Sai Cinza, localizada na margem direita do Rio Tapajós. Ainda no ano de 2018 não se identificava vestígios de atividades garimpeiras, porém nos anos seguintes de 2020 e 2021, percebe-se o rápido avanço e a proximidade em relação a aldeia, que está identificada pelo quadrado vermelho nas imagens de satélites e denunciada pelos indígenas na época, no entanto sem grandes efeitos na retirada dos não-indígenas. Os relatos dos indígenas atestam grandes alterações na natureza, inclusive desvio do curso do rio, conforme o relato abaixo:

> Tanto que é que em 2024 o rio tomou outro rumo, eles desviaram o rio. Entendeu? Eles tiraram (sic) de onde o rio corria normalmente, eles desviaram, fizeram uma divisa com PC (retroescavadeira Power Crawler) no leito do igarapé. Onde era à margem do rio antes, eles pegaram e dividiram o igarapé, porque como a PC trabalha mais rápido, agiliza muito o trabalho, e isso foi o que mais degradou a terra lá, no leito do igarapé Cabitutu (Relato de indígena munduruku da aldeia Sai Cinza, TI Sai Cinza, novembro/2025).

Segundos alguns relatos de lideranças do povo Munduruku, ainda no ano de 2024 havia alguns não-indígenas garimpando nessa região com maquinário industrial tipo PC, mas que após operações de fiscalizações as atividades garimpeiras diminuíram bastantes, no entanto, não foram encerradas totalmente, sendo que agora o garimpo é feito com motores geradores pequenos e menos potentes, como os do tipo de 10KVA, que são utilizados para revirar a terra degradada em outro momento com máquinas pesadas.

Os relatos destacam ainda que as áreas do igarapé Kadiriri e do rio Cabitutu foram as áreas mais impactadas com máquinas pesadas dentro da TI Sai Cinza, e o garimpo industrial se manteve por lá até o ano de 2024, mas que ainda hoje continua a exploração com motores menores, retrabalhando na área já degradada, conforme é possível identificar nessa fala:

> Fora do Kadiriri também tem um lugar lá que estão trabalhando. Pessoal ainda tá (sic) tralhando com motor pequeno, esse motorzinho A10, Entendeu? Mas lá é (sic) só os indígenas, pessoas que não tem tipo um salário, como questão de trabalhar em saúde, na educação como professor. Aí eles pegaram esse motor para trabalhar. Aí eles estão trabalhando, mas não com PC (retroescavadeira Power Crawler), é só motorzinho pequeno e trabalho manual [...] (relato de indígena munduruku da aldeia Sai Cinza, TI Sai Cinza, novembro/2025).

[10] *O motor usado como grupo gerador de energia com potência de até 8.000 watts (8kW), sendo considerado um motor pequeno.*

De acordo com os indígenas da aldeia Sai Cinza, a principal dificuldade é a falta de renda, pois aqueles indígenas que não são empregados na área da educação ou da saúde tornam-se mais vulneráveis para o aliciamento do garimpo, já que a ausência de renda é o principal fator que contribui para a inserção no circuito do garimpo, conforme atesta nesse outro depoimento:

> A questão do garimpo está mais voltada para aquelas pessoas que não tem uma renda. Aí aqueles pais que tem filhos e não recebem a bolsa família ou a bolsa estudantil, aquele pé de meia, aí eles migram pro (sic) garimpo em busca de melhoria. Em busca do dinheiro, que no caso é o ouro. Entendeu? O que atrai eles para o garimpo é o valor da grama do ouro. Se eu não me engano, tá (sic) 680,00 ou 690,00 (reais) [...] O que mais chama atenção é que o branco ele induz, ilude o indígena, esses pais de família vulnerável. Eles dizem: tu vem (sic) trabalhar comigo, eu te arranjo um motor, um rancho e o óleo (diesel) aí o que a gente produzir a gente divide. Mas nem sempre acontece isso. Muitos indígenas são lesados nessa questão da divisão do ouro. Aí muitos ficam dependentes do garimpo. (relato de indígena munduruku da aldeia Sai Cinza, TI Sai Cinza, novembro/2025).

Esse relato é muito revelador do processo de atração e cooptação de indígenas para trabalharem nos garimpos, provocando grande impacto social e cultural responsável por tensões e conflitos entre os indígenas que são favoráveis e aqueles contrários à exploração garimpeira no território. Essas situações de conflitos revelam como o Estado ainda é bastante omisso no que se refere às demandas dos indígenas, dentre elas a necessidade de fomentar outras possibilidades de geração de renda de forma sustentável, como a agricultura familiar, criação de animais, diminuição do custo de transporte, geração de energia limpa, dentre outros, apontados por eles como demandas do território.

Após a mudança da presidência no governo federal brasileiro, o planejamento estratégico da nova gestão (2023-2026) tem como prioridade a retomada de políticas direcionadas aos territórios indígenas, dentre elas as políticas de desintrusão de não-indígenas dos territórios que tornou-se uma ação efetiva do governo atual, inclusive com operações de fiscalização para destruição de maquinários industriais (retroescavadeiras PC) usadas na extração do ouro, que estivessem dentro dos territórios do povo

munduruku. Após essas operações, houveram a retirada dos garimpeiros, que se deslocaram para a região do entorno das TIs, formada por unidades de conservações, dentre elas a APA Tapajós, Flona do Crepori, Parque Nacional do Amanã, Parque Nacional da Amazônia, Parque Nacional do Jamanxim e Flona do Jamanxim, além de deslocamentos para outros estados e países.

No trabalho de campo realizado em novembro de 2025, a equipe pode verificar in loco os efeitos socioambientais provocados pela atividade garimpeira nessa região da Foz do rio das Tropas e do com o rio Tapajós e do rio Pacu até as proximidades das currutelas de Porto Rico e São José. Trata-se de uma região historicamente com presença de garimpeiros que durante a desintrusão da TI Munduruku, serviu de área de fuga das estruturas para a exploração do garimpo. Durante todo o percurso pelo rio Pacu é notório verificar a contaminação da água por sedimentos em suspensão, originários das atividades do garimpo, que ainda continuam operando através da utilização de balsas que fazem a lavagem do curimã, conforme é possível verificar na fotografia 12.

Fotografia 12



Balsa com bomba para dragagem de sedimento aluvial utilizada por garimpeiros no Rio Pacu, nas proximidades da Currutela São José, Jacareacanga-PA.
Fonte: Acervo do Instituto Mãe Crioula (2025).

A fotografia 12, acima, não deixa de ser um flagrante do funcionamento de uma atividade sem licenciamento ambiental, e que causa fortes impactos ambientais no rio, pois revira o sedimento com presença de mercúrio depositado no leito do rio Pacu, fazendo com que esse sedimento siga em suspensão na água. Tal atividade compromete o uso da água do rio, e contribui para a ampliação da contaminação por mercúrio, gerando doenças para os indígenas.

Outro aspecto da fotografia é que com a intensificação das operações de desintrusão nas TIs Munduruku e Sai Cinza, e do combate ao garimpo ilegal nas bordas das TIs, os garimpeiros passaram a utilizar outras técnicas de garimpagens com tecnologias relativas se comparadas a mineração industrial provocada pelas retroescavadeiras Power Crawler, chamadas de PC na região. A fotografia revela que as ações e atividades dos garimpeiros não acabaram totalmente nas proximidades do território indígena, mas diminuíram o ritmo metabólico da extração do ouro, inclusive como tentativa de fugir do monitoramento via imagens de satélites.

A análise de imagens de satélites dessa região revela que se trata de uma área bastante explorada, onde as currutelas Porto Rico e São José servem de apoio logístico para a extração do ouro. As áreas de extração encontram-se nas proximidades das vilas, e geralmente ocorrem em relevos mais baixos, chamados de baixões, dos igarapés Carneirinho, Ponte Segura e Embaúba, todos afluentes do rio Pacu, conforme é possível verificar no mapa 6, com imagens de satélite obtidas no mês de julho de 2024.

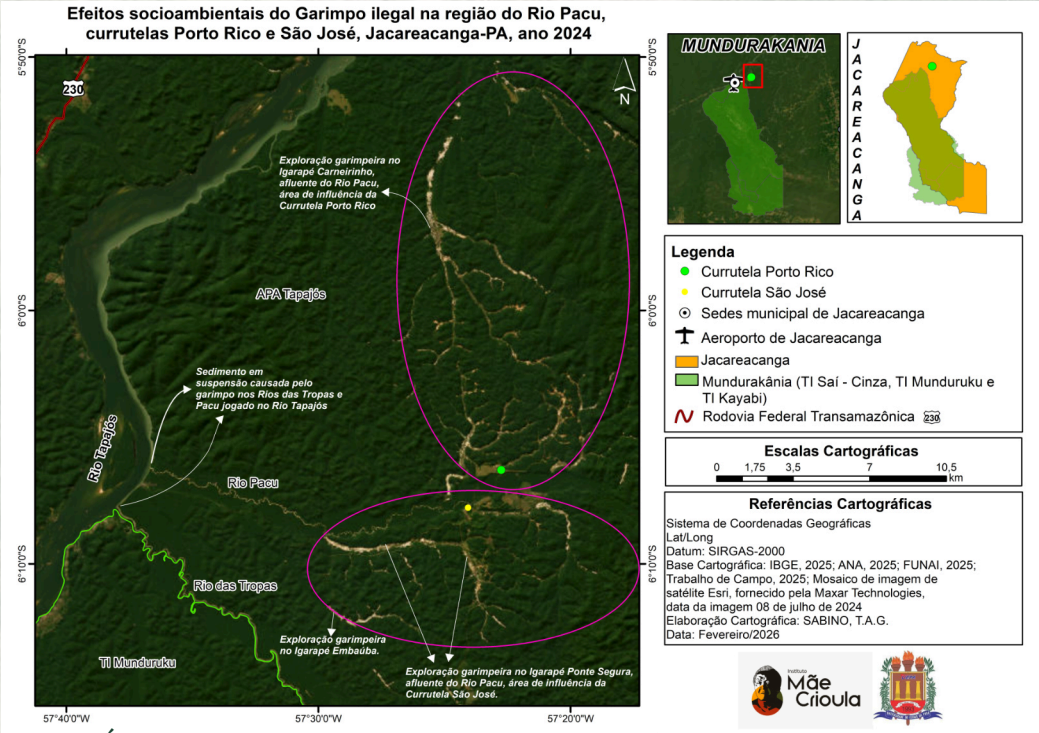


Figura 6 - Áreas de extração garimpeira na região do Rio Pacu, Jacareacanga-PA.
Fonte: Trabalho de campo (2025); imagem de satélite da Maxar Technologies (2024).

Por meio dessa imagem de satélite é possível verificar que enquanto a região Nordeste da TI Munduruku começa a se recuperar dos impactos do garimpo, a região da APA Tapajós continua sofrendo com intensa degradação do solo, desmatamento e poluição provocada pelo garimpo, inclusive, sendo perceptível a identificação de sedimentação em suspensão nos rios das Tropas e Pacu, cuja reflectância espectral na imagem representam uma coloração mais embranquecida, correndo em seguida para o rio Tapajós, e a medida que vai descendo o curso do rio a mancha se espalha até a metade do mesmo.

Por outro lado, no sobrevoo de drone nas proximidades da currutela São José, realizado em novembro de 2025 na ocasião do trabalho de campo, foi possível verificar que as atividades de garimpo nos baixões do rio Pacu e Igarapé Ponte Segura diminuíram, permitindo inclusive que a vegetação começasse a reocupar o entorno das valas abertas, conforme é possível verificar na fotografia 13, abaixo.

13

Fotografia



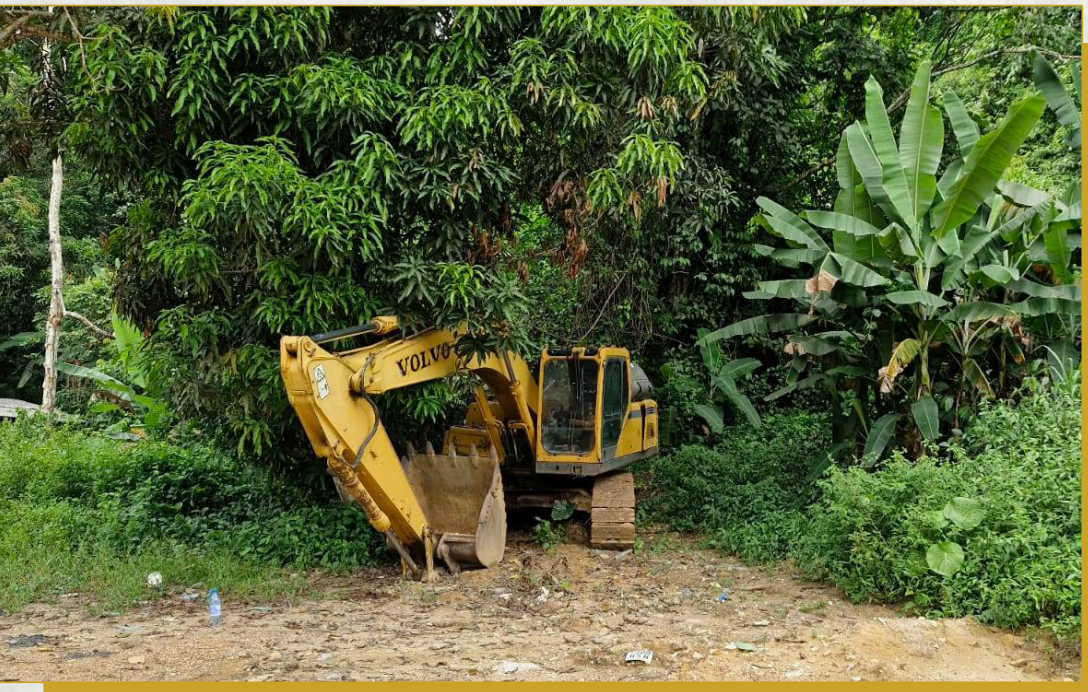
Área de baixão degradada por atividade garimpeira nas proximidades da Currutela São José, novembro de 2025.

Fonte: Acervo do Instituto Mãe Crioula, 2025.

A fotografia 13, acima, revela a degradação provocada por uma atividade garimpeira, porém nota-se que não há vestígio de continuidade de operação através de retroescavadeira, maquinário utilizado para abrir as áreas que serão escavadas e garimpadas. Tal informação nos foi convida por meio de relatos de pessoas entrevistadas, que afirmaram que após as operações de fiscalizações, a maioria dos garimpeiros se

deslocaram para outras áreas da região e os que permaneceram, mudaram os instrumentos de trabalhos, afim de não serem identificados pelo monitoramento, como o caso do garimpo do curimã e o garimpo de filão.

É bastante comum percorrer o rio Pacu e deparar-se com estruturas destruídas por operações de fiscalização ou mesmo escondidas, aguardando o melhor momento para o retorno das atividades. Na chegada da equipe de campo no porto da currutela Porto Rico, deparou-se com uma retroescavadeiras escondida embaixo de uma árvore de grande porte e coberta por lona, estratégia muito utilizada pelos garimpeiros para esconder as máquinas dos monitoramentos de satélites e dos sobrevoos de helicópteros e aviões nas operações de fiscalização, conforme se verifica na fotografia 14.



14 Fotografia

Retroescavadeira usada por garimpeiros na currutela Porto Rico.
Fonte: Acervo do Instituto Mãe Crioula (2025).

A fotografia 14, acima, revela a estratégia dos garimpeiros para não serem identificados pelo monitoramento de imagem de satélites, o qual param as máquinas pesadas para evitar um prejuízo maior resultante da destruição nos ato das operações de fiscalização, e passam a garimpar utilizando motores pequenos, ou ainda, no garimpo do tipo aluvião.

No que se refere ao impacto socioambiental do entorno das TIs Sai Cinza, Munduruku e Kayabi, vale destacar que a região do Vale do Tapajós se apresenta entre os

dez eixos de expansão da fronteira do capitalismo na região amazônica, tendo como principal vetor as rodovias federais BR-163 (Cuiabá-Santarém) e a BR-230 (Transamazônica). Além do garimpo, amplamente discutido nesse estudo, outras frentes de exploração acontecem simultaneamente, dentre elas a exploração madeireira, expansão do agronegócio, sobretudo plantio de grãos e pecuária extensiva, e na última década a expansão do escoamento logístico de commodities, em especial, os portos localizados em Mirituba, distrito de Itaituba e Santarém, com o Porto da Cargill (Fotografia 15).

Fotografia 15

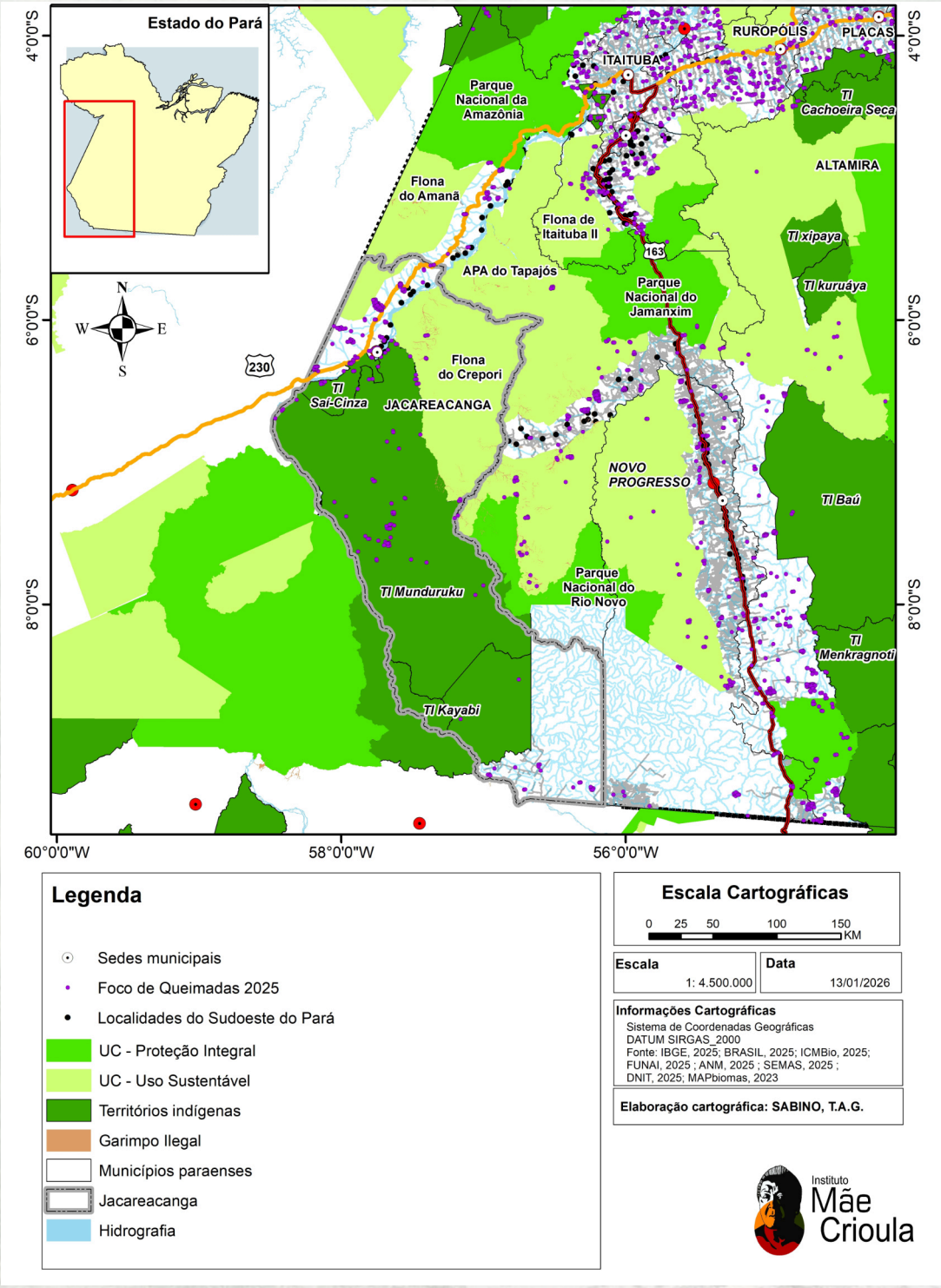


Porto da Cargill em Santarém.
Fonte: Acervo do Instituto Mãe Crioula (2025).

A estrutura portuária de Santarém e as Estações de Tratamento de Carga (ETC) de Mirituba inserem-se em um programa mais amplo de direcionamento das cargas para os portos da região Norte, denominado de Arco Norte. Associado a essa estratégia, o Governo Federal tem a perspectiva de concessão de alguns rios da Amazônia para a iniciativa privada, dentre eles o Tapajós, Madeira e Tocantins.

A partir dessa sinalização governamental, os indígenas munduruku colocaram-se contrários e reocuparam o território onde hoje se encontra o porto da Cargill, em Santarém, por um período superior a 30 dias, pois entendem que a expansão

da logística para a região contribui para intensificar a pressão socioambiental sobre os seus territórios indígenas, não somente pela utilização direta do rio como hidrovia, mas também, pela intensificação da expansão da produção agropecuária para o eixo das duas BRs principais, a Cuiabá-Santarém e a Transamazônica. Tal hipótese levantada pelos indígenas pode ser confirmada a partir do mapa 7, abaixo, que identifica os focos de calor, oriundos de queimadas, na região do Vale do Tapajós em todo o ano de 2025.

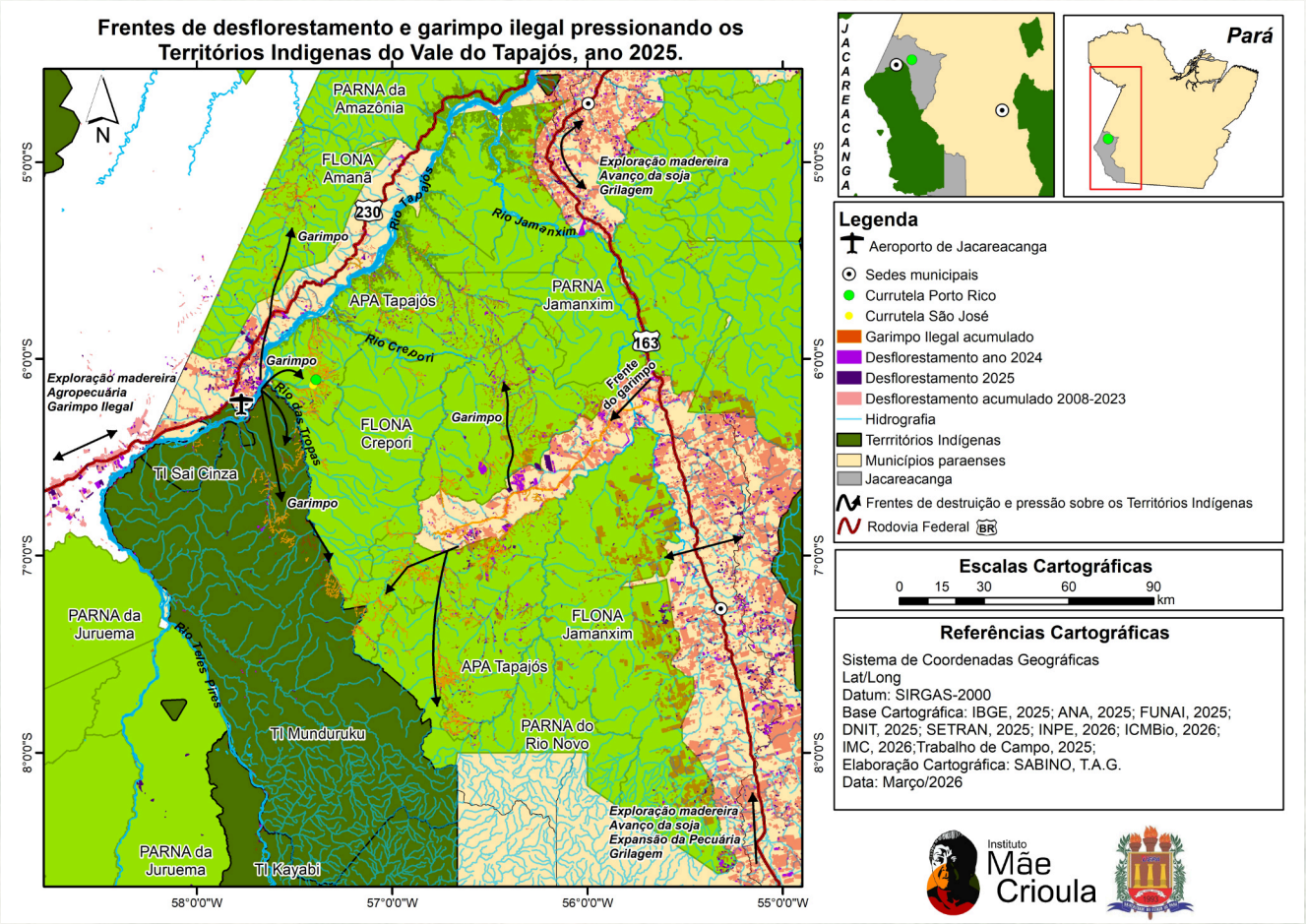


Mapa 7 - Focos de calor de queimadas na região do Vale do Tapajós - PA.
Elaboração: Equipe (2026).

O mapa 7 em questão revela que a maior concentração dos focos de calor encontra-se nos eixos rodoviários, que compõem a área onde a cobertura vegetal foi convertida em pastagem ou plantio de soja e milho. A maior concentração de focos de queimadas encontram-se nos municípios de Itaituba, Rurópolis e Placas na região de influência e conexão das Rodovias BR-230 e BR-163. Outra frente de destruição das queimadas segue a direção da vicinal Transgarimpeira, no município de Itaituba, entre a APA Tapajós e Parque Nacional do Jamanxim, no município de Itaituba.

Além desses municípios, foi possível identificar a presença de focos de calor em Jacareacanga, dentro da TI Munduruku, na sua porção mais central, área formada por um grande maciço de rochas magmáticas e sedimentares, contribuindo para essa refletância na interpretação da imagem de satélite, atingindo até 80,4 Fire Radiative Power (FRP), que mede a potência radiativa do fogo, através da intensidade instantânea dos focos de calor, estimando assim, a energia emitida por incêndios florestais e queimadas. No entanto, por outro lado, as áreas com maior presença de cobertura florestal foram as que tiveram menor registro de focos de calor, com exceção da APA do Tapajós, na sua porção próxima da TI Munduruku, localizados nos limites territoriais de Itaituba e de Novo Progresso.

Em relação a fronteira econômica do Vale do Tapajós, percebe-se que a região vem ao longo das duas últimas décadas sofrendo grande pressão da expansão do agronegócio, com destaque para os grãos de soja e milho além da pecuária, como também a exploração florestal e a permanência do garimpo ilegal, conforme é possível verificar pela representação do mapa 8, abaixo, que identifica as zonas de garimpo e o desflorestamento acumulado na região do Tapajós.



Mapa 8 - Frentes de desflorestamento e garimpo ilegal sobre os Tis do Vale do Tapajós - PA.
Elaboração: Instituto Mãe Crioula e LabGeo/Uepa (2026).

O mapa em questão espacializa as áreas de maior pressão da exploração garimpeira, que nas unidades de conservação se encontram na APA do Tapajós, Flona Crepori, Flona do Amanã, bem como também na região da vicinal Transgarimperia, área com grande concentração de garimpos. Nos Territórios Indígenas Munduruku e Saí Cinza, é possível identificar áreas degradadas por exploração garimpeira no Igarapé Cabitutu, Igarapé Santo Antônio, Igarapé Mutum, Igarapé Joari, rio das Tropas e rio Marupá.

Além da espacialização das áreas com histórico de exploração nas TIs é possível identificar as frentes econômicas dessa atividade que saem da APA do Tapajós e da sede de Jacareacanga e se deslocam para a TI Munduruku e Sai Cinza. Nesse caso, o rio das Tropas, o Igarapé do Mutum e o Igarapé Cabitutu são vias de acesso dentro das duas TIs até as áreas degradadas pelo garimpo ilegal.

[11] *Unidade de medida da potência de calor.*

Para além da pressão provocado pelo garimpo, a região do Tapajós sofre o impacto socioambiental da exploração madeireira, nas áreas do entorno das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, que se expandem de ambos os lados através de aberturas de vicinais, as famosas "espinhas de peixe". No caso da Transamazônica, é possível identificar áreas de extração de madeira e agropecuária nas proximidades da saída de Jacareacanga, nas adjacências da TI Saí Cinza, conforme é possível verificar pela fotografia 16.

16

Fotografia



Áreas desmatadas no fundo a TI Sai Cinza, novembro de 2025.
Fonte: Acervo do Instituto Mãe Crioula (2025).

[12] *Vicinais que saem da rodovia principal em direção as áreas de floresta.*

A fotografia 16 revela a pressão que a TI Sai Cinza recebe a partir da rodovia Transamazônica, que de Jacareacanga se estende para o Sul do estado do Amazonas, em uma nova fronteira do capitalismo que está sendo chamada de AMACRO, por envolver municípios dos estados do Amazonas, Acre e Rondônia.

A região do AMACRO, onde se localiza o município de Apuí, Lábrea e Humaitá, próximos à Jacareacanga, é a principal região de desflorestamento da Amazônia, constituindo em uma área de intensa exploração madeireira, sendo muito comum visualizar o fluxo de caminhões (fotografia 17) transportando toras de madeira ao longo da rodovia Transamazônica, seguindo em direção a Itaituba, e dessa cidade para outras localidades do estado do Pará, onde serão beneficiadas e distribuídas para outras regiões brasileiras, muitas vezes com notas de transportes ilegais.



17 **Fotografia**

Caminhão transportando toras de madeira na Rodovia Transamazônica, no trecho de Jacareacanga a Itaituba, novembro de 2025.

Fonte: *Acervo do Instituto Mãe Crioula, 2025.*

Os impactos socioambientais dentro e no entorno das TIs possuem uma sinergia e interação a partir da presença ou omissão do Estado. Quanto maior presença do Estado, a partir principalmente das operações de fiscalizações, as pressões e impactos socioambientais se intensificam nas áreas fora, no entorno dos territórios, destacando-se o desflorestamento, a contaminação dos rios, a logística ilegal através da utilização das múltiplas redes geográficas (fluvial, rodoviária e aérea), contribuindo para o aumento da violência e fortalecimento da economia ilegal do garimpo.

À medida que as operações de fiscalizações diminuem e o intervalo entre as ações estatais aumenta, há um fluxo dessas ilegalidades do entorno para dentro dos territórios indígenas, provocando a invasão de não-indígenas, a degradação florestal, a contaminação dos rios e a mortalidade dos peixes. Todos esses efeitos trazem impacto ao modo de vida tradicional indígena, dentre eles, a insegurança alimentar, a perda de autonomia territorial e a proliferação das doenças como desnutrição, surto de diarreia, malária, além de danos neurológicos.

Em síntese, esse tópico objetivou apresentar e atualizar as principais implicações socioambientais dentro e no entorno dos territórios indígenas do povo Munduruku. Ressalta-se o grande impacto provocado pela atividade do garimpo ilegal, que sem dúvida é atividade de maior efeito nocivo aos indígenas. No entanto, chama-se atenção para outras frentes de destruição cuja expansão também está em direção ao território indígena, como a frente de exploração madeireira e pecuária na Transamazônica, sentido município de Apuí, no estado do Amazonas.

Além destas atividades, a expansão do cultivo da soja ao longo da rodovia Cuiabá-Santarém, contribui indiretamente para a pressão nas TIs, pois ao se apropriarem das áreas nas proximidades dessa rodovia, acabam empurrando a pecuária e a exploração da madeira para áreas interioranas, mais afastadas do eixo rodoviário, o que já é possível identificar com o aumento da extensão das vicinais de ambos os lados da BR-163.

[13] *Região criada pela SUDAM com o objetivo de incentiva a expansão do agronegócio em 32 municípios dos estados do Amazonas, Acre e Rondônia, formando uma área de aproximadamente 454.220 km². No projeto o Governo cria a região com a narrativa de Zona Especial de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia.*

Capítulo 6


HOTEL PLANALTO
PLANALTO
ESTACIONAMENTO
AGROFERRO
AGROFERRO

Processos de Desintrusão e dinâmicas econômicas na cidade e nas Terras Indígenas

As ações de desintrusão na cidade de Jacareacanga refletem diretamente na economia local, uma vez que, para muitos moradores, as atividades garimpeiras sustentam a dinâmica econômica do município, o que, muitas vezes, acaba por invisibilizar o papel dos povos indígenas na economia local. Nesse contexto, observa-se a constituição de uma lógica que aqui se propõe compreender como minero-dependência local, cujas implicações serão analisadas a seguir.

Nesse sentido, a retirada dos garimpeiros não se configura apenas como uma medida de controle territorial e ambiental, mas também produz impactos socioeconômicos imediatos, como a redução da circulação de renda e a retração das atividades comerciais. Essa dependência do garimpo evidencia a lógica econômica priorizada pelo poder público local, uma vez que, durante o período das atividades, as narrativas recorrentes indicavam que, sem o garimpo, não haveria mais o município de Jacareacanga. Nesse contexto, emerge uma indagação central: o que será da população local sem o garimpo?

Esse discurso é fortalecido por uma lógica que busca sustentar a ideia de ausência de diversidade produtiva na região. No entanto, trata-se de um município em que mais de 70% do território é composto por terras indígenas, o que evidencia a existência de outras formas de uso, produção e reprodução da vida que não se orientam necessariamente pela lógica do mercado. Ainda assim, o que prevalece é uma narrativa baseada em uma racionalidade econômica de grande escala, voltada à produção e lucro.

Nesse contexto, observa-se um processo de invisibilização das economias indígenas, frequentemente desconsideradas como formas legítimas de produção e organização territorial, uma vez que se orientam por lógicas próprias de tempo e espaço. Paradoxalmente, são esses mesmos sujeitos, historicamente marginalizados, que acabam sendo diretamente afetados pelos efeitos da desmobilização econômica

decorrente das ações de combate ao garimpo, revelando as contradições presentes no modelo de desenvolvimento predominante na região.

No caso de Jacareacanga, as transferências estatais desempenham papel central na sustentação da economia local. Dados recentes divulgados pelo Governo Federal do Brasil, indicam que apenas o programa Bolsa Família movimentou cerca de R$ 36,6 milhões no município em 2024, enquanto o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e o FUNDEB somaram dezenas de milhões em repasses anuais. Esses recursos evidenciam que uma parcela significativa da circulação de renda local é oriunda de transferências públicas, reforçando a dependência de fluxos externos e a baixa capacidade de geração autônoma de riqueza no município.

Nesse contexto, observa-se que os recursos que chegam diretamente às famílias, especialmente por meio de programas de transferência de renda como o Bolsa Família, desempenham papel central na dinamização da economia local. Pode-se dizer que isso ocorre porque esses valores são rapidamente inseridos no circuito de consumo cotidiano, movimentando o comércio e os serviços no município, sobretudo por meio de gastos com alimentação e outros bens de uso doméstico.

A cidade de Jacareacanga, por sua vez, dispõe de diversos serviços comerciais, como hotéis, restaurantes e outros. Esse setor é amplamente beneficiado pela dinâmica do garimpo, uma vez que a atividade garimpeira mobiliza e estrutura um fluxo migratório específico na região, contribuindo para a intensificação da circulação de pessoas, renda e serviços especificamente no espaço urbano.

Quando fala-se de minero-dependência neste trabalho, buscou-se destacar a narrativa de que a dinâmica econômica da cidade existe apenas em função do garimpo, reforçando a centralidade dessa atividade na economia urbana e evidenciando a dependência de fluxos populacionais e financeiros associados a uma atividade marcada pela instabilidade e pela ilegalidade.

A leitura da minero-dependência apresenta um caráter dual, na medida em que se estrutura a partir de duas narrativas distintas: de um lado, a lógica econômica predominante no espaço urbano; de outro, as dinâmicas vivenciadas nas aldeias. Nesse sentido, os impactos da desmobilização econômica decorrente das ações de desintrusão são percebidos e interpretados de maneiras diferentes no município de Jacareacanga.

E Como mensurar o impacto da desintrusão na economia da Terra Indígena Munduruku, considerando sua relação direta com a dinâmica econômica da cidade? Jacareacanga constitui um ponto estratégico para o escoamento dos produtos oriundos

das aldeias, o que evidencia a interdependência entre o território indígena e o espaço urbano.

Além disso, parte significativa dos produtos levados à cidade é comercializada no próprio município, onde também ocorre a circulação e permanência dos recursos financeiros. Observa-se que, atualmente, muitos indígenas, além de obterem alimentos por meio da pesca, da caça ou da produção local, têm passado a adquirir produtos no mercado urbano, como frango, carne, peixe, arroz e feijão, o que reforça a crescente inserção dessas comunidades na dinâmica da cidade.

Dessa forma, pode-se afirmar que a dinâmica econômica da cidade e da Terra Indígena Munduruku segue fluxos distintos, ainda que interdependentes, os quais se articulam e se reconfiguram em função das ações de desintrusão.

Em outras palavras, a economia urbana, especialmente nos períodos de auge das atividades garimpeiras, é impulsionada pelo capital oriundo daqueles que se deslocam para trabalhar nas currutelas. Paralelamente, há também a dinâmica econômica vinculada aos povos Munduruku, que, por meio da comercialização de produtos, do consumo de bens e da circulação de recursos no município, contribuem de forma significativa para a sustentação da economia local.

Aspectos analisados	Dinâmica vinculada ao garimpo ilegal	Dinâmica vinculada à TI Munduruku
Base econômica	Extração e comercialização e distribuição do ouro.	Extrativismo, pesca, artesanato e transferências de renda.
Circulação de recursos financeiros	Elevada nos períodos de auge do garimpo, com tendência à concentração.	Circulação mais contínua e distribuída no comércio local.
Relação com a desintrusão	Dispersão, retração ou reconfiguração espacial da atividade.	Reorganização econômica e possível ampliação da dependência do mercado urbano.

Quadro 3 - Dinâmicas econômicas associadas ao garimpo e à TI Munduruku.
Fonte: Trabalho de campo (2025).



Dessa forma, é fundamental destacar a importância do povo Munduruku para a dinâmica econômica da cidade, sobretudo nos períodos em que são realizadas ações de desintrusão de garimpos ilegais no município. Nesses momentos, evidencia-se ainda mais o papel da economia indígena na sustentação do comércio local e na circulação de recursos financeiros.

Nesse contexto, também se destaca a relevância do Programa Bolsa Família como elemento estruturante da economia municipal. Em novembro de 2025, o município de Jacareacanga (PA) registrou 3.772 famílias atendidas pelo programa, totalizando 15.337 pessoas beneficiadas. O investimento no período foi de R$ 3.325.371,00, com benefício médio de R$ 884,41 por família.

Quanto à composição dos benefícios, foram contabilizados 15.317 Benefícios de Renda de Cidadania (BRC), no valor de R$ 142,00 por integrante; 2.469 Benefícios Complementares (BC), destinados às famílias cuja soma dos benefícios não atingia R$ 600,00; e 3.404 Benefícios Primeira Infância (BPI), no valor de R$ 150,00 por criança de 0 a 7 anos incompletos. Esses dados reforçam o peso das transferências de renda na dinâmica econômica local, especialmente em um contexto de reconfiguração das atividades garimpeiras.

Além disso, a evolução do número de famílias com Cadastro ÚNICO (CAD) ao longo dos últimos anos evidencia uma ampliação significativa da população em situação de vulnerabilidade em Jacareacanga. Em 2017, o município registrava 13.247 pessoas no Cadastro Único, número que passou para 18.457 em 2023 e alcançou 19.353 em 2026. Esse crescimento expressivo indica não apenas o aumento do contingente

populacional registrado, mas também a ampliação das condições de acesso (ou necessidade de acesso) às políticas públicas de assistência social.

Esse cenário pode ser interpretado como reflexo da centralidade do garimpo no município, suscitando a seguinte questão: até que ponto essa atividade, de fato, gera benefícios para a população local? Ao mesmo tempo, o aumento no número de pessoas cadastradas em programas sociais reforça a centralidade do Estado na sustentação das condições de vida da população, evidenciando uma dependência crescente de transferências de renda e políticas assistenciais.

Nesse sentido, a expansão do Cadastro Único ao longo do tempo não apenas revela o aprofundamento das vulnerabilidades sociais, mas também dialoga diretamente com a discussão sobre a minero-dependência, ao expor os limites estruturais da economia local e a dificuldade de construção de alternativas econômicas mais diversificadas e sustentáveis. Ainda que a dinâmica econômica local esteja fortemente vinculada ao garimpo, observa-se a persistente ausência de políticas públicas que fomentem projetos de assistência e fortalecimento da produção rural no interior das aldeias.

Um dos pontos levantados durante o trabalho de campo refere-se à forma como as ações de desintrusão são executadas: realiza-se a operação repressiva, porém os danos ambientais permanecem no território, sobretudo a contaminação dos recursos hídricos, que continuam a afetar diretamente as aldeias.

O papel da Prefeitura torna-se cada vez mais complexo, uma vez que se observa um movimento de invisibilização das práticas produtivas e culturais do povo Munduruku. Em determinados discursos locais, afirma-se que os indígenas “não sabem mais fazer nada”, desconsiderando seus saberes e formas próprias de produção. No entanto, ao observar a feira do produtor (Fotografia 18), realizada aos finais de semana na cidade, verifica-se que os indígenas comercializam produtos sazonais oriundos de suas aldeias, evidenciando a permanência e a vitalidade de suas práticas produtivas.



18 Fotografia

Feira do produtor na cidade de Jacareacanga

Fonte: *Acervo do Instituto Mãe Crioula, 2025.*

Diante desse cenário, emergem demandas voltadas ao fortalecimento de atividades já desenvolvidas pelos indígenas, mas que ainda carecem de apoio institucional e maior alcance no território. Entre elas, destacam-se a construção de aviários, a implementação de projetos de reflorestamento, a melhoria dos sistemas de abastecimento de água e o incentivo à produção e comercialização do artesanato.



Capítulo 7

Distribuição espacial das aldeias indígenas e os múltiplos sentidos da desintrusão

Os indígenas Munduruku são pertencentes à família linguística Munduruku, do tronco Tupi. Sua autodenominação é Wuy jugu, que significa “nós somos gente”. A designação Munduruku veio a partir do século XVIII e era o modo como estes eram denominados pelos Parintintins. Os Munduruku estão em regiões e territórios diferentes nos estados do Pará (sudoeste, calha e afluentes do rio Tapajós, nos municípios de Santarém, Itaituba, Jacareacanga), Amazonas (leste, rio Canumã, município de Nova Olinda; e próximo a Transamazônica, município de Borba), Mato Grosso (Norte, região do rio dos Peixes, município e Juara) (ISA, 2025).

A Terra Indígena Munduruku possui aproximadamente 2,38 milhões de hectares e faz divisa com outras áreas protegidas, como a Terra Indígena Sai Cinza ao norte, a Terra Indígena Kayabi ao sul e a Floresta Nacional do Crepori e o Parque Nacional do Rio Novo a leste. Entre os principais rios, quase todos com a presença confirmada do garimpo, estão o Tapajós, Rio das Tropas, Kabitutu, Kadiriri, Teles Pires, Cururu, Anipiri, Waredi e Jamanxim.

A complexidade da organização espacial dos Munduruku se alarga quando percebemos que no interior da Terra Indígena existem aproximadamente 145 aldeias Munduruku concentradas principalmente entre o Alto Tapajós e o Baixo Teles Pires.

O censo de 2022 identificou um total de 32.896 indígenas autodeclarados da etnia Munduruku, a 12ª etnia mais populosa do Brasil, sendo 16.450 pessoas, ou 50,01% no interior da Terra Indígena, 9.940 pessoas, ou 30,22% fora da TI, em áreas urbanas e 6.506 pessoas, ou 19,78% do povo, fora da TI em áreas rurais.

Essa complexidade geográfica do povo Munduruku, aliada à diversidade de temporalidades com que cada grupo teve contato com o garimpo e ao modo de

tratamento de cada liderança a esta questão, produz um cenário bastante diverso em relação aos modos de relação com o garimpo e consequentemente em relação à desintrusão. Este relatório irá se concentrar nos modos de relação dos Munduruku localizados nas áreas circundantes à cidade de Jacareacanga, o que é apenas uma mostra da complexidade de relações se tomarmos a Terra Indígena como um todo.

A economia da cidade de Jacareacanga está diretamente atrelada à atividade garimpeira desenvolvida nas proximidades do município, que marca uma minero-dependência local. Durante o deslocamento entre Itaituba e Jacareacanga, relatos coletados no trabalho de campo destacaram a importância das diversas currutelas localizadas às margens da estrada, as quais contribuem para um intenso fluxo migratório na região. Esse fluxo envolve pessoas provenientes do Maranhão, Amazonas, Tocantins e de outros municípios paraenses, passando a dinamizar a economia local.

A Terra Indígena Munduruku, está localizada no sudoeste do estado do Pará, ao longo da bacia do rio Tapajós, essas terras já vinham sendo historicamente pressionadas pela atuação de garimpeiros, madeireiros e por projetos de infraestrutura. A intensificação recente do garimpo ilegal aprofunda conflitos territoriais históricos da região, atrelados à questão fundiária, ampliando os impactos socioambientais e reforçando dinâmicas de ilegalidade que reconfiguram o uso do território e as relações de poder locais.



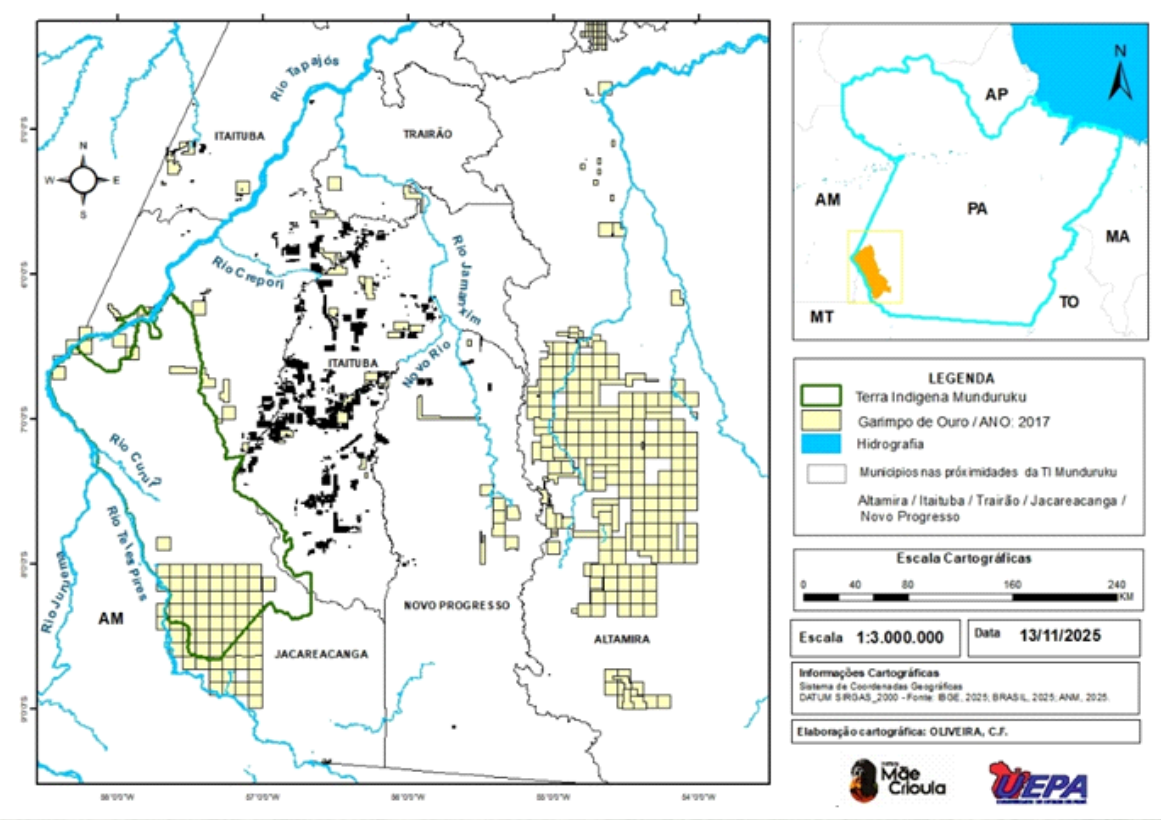
Figura 7 - Linha do Tempo sobre as ações de Desintrusão em Jacareacanga (PA).
Fonte: Criado a partir de inteligência artificial (2026).

Nos últimos anos (2019–2022), a expansão do garimpo ilegal no município de Jacareacanga, especialmente em Terras Indígenas Munduruku, ganhou maior visibilidade e intensidade, sendo acompanhada por determinadas retóricas e enquadramentos políticos. Destacam-se, nesse contexto, as declarações do então presidente da República do período em questão, pautadas na defesa da exploração econômica de terras indígenas e na legalização do garimpo, bem como a proposição de projetos de lei como o PL nº 191/2020, que visava regulamentar a mineração em terras indígenas. Tal proposta foi apresentada sem a realização da consulta livre, prévia e informada, sinalizando e buscando oficializar a ampliação das atividades extrativas nesses territórios.

Essas ações resultaram em um processo de desmonte dos principais órgãos públicos responsáveis pela gestão e pelo controle das Terras Indígenas, bem como na ocupação de cargos estratégicos por militares nessas instituições, além da imposição de cortes orçamentários significativos. Esse cenário político possibilitou a expansão das atividades garimpeiras em Terras Indígenas, provocando um aumento exponencial da área degradada pelo garimpo na Terra Indígena Munduruku a partir de 2019.

Como se pode verificar no mapa 9 a espacialização do garimpo de ouro no entorno e no interior da Terra Indígena Munduruku no ano de 2017, revelando uma forte concentração dessa atividade nas proximidades do município de Jacareacanga. Observa-se que os registros de garimpo se distribuem de forma densa ao longo dos principais eixos hidrográficos e viários, especialmente associados à bacia do rio Tapajós, indicando a centralidade dos rios como vetores de acesso, circulação e escoamento da produção. A sobreposição entre áreas de garimpo e o limite da Terra Indígena Munduruku demonstra que a pressão sobre o território antecede o período recente de maior visibilidade do garimpo ilegal, configurando um processo histórico de invasão e apropriação territorial.

Além disso, a presença de garimpos nos municípios vizinhos como Itaituba, Trairão, Altamira e Novo Progresso, reforça a ideia de uma rede regional articulada, na qual Jacareacanga se consolida como ponto estratégico nos circuitos espaciais do ouro, integrando frentes de extração, logística e fluxos econômicos que extrapolam os limites municipais e intensificam os conflitos socioambientais na Terra Indígena Munduruku.



Mapa 9 - Área de Mineração de Ouro com destaque para Jacareacanga, ano 2017.
Fonte: Instituto Mãe Crioula e LabGeo/Uepa (2026).

Desse modo, o mapa não se limita a representar a localização das frentes de extração, mas permite compreender e questionarmos as bases territoriais e técnicas que sustentam a persistência e a reconfiguração do garimpo ilegal, mesmo diante de ações pontuais de repressão estatal.

O período de 2019 a 2022 representou um ponto de inflexão negativo para a proteção da Terra Indígena Munduruku, marcado por um discurso presidencial favorável ao desmantelamento da governança socioambiental. Esse contexto, aliado à impunidade, possibilitou o avanço do garimpo ilegal, configurando um problema estrutural de grandes proporções, cujos danos ambientais, sociais, culturais e econômicos se tornaram profundamente significativos.

Diante da intensificação do garimpo ilegal em Terras Indígenas Munduruku, especialmente no município de Jacareacanga, o Estado brasileiro passou a atuar de forma mais visível por meio de operações da Polícia Federal e de outros órgãos de fiscalização. Essas ações, em geral pontuais e repressivas, tiveram como foco a

destruição de maquinário, o combate às frentes de garimpo e a interrupção momentânea dos fluxos ilegais.

No entanto, apesar de produzirem impactos imediatos, tais operações não foram capazes de desarticular de maneira estrutural os circuitos espaciais do garimpo ilegal, que se reorganizam rapidamente a partir de redes logísticas, financeiras e políticas já consolidadas. Assim, evidencia-se uma atuação estatal marcada pela seletividade e pela descontinuidade, que, ao invés de enfrentar as bases econômicas e territoriais da ilegalidade, acaba por reforçar ciclos recorrentes de conflito, violência e vulnerabilização dos territórios e dos modos de vida do povo Munduruku.

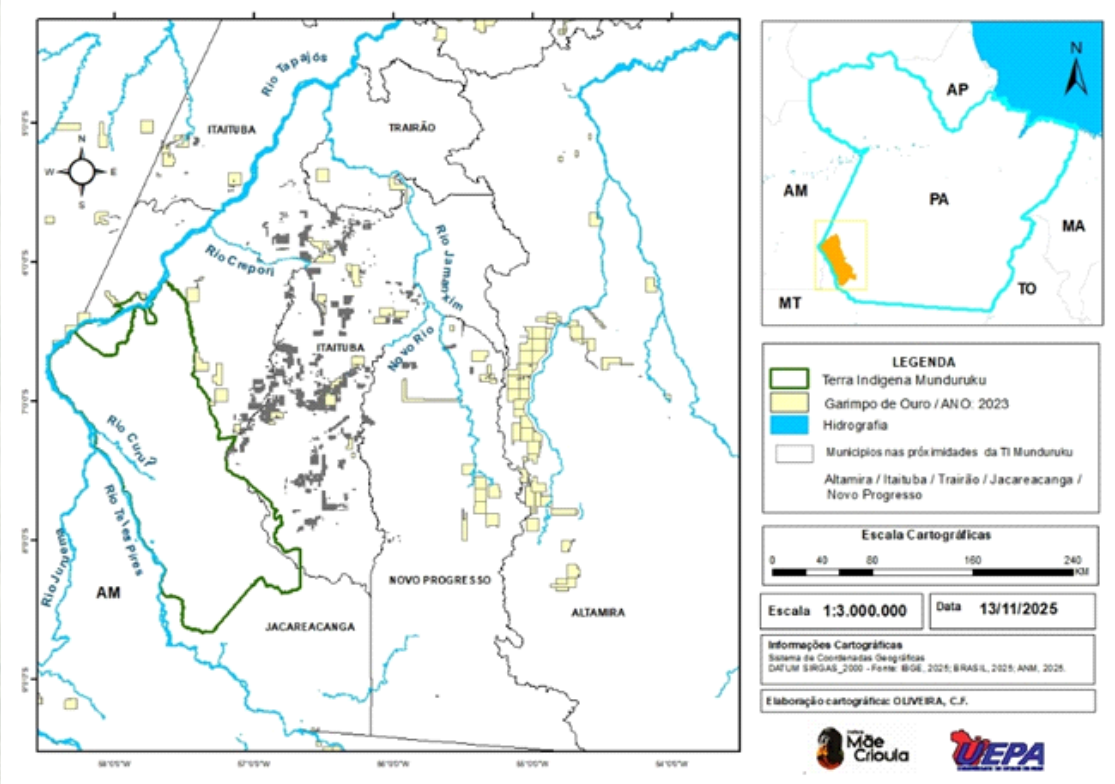
As operações realizadas pela Polícia Federal, sobretudo a partir de 2021, evidenciam uma estratégia estatal centrada predominantemente na repressão, sem o devido enfrentamento das condições estruturais que sustentam o avanço do garimpo ilegal na região. A destruição de equipamentos e a interrupção temporária das frentes de extração, embora simbólicas, não alcançam os agentes econômicos que operam nos níveis superiores da cadeia produtiva, responsáveis pelo financiamento, pela logística e pela circulação do ouro nos mercados nacional e internacional. Dessa forma, o combate ao garimpo ilegal permanece concentrado nos elos mais visíveis e vulneráveis do circuito, reproduzindo uma lógica de controle territorial fragmentada e pouco eficaz.

Paralelamente, a ausência de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da autonomia territorial indígena, à proteção ambiental e à promoção de alternativas econômicas sustentáveis contribui para a permanência e a reconfiguração dessas atividades ilegais. Em Jacareacanga, essa combinação entre repressão pontual e negligência estrutural reforça a centralidade do município nos circuitos espaciais do garimpo, ao mesmo tempo em que intensifica os conflitos socioambientais e a instabilidade territorial. Assim, o território passa a ser permanentemente disputado, revelando a contradição entre a presença ostensiva do Estado em ações coercitivas e sua ausência na garantia de direitos e na implementação de políticas de longo prazo voltadas ao povo Munduruku.

O Mapa 10 apresenta a área de mineração de ouro e evidencia, ainda que de forma parcial, a mobilidade do garimpo ilegal no território. Ao revelar deslocamentos e reconfigurações espaciais da atividade, o mapa suscita questionamentos centrais: para onde se dirigiram esses sujeitos após as operações de repressão? Como o município se reorganiza socioeconomicamente e territorialmente após um processo de desintrusão?

A desintrusão realizada em 2021, embora tenha representado uma ação relevante do Estado no enfrentamento ao garimpo ilegal, mostrou-se insuficiente para

desestruturar de forma definitiva as bases técnicas, logísticas e financeiras que sustentam a atividade. Em muitos casos, observou-se não a eliminação do garimpo, mas sua dispersão e reorganização em novas frentes, evidenciando a alta capacidade de mobilidade e adaptação desses agentes. Assim, a desintrusão de 2021 deve ser compreendida como um marco importante, porém limitado, diante da complexidade estrutural que envolve o circuito do ouro na região.



Mapa 10 - Área de Mineração de Ouro com destaque para Jacareacanga em 2023.
Fonte: Instituto Mãe Crioula e LabGeo/Uepa (2026).

A configuração espacial observada em 2023 indica que o garimpo ilegal permanece como elemento estruturante da organização territorial na região da Terra Indígena Munduruku, reforçando processos contínuos de apropriação desigual do território, sendo moldado pelas relações entre técnica, capital e poder. Nesse sentido, a concentração do garimpo ao longo dos eixos hidrográficos evidencia o uso seletivo da técnica e da infraestrutura natural como base para a consolidação dos circuitos espaciais produtivos do ouro.

A manutenção de Jacareacanga como nó logístico central desses circuitos revela a articulação entre lugares, fluxos e agentes, característica do que Santos (1996) define como a fluidez do território a serviço do capital, mesmo em contextos de ilegalidade. Tal dinâmica reforça a ideia de que as ações estatais de repressão, quando pontuais e

desarticuladas de políticas estruturais, não são capazes de romper as bases territoriais que sustentam o garimpo ilegal.

Essa leitura dialoga com a análise de Bertha Becker (1992), ao destacar que a Amazônia tem sido historicamente incorporada a projetos econômicos exógenos, nos quais o controle do território se dá prioritariamente pela exploração de recursos naturais e pela imposição de lógicas externas às populações locais. No caso do território Munduruku, o avanço do garimpo expressa a continuidade desse modelo, aprofundando conflitos socioambientais e fragilizando os mecanismos de proteção territorial.

Além disso, conforme argumenta Little (2002), os conflitos em Terras Indígenas não se restringem à disputa material pelos recursos, mas envolvem "regimes distintos de territorialidade", nos quais se confrontam concepções divergentes de uso, pertencimento e gestão do espaço. Assim, a persistência e a expansão do garimpo ilegal intensificam as pressões sobre a autonomia territorial e os modos de vida do povo Munduruku, evidenciando a contradição entre a presença seletiva do Estado na repressão e sua ausência na garantia efetiva de direitos territoriais.

A análise comparativa entre os mapas 1 e 2 evidencia a intensificação e a maior complexidade espacial do garimpo de ouro no interior e no entorno da Terra Indígena Munduruku entre 2017 e 2023. Enquanto o mapa de 2017 já indicava uma presença significativa de áreas garimpeiras, sobretudo nas proximidades de Jacareacanga e ao longo dos principais eixos hidrográficos da bacia do rio Tapajós, o cenário de 2023 revela uma ampliação dessas frentes de extração, com maior densidade e dispersão espacial.

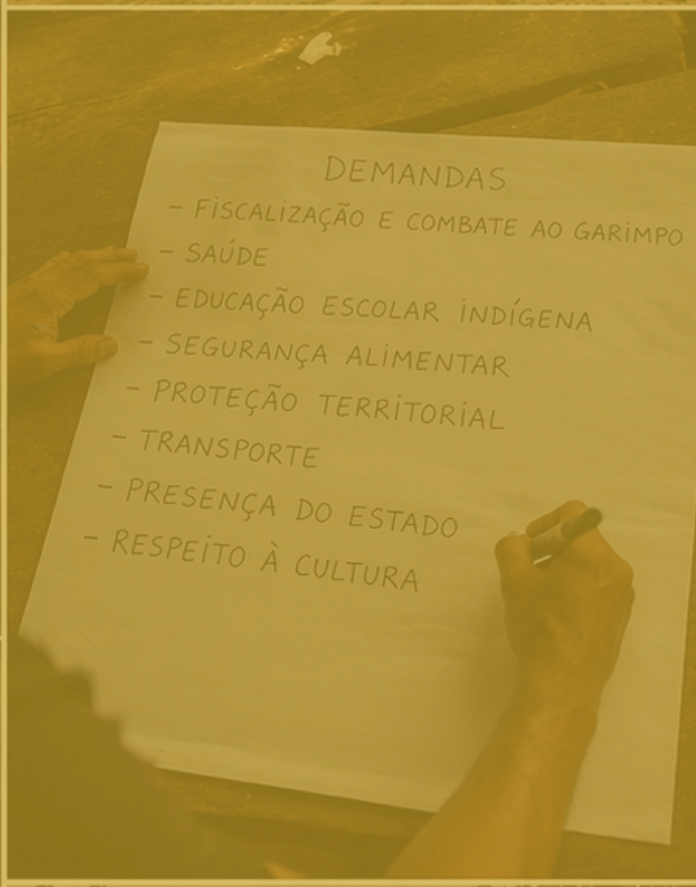
Observa-se o avanço do garimpo tanto no interior da Terra Indígena quanto em áreas adjacentes, reforçando a constituição de uma rede regional articulada que conecta municípios como Itaituba, Trairão, Altamira e Novo Progresso. Essa expansão espacial indica que as ações estatais de repressão realizadas no período não foram capazes de desestruturar os circuitos espaciais produtivos do ouro, que se reorganizam e se adaptam continuamente. Assim, a comparação entre os dois anos demonstra que o garimpo ilegal não apenas persiste, mas se reconfigura territorialmente, aprofundando as pressões socioambientais e os conflitos sobre o território Munduruku.

Essas ações refletem diretamente na economia da cidade de Jacareacanga, uma vez que, para muitos moradores, são as atividades garimpeiras que mantêm a dinâmica econômica local. O fluxo migratório associado ao garimpo movimenta o setor hoteleiro, restaurantes e outros estabelecimentos comerciais, estruturando parte significativa da vida urbana do município.





Capítulo 8


DEMANDAS
- FISCALIZAÇÃO E COMBATE AO GARIMPO
- SAÚDE
- EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA
- SEGURANÇA ALIMENTAR
- PROTEÇÃO TERRITORIAL
- TRANSPORTE
- PRESENÇA DO ESTADO
- RESPEITO À CULTURA







Demandas levantadas em campo

A análise das demandas levantadas durante a pesquisa de campo na Terra Indígena Munduruku, no município de Jacareacanga, evidencia um conjunto de questões estruturais que atravessam o cotidiano das aldeias e refletem diretamente as transformações territoriais em curso na região. Essas demandas emergem em um contexto marcado pela intensificação de atividades garimpeiras, pela atuação descontínua do Estado e pelas reconfigurações socioterritoriais decorrentes de processos como a desintrusão. Nesse cenário, as comunidades indígenas têm mobilizado estratégias de resistência e adaptação, ao mesmo tempo em que apontam caminhos concretos para o fortalecimento de suas formas de vida, produção e organização social.

De modo geral, as demandas identificadas estão profundamente articuladas ao território, compreendido não apenas como espaço físico, mas como base da reprodução cultural, econômica e política dos povos indígenas. Assim, educação, produção, meio ambiente, cultura e infraestrutura aparecem como dimensões interdependentes, cuja fragilização compromete a autonomia das comunidades e cuja qualificação pode fortalecer processos de permanência e sustentabilidade no território. A seguir, apresentam-se as principais demandas sistematizadas durante a pesquisa, acompanhadas de possíveis encaminhamentos e soluções, a partir das próprias indicações das comunidades e da análise realizada.

1 Educação

Demandas:

Necessidade de cursos com aplicabilidade prática no território, voltados ao uso da terra, produção e gestão ambiental.

Fragilização da educação indígena diante do deslocamento de estudantes para áreas urbanas.

Baixa permanência de jovens formados nas aldeias.

Necessidade de fortalecimento da educação intercultural e territorializada.

Possíveis soluções:

Criação de cursos técnicos e superiores voltados à realidade local, como agroecologia, manejo florestal e gestão territorial.

Desenvolvimento de projetos de extensão que integrem teoria e prática nas aldeias.

Implementação de políticas de incentivo ao retorno e permanência de jovens qualificados no território.

Fortalecimento de metodologias interculturais que valorizem línguas, saberes e cosmologias indígenas.

2 Produção e segurança alimentar (criação de animais)

Demandas:

Ampliação das atividades de criação de animais nas aldeias.

Necessidade de apoio técnico e institucional para fortalecimento da produção.

Limitações no acesso a mercados e políticas públicas.

Possíveis soluções:

Expansão de projetos produtivos, como a avicultura, para outras aldeias.

Fortalecimento do acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Promoção de formações sobre manejo, logística e comercialização.

Incentivo à organização comunitária por meio de associações e cooperativas.

3 Sistemas produtivos tradicionais (roça e quintais florestais)

Demandas:

Redução da participação dos jovens nas atividades produtivas tradicionais.

Risco de descontinuidade dos saberes associados ao cultivo e manejo do território.

Dificuldade de conciliar formação escolar com permanência nas aldeias.

.

Possíveis soluções:

Criação de programas que incentivem a permanência e o retorno dos jovens.

Valorização dos sistemas tradicionais como tecnologias sustentáveis de produção.

Integração entre educação formal e práticas territoriais.

Apoio à comercialização dos produtos oriundos das roças e quintais.

4 Produção de farinha e organização produtiva

Demandas:

Necessidade de melhoria das infraestruturas coletivas, como casas de farinha.

Ampliação das possibilidades de comercialização da produção.

Fortalecimento da organização comunitária em torno da produção.

Possíveis soluções:

Investimento na estruturação e modernização das casas de farinha.

Criação de selos e estratégias de valorização dos produtos indígenas.

Apoio à formação de redes de comercialização em nível local e regional.

Estímulo a experiências coletivas de produção, como projetos piloto já existentes.

5 Recuperação ambiental de áreas degradadas pelo garimpo

Demandas:

Necessidade de reflorestamento de áreas impactadas pela atividade garimpeira.

Ausência de apoio técnico e institucional para recuperação ambiental.

Fragilidade na gestão territorial das áreas degradadas. .

Possíveis soluções:

Implementação de programas de reflorestamento com participação das comunidades.

Formação de agentes ambientais indígenas.

Criação de viveiros comunitários de mudas nativas.

Articulação com órgãos públicos para apoio técnico e institucional contínuo.

6 Artesanato e economia da cultura

Demandas:

Necessidade de fortalecimento da produção artesanal como fonte de renda.

Ampliação dos espaços de formação e transmissão de saberes.

Maior valorização cultural do artesanato.

Possíveis soluções:

Criação de espaços formativos voltados ao ensino do artesanato às novas gerações.

Fortalecimento do protagonismo das mulheres indígenas.

Ampliação das estratégias de comercialização, incluindo participação em feiras e uso de redes sociais.

Valorização do artesanato como expressão cultural e identitária.

7 Abastecimento de água e saneamento

Demandas:

Falta de acesso à água potável na maioria das aldeias.

Dependência de rios potencialmente contaminados pelo garimpo.

Sistemas existentes ainda são limitados ou instáveis.

Possíveis soluções:

Implementação de sistemas de abastecimento de água em todas as aldeias.

Expansão de tecnologias sustentáveis, como sistemas com energia solar.

Fortalecimento de parcerias com organizações e instituições públicas.

Desenvolvimento de políticas estruturantes de saneamento básico em territórios indígenas.

De forma geral, as demandas levantadas demonstram que os desafios enfrentados pelas comunidades Munduruku não podem ser compreendidos de maneira fragmentada. Ao contrário, exigem abordagens integradas que articulem políticas públicas, valorização dos saberes tradicionais e fortalecimento da autonomia territorial. As soluções apontadas não partem apenas de diagnósticos externos, mas refletem, sobretudo, as perspectivas e propostas construídas pelas próprias comunidades, reafirmando seu protagonismo na construção de alternativas sustentáveis para o território.



Capítulo 9

Proposições a partir das demandas do povo Munduruku

A complexidade das dinâmicas territoriais analisadas ao longo deste relatório evidencia que o garimpo ilegal na região de Jacareacanga não pode ser enfrentado por meio de ações isoladas ou exclusivamente repressivas. Trata-se de um fenômeno estrutural, articulado em múltiplas escalas e sustentado por redes econômicas, logísticas e políticas que conectam o território amazônico a circuitos mais amplos de produção e circulação de capital. Nesse sentido, os impactos observados que envolvem degradação ambiental, intensificação de conflitos, fragilização de direitos territoriais e aprofundamento de vulnerabilidades sociais, exigem respostas igualmente complexas e integradas.

As proposições apresentadas a seguir derivam diretamente das evidências empíricas produzidas no trabalho de campo, bem como da interpretação teórica das dinâmicas de territorialização, desterritorialização e reterritorialização que marcam a região. Elas buscam não apenas responder aos efeitos imediatos da expansão garimpeira, mas também incidir sobre suas causas estruturais, considerando a necessidade de articulação entre diferentes esferas institucionais, escalas de atuação e dimensões da política pública.

Particularmente, reconhece-se que qualquer estratégia eficaz deve incorporar a centralidade dos territórios indígenas e o protagonismo dos povos que os habitam, respeitando suas formas de organização, seus conhecimentos e seus projetos de futuro. Ao mesmo tempo, torna-se fundamental fortalecer a capacidade do Estado em regular, monitorar e ordenar o território, enfrentando as redes ilícitas que sustentam o garimpo e promovendo alternativas econômicas e sociais compatíveis com a sustentabilidade socioambiental da região.

Dessa forma, as proposições aqui sistematizadas constituem um esforço de tradução analítica em diretrizes operacionais, orientadas à formulação de políticas públicas que sejam, ao mesmo tempo, territorialmente sensíveis, socialmente justas e ambientalmente responsáveis.

- Considerando a complexidade das dinâmicas analisadas e a natureza multiescalar do garimpo ilegal na região do Tapajós, as proposições a seguir buscam articular ações estruturantes que integrem dimensões territoriais, institucionais, econômicas e socioculturais:

- Em primeiro lugar, destaca-se a necessidade de fortalecimento permanente da presença estatal, por meio da atuação coordenada entre órgãos ambientais, forças de segurança e instituições de justiça. Tal presença deve superar o caráter episódico das operações e consolidar mecanismos contínuos de monitoramento e controle territorial.

- Em segundo lugar, torna-se fundamental atuar sobre o circuito econômico do garimpo ilegal, compreendendo-o em sua totalidade. Isso implica o controle rigoroso da comercialização do ouro, a fiscalização da cadeia de insumos — especialmente combustíveis e mercúrio — e o enfrentamento dos mecanismos de lavagem de capitais que permitem a inserção do ouro ilegal na economia formal.

- Outra dimensão central refere-se à proteção dos territórios indígenas, com o fortalecimento de estratégias de vigilância territorial que incorporem a participação ativa das comunidades indígenas, reconhecendo seu protagonismo na defesa de seus territórios e saberes.

- Paralelamente, é imprescindível o investimento em alternativas econômicas sustentáveis, capazes de reduzir a dependência direta ou indireta do garimpo. Iniciativas como sistemas agroflorestais, manejo florestal comunitário e cadeias produtivas da sociobiodiversidade devem ser fomentadas de forma articulada com as realidades locais.

- No campo social, destaca-se a urgência de políticas públicas voltadas à saúde e ao monitoramento da contaminação por mercúrio, considerando os impactos já evidenciados sobre as populações indígenas e ribeirinhas.

- Adicionalmente, ressalta-se a importância de políticas educacionais interculturais e territorializadas, que integrem saberes tradicionais e

conhecimento técnico-científico, fortalecendo a autonomia das comunidades e sua capacidade de gestão territorial.

- Por fim, torna-se necessário considerar os impactos urbanos do garimpo, com a implementação de políticas de ordenamento territorial e inclusão socioespacial nos núcleos urbanos afetados, enfrentando processos de segregação, precarização e vulnerabilidade social.

Ainda é importante ressaltar que todas as proposições feitas aqui não excluem a necessidade de que quaisquer ações pensadas pelo Estado para terras indígenas sejam construídas a partir da consulta livre, prévia e informada de todas as comunidades envolvidas. Referindo-se ao povo Munduruku, essa consulta deve levar em conta os modos distintos em que cada aldeia, a partir de sua autonomia, relaciona-se com o meio circundante, inclusive com o garimpo.

Considerações Finais

A análise desenvolvida ao longo deste relatório evidencia que as dinâmicas territoriais observadas na região de Jacareacanga, especialmente no contexto da Terra Indígena Munduruku, são marcadas por elevada complexidade e por constantes processos de reconfiguração espacial. A presença e expansão do garimpo ilegal, articuladas a redes econômicas mais amplas, têm produzido impactos profundos sobre o território, afetando não apenas o meio ambiente, mas também as formas de organização social, cultural e política das comunidades indígenas.

Nesse cenário, o território se revela como um espaço central de disputa, no qual se confrontam diferentes racionalidades de uso e apropriação. De um lado, os modos de vida indígenas, fundamentados em relações históricas, simbólicas e sustentáveis com a natureza. De outro, a lógica extrativista, orientada pela exploração intensiva de recursos e pela inserção em circuitos econômicos globalizados. Essa tensão se materializa em conflitos socioambientais, processos de desterritorialização e tentativas contínuas de reterritorialização por parte dos povos indígenas.

As ações recentes de desintrusão representam um avanço importante no reconhecimento e na garantia dos direitos territoriais, ao sinalizarem uma retomada da presença estatal em áreas historicamente marcadas pela ausência ou fragilidade institucional. No entanto, como demonstrado ao longo do estudo, tais ações não são suficientes para resolver, de forma estrutural, as dinâmicas que sustentam o garimpo ilegal. Ao contrário, o período pós desintrusão revela novas formas de reorganização espacial da atividade, indicando a capacidade adaptativa dessas redes e a necessidade de estratégias mais amplas e contínuas.

As demandas levantadas durante a pesquisa de campo reforçam esse entendimento, ao evidenciarem que os desafios enfrentados pelas comunidades Munduruku não se restringem à presença do garimpo, mas abrangem dimensões estruturais como educação, produção, segurança alimentar, saúde, acesso à água e fortalecimento cultural. Tais demandas apontam para a urgência de políticas públicas integradas, que considerem as especificidades territoriais e sejam construídas em diálogo direto com as comunidades.

Nesse sentido, destaca-se a importância de reconhecer o protagonismo indígena na gestão de seus territórios. As soluções propostas pelas próprias comunidades indicam caminhos consistentes para a construção de alternativas sustentáveis, baseadas na valorização dos saberes tradicionais, no fortalecimento da autonomia e na articulação com conhecimentos técnicos. Esse protagonismo deve ser compreendido como elemento central para qualquer estratégia de intervenção que pretenda ser efetiva e duradoura.

Além disso, a abordagem multiescalar adotada neste estudo permite compreender que o fenômeno do garimpo ilegal não pode ser tratado como uma questão exclusivamente local. Ele está inserido em circuitos mais amplos de produção e circulação de capital, o que exige respostas igualmente articuladas em diferentes níveis institucionais. O enfrentamento dessa problemática demanda, portanto, a integração entre políticas ambientais, econômicas, sociais e de segurança pública.

Por fim, este relatório reafirma a necessidade de construção de uma governança territorial mais robusta na Amazônia, capaz de mediar conflitos, garantir direitos e promover modelos de desenvolvimento que não estejam baseados na expropriação e na degradação dos territórios. A valorização da diversidade sociocultural e a proteção dos territórios indígenas não devem ser entendidas como obstáculos, mas como condições fundamentais para a sustentabilidade da região.

Assim, ao sistematizar as dinâmicas observadas e as demandas apresentadas, este estudo busca contribuir para o fortalecimento do debate público e acadêmico sobre o futuro da Amazônia. Mais do que diagnosticar problemas, trata-se de apontar caminhos possíveis, ancorados no reconhecimento de que os territórios indígenas são espaços de vida, resistência e produção de alternativas, cuja continuidade é essencial não apenas para os povos que os habitam, mas para o equilíbrio socioambiental em escala mais ampla.

Referências

ALEMIDA, Alfredo Wagner Berno et al. (org). Mineração e Garimpo em Terras tradicionalmente ocupadas: conflitos sociais e mobilizações étnicas. 1 Ed. Manaus: UEA Edições/ PNCSA, 2019.

BANDEIRA JUNIOR, Carlos de Matos. Entre bamburros, brefos e trechos: um estudo etnográfico sobre a garimpagem de ouro na região do tapajós. Santarém: PPGSND/UFOPA, 2023 (Tese de Doutorado).

BECKER, Bertha. Geopolítica da Amazônia. Estudos Avançados, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71–86, 1992.

BUENO, Samira; COUTO, Aiala Colares Oliveira; LIMA, Renato Sérgio de. A nova corrida do ouro na Amazônia: garimpo ilegal e violência na floresta. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024.

BRASIL. Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989. Dispõe sobre o regime de permissão de lavra garimpeira. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 19 jul. 1989.

BRASIL. Lei nº 11.685, de 2 de junho de 2008. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 jun. 2008.

BRASIL. Ministério Público Federal - MPF. Mineração ilegal de ouro na Amazônia: marcos jurídico e questões controversas. Brasília: MPF, 2020. 259 p.

BRASIL. ANM. Guia do Minerador. Brasília: ANM, 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Bolsa Família e Cadastro Único no seu município. Disponível em: https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/ Acesso em: 15 mar. 2026.

BRINGEL, Fabiano de Oliveira; MORAIS, Hélio; WANDERLEY, Luís Jardim. Mapeamento da Mineração e Garimpo na Amazônia Legal (2012-2022): logísticas, empresas e destinos da produção. IN: ANAYA, Feliza; BRONZ, Deborah.; MAGALHÃES, Sônia. Terra Arrasada – desmonte ambiental e violação dos direitos no Brasil. Montes Claros: EDUNIMONTES, 2024.

CASTRO, Francisco Xavier. A rede logística-criminal do Narcogarimpo e do garimpo ilegal em Terras indígenas yanomami: evidências E proposta de neutralização pelo poder Público. Revista Pro Lege Vigilanda, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 36-72, 2024.

CASTILLO, Ricardo. & FREDERICCO, Samuel. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. Uberlândia: Sociedade & Natureza, 2010.

CHAMBOULAYRON, Rafael. Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706). Belém: Ed. Açaí/Programa de Pós-graduação em Historia Social da Amazônia (UFPA)/Centro de Memoria da Amazônia (UFPA), 2010.

COUTO, Aiala. Geopolítica ou geografia política do narcotráfico? Facções criminosas e disputas territoriais na Amazônia. In: GeoTextos, vol. 21, n. 1, Julho 2025.

COUTO, Aiala. Escalas e Geometrias de Poder do Narcotráfico na Amazônia Brasileira. In: Rev. Susp, Brasília, v. 4, n. 1, jan./jun. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). Cartografias da violência na Amazônia. Fórum Brasileiro de Segurança Pública/ Instituto Mãe Crioula. São Paulo. Relatório de pesquisa, 2023. Disponível em www.forumdesegurancapublica.org.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). Cartografias da violência na Amazônia. Fórum Brasileiro de Segurança Pública/ Instituto Mãe Crioula. São Paulo. Relatório de pesquisa, 2024. Disponível em www.forumdesegurancapublica.org.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. A geografia da violência na região amazônica: Anuário brasileiro de segurança pública, edição 2024

IBGE. Cidades e estados: Floresta do Araguaia. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2022a. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/floresta-do-araguaia.html. Acesso em: 10 dez 2025.

IBGE. Censo 2022. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2022b. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/22827-censo-demografico-2022.html. Acesso em: 10 maio de 2025.

ISA. MUNDURUKU. In: Povos Indígenas no Brasil. São Paulo: Instituto Socioambiental. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Munduruku. Acesso em: 20 dez. 2025

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil. Anuário Antropológico, Brasília, n. 2002/2003, p. 251–290, 2002.

MAGALHÃES, Sonia Maria Barbosa. Tempo e Trajetórias: reflexões representações Camponesas, in: HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sonia Barbosa; MANESCHY, Maria Cristina (Orgs.) No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará. Belém: Edufpa, 2002.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Problemas e Hipóteses da Fricção Interétnica - sugestões para uma metodologia. Rio de Janeiro: revista do instituto de ciências sociais, vol. 4, n 01, 1967.

PEREIRA CHAGAS, Rodrigo. Narcogarimpo: las afinidades electivas entre los frentes de minería ilegal y la expansión del narcotráfico en la Amazonía brasileira. URVIO, Quito, n. 38, p. 32-48, abr. 2024.

PEREIRA CHAGAS, Rodrigo; COSTA, Ernildo. Configuração social da célula básica para exploração ilegal de ouro nas frentes de garimpagem da Terra Indígena Yanomami. Textos e Debates, [s. l.], v. 29, n. 02, p. e8162, 2023. Disponível em: https://revista.ufrr.br/textosedebates/article/view/8162. Acesso em: 11 jun. 2024.

RICARDO, Cassiano. Marcha para Oeste – a influencia da "bandeira" na formação social e politica do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Jose Olympio. Vol. 01, 1942.

SANTOS, Milton. Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SANTOS, Milton. A construção do espaço. São Paulo: Nobel, 1986. p. 121-134.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Edusp, 1996, 4 ed.

TORRES, Maurício. Um rio de muita gente: a luta comum de vidas plurais no Vale do Alto Tapajós. IN: ALARCON, Daniela; MILLIKAN, Brent & TORRES, Maurício (Orgs). Ocekadi: hidrelétricas, conflitos socioambientais e resistência na Bacia do Tapajós. Brasília: International Rivers/PPGAA-UFOPA, 2016.

UNODC. O relatório mundial sobre drogas. Washington: UNODC, 2024. Disponível em: http:// www.unodc.org/documents/wdr2024/World_Drug_Report_2021.pdf. Acesso em: 12 Aago. 2025.

WANDERLEY, Luis. Geografia do Ouro na Amazônia brasileira: uma analise a partir da porção meridional. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGG, 2015.

Lista de siglas

ANM - AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

APA – ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

DNPM – DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

FPM – FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

FUNAI – FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS

FUNDEB – FUNDO NACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA

IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

ICMBIO – INSTITUTO CHICO MENDES DA BIODIVERSIDADE

ISA – INSTITUTO SOCIO AMBIENTAL

MPF – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PLG - PERMISSÃO DE LAVRA GARIMPEIRA



Instituto
Mãe
Crioula